



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ- UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ANA MICHELE DA SILVA LIMA

EDUCAÇÃO E SAÚDE:
A ESCOLA COMO LÓCUS DE HIGIENE NO CEARÁ (1930 - 1960).

FORTALEZA – CE

2013

ANA MICHELE DA SILVA LIMA

EDUCAÇÃO E SAÚDE:

A ESCOLA COMO LÓCUS DE HIGIENE NO CEARÁ (1930 - 1960).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação. Área de concentração: História e Memória da Educação, da linha de pesquisa: História Educacional.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

FORTALEZA – CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- L696e Lima, Ana Michele da Silva.
Educação e saúde : a escola como locus de higiene no Ceará (1930 - 1960) / Ana Michele da Silva Lima. – 2013.
131 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Educação.
Orientação: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.
- 1.Higiene escolar – Aspectos sociais – Ceará – 1930-1960. 2.Educação sanitária – Aspectos sociais – Ceará – 1930-1960. 3.Política de saúde – Ceará – 1930-1960. I. Título.

CDD 371.710981310904

ANA MICHELE DA SILVA LIMA

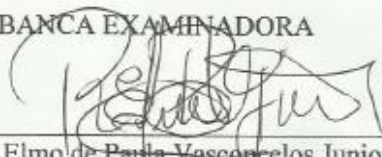
Educação e Saúde:

A Escola como locus de Higiene no Ceará (1930 - 1960).

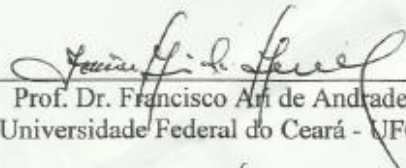
Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação Área de
concentração Educação Brasileira

Aprovada em 31/07/2013.

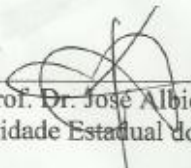
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. Francisco Ari de Andrade
Universidade Federal do Ceará - UFC



Prof. Dr. José Albio Sales
Universidade Estadual do Ceará-UFC

“A humildade exprime, uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém.” (Paulo Freire). Assim dedico este trabalho a Deus, a minha família e ao Cleiton, que estiveram ao meu lado, pelo apoio, admiração e incentivo que foram imprescindíveis.

AGRADECIMENTOS

Este momento significa para mim mais do que seguir um ritual acadêmico, me incentiva aqui a uma memória afetiva e a um sentimento de gratidão, pois a realização desta pesquisa contou com o apoio e o trabalho de diversas pessoas, sem as quais esta atividade talvez não se realizasse.

Sou grata pelo apoio e incentivo do Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, um agradecimento em especial, pois como orientador e amigo, nunca deixou de tecer as devidas cobranças com sua postura criteriosa e profissional, ao mesmo tempo com o apoio nas horas que necessitava fugir das pressões da vida acadêmica, com sua alegria e espontaneidade.

Ao Professor Dr. Ari de Andrade por incentivos, pela pronta disponibilidade, participação e ajuda necessária à construção desta pesquisa, desde a qualificação do projeto à sua participação na defesa.

Grata ao Professor Dr. José Albio Sales pelo auxílio com dicas, estímulos e instigações para melhor estruturação deste trabalho.

A todos os professores pelos conhecimentos adquiridos no curso de mestrado, e a alguns em especial como ao Prof. Dr. Gerardo Vasconcelos e Prof. Dr. Rui Martinho pelo apoio e acolhida. Ao Prof. Dr. Rogério Santana pelas contribuições em meu crescimento profissional na docência no ensino superior. E ao Professor Dr. José de Arimateia pelas indicações de leituras, e fontes contribuintes essenciais na pesquisa.

Agradeço aos colegas, como Dimas, Dani, Emanuelle, Mirtiel, Célia, Helena, Robério pelos carinhos e companheirismo desde as correrias iniciais e nas diversas indagações surgidas durante todo o processo e caminhada junta, que contribuíram tanto para meu crescimento profissional, quanto pessoal.

Ao grupo NHIME e a todas as figuras que o compõem e que fazem do nosso grupo e reunião ímpares; assim como a todos que colaboraram com indicações bibliográficas, empréstimos e acesso aos diversos materiais.

À Universidade Federal do Ceará por possibilitar a realização desse trabalho e obtenção do título de mestre, assim como proporcionar o incentivo aos estudos com a contemplação da bolsa de pesquisa fomentada PROPAG.

Aos amigos que apesar de não serem colegas de mestrado, mas são companheiros indiscutíveis: Mayara (minha amiga irmã), Juliete, Abraão, Janilson, Felipe, Paulo Giovanni, Pedro Jorge. Enfim, a todos por representarem e me darem apoio, dedicação, torcida, ombro amigo, companheiros profissionais, de lutas e de vida, indispensáveis.

Sou grata à minha família pelas inúmeras demonstrações de compreensão e afeto. Meus irmãos, minha mãe e meu pai, grande incentivador, o apoio e sua dedicação fazem parte da persistência em minha vida acadêmica.

Ao Cleiton por todos os incentivos, por todo apoio, compreensão e carinho essenciais à minha entrada no mestrado à finalização deste trabalho.

E meu maior obrigada a Deus, pelo que sou e tenho, por todas as bênçãos e pela serenidade e confiança necessária para esta conquista e para dar continuidade à busca de outras.

“A ostra, para fazer uma pérola, precisa ter dentro de si um grão de areia que a faça sofrer. Sofrendo a ostra diz para si mesmo: ‘Preciso envolver essa areia pontuda que me machuca com uma esfera lisa que lhe tire as pontas...’ Ostras felizes não fazem pérolas... Pessoas felizes não sentem a necessidade de criar. O ato criador, seja na ciência ou na arte, surge sempre de uma dor, Não é preciso que seja uma dor doída...Por vezes a dor aparece como aquela coceira que tem o nome de curiosidade. Este livro está cheio de areias pontudas que me machucaram. Para me livrar da dor, escrevi”.

(Rubens Alves - Ostra feliz não faz pérola).

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo, a Higiene Escolar no período entre 1930 a 1960, investigando a memória do ambiente de ensino, revivendo concepções e representações de higiene e desse ambiente, a partir das modificações históricas de concepções relacionadas à educação, a pedagogia, a escola e a infância em si. Considerando o histórico educacional no dado período, em uma perspectiva macro a micro, das propostas e imposições feitas a partir de intervenções médico-escolares e das mudanças ocasionadas por essas na estrutura de Instrução Pública no Ceará. Salientando aqui como justificativa para a escolha da datação, a configuração de um período de contínuas mudanças na vida política, econômica e cultural e de diversos lócus representativos da população brasileira. A análise na documentação oficial, e nas revistas especializadas é uma busca de rever como os médicos, instituições e profissionais da educação avançaram em estudos e intervenções dos problemas higiênicos no Estado, mas principalmente em Fortaleza. Tais intervenções eram legitimadas a partir de concepções higienistas e civilizadoras onde a escola era meio disseminador e formador de homens úteis, capazes e cientes das questões sanitárias contemporâneas na cidade. Neste sentido analisar conceitos e representações em torno do que é saúde, doença, higiene e educação, e como essas significações se proporem articuladoras e manipuladoras de toda uma reestruturação social, se faz necessário. Pretendemos assim verificar o estabelecimento de uma ligação entre o lar, à escola e a saúde pública local por parte das autoridades, visando uma reeducação que se tentava distanciar das imposições dadas pelos códigos de postura. A busca de fazer das medidas não regras, mas hábitos, na medida do possível, a todos, refletindo em mudanças na estrutura educacional, desde a perspectiva física, às questões pedagógicas para com as crianças e na própria formação docente, promovendo e revelando, assim, estratégias de controle e organização da cidade.

Palavras-chave: Educação. Saúde. História. Higiene. Escola.

ABSTRACT

This research aims to study the School Hygiene in the period from 1930 to 1960, investigating memory learning environment, reliving conceptions and representations of hygiene and that environment, from the historical changes of concepts related to education, pedagogy, school and childhood itself. Considering the history of education in a given period, in a macro to micro perspective, proposals and impositions made from medical-school interventions and changes occasioned by these structure of Public Instruction in Ceará. Stressing here as justification for the choice of dating, setting a period of continuous changes in political, economic and cultural locus of several representative of the population. The analysis in the official documentation, and in magazines is a quest to review how physicians, institutions and education professionals in advanced studies and interventions of hygienic problems in the state, but mostly in Fortaleza. Such interventions were legitimized from conceptions hygienists and civilizing where the school was half disseminator and trainer of men useful, capable and aware of health issues in the contemporary city. In this sense to analyze concepts and representations around what is health, illness, health and education, and how those meanings were manipulative and have proposed coordinating a whole social restructuring is necessary. We intend to verify the establishment of a link between home, school and local public health by the authorities, aimed at re-education that tried to distance the charges given by the codes of posture. The quest to make the measures not rules, but habits, as far as possible, to all, reflecting changes in the educational structure from a physical perspective, the pedagogical issues to children and their own teacher training, promoting and revealing, so control strategies and organization of the city.

Keywords: Education. Health History. Hygiene. School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Foto de uma Reportagem do Jornal O Povo datada de 1937 exemplo das frequentes denúncias das moléstias e questões sanitárias do estado.....	16
Figura 2- Foto da Capa da Revista publicada pelo Instituto do Ceará para o uso no Ensino Primário.....	21
Figura 3-Capa da Revista Minhas Lições utilizada no Brasil em escolas de Curso Primário.....	22
Figura 4- Rua Major Facundo, onde a esquerda localizava-se o Café Riche e a Direita o Café Emygdio. (Foto de 1924).....	29
Figura 5-Foto de 1912 do Café do Comércio, no canto Noroeste da praça do Ferreira, derrubado na reforma da praça em 1920.....	30
Figura 6-Pequena nota de capa de jornal, área específica a divulgação de dados do Departamento de Saúde.....	35
Figura7- Lições sobre os preceitos de Higiene propagados para com a população.....	37
Figura 8- Revista Minhas Lições (1950).....	46
Figura 9- Propaganda de Combate ao Trachoma (mais uma das tantas doenças e enfermidades diversas que assolavam a população brasileira.).....	48
Figura 10-Fundada em 1913, a escola da rede estadual de ensino, situada na Avenida Dom Manuel, no cruzamento com a Avenida Santos Dumont, comemora o seu centenário neste ano, ainda em plena atividade.....	69
Figura 11-Foto deste pátio central aberto da Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Bevilaqua.....	70
Figura12-Sendo a primeira edificação projetada, sob a influência escolanovista, especificamente para a formação de professores.....	71

Figura 13-Foto da Fachada do Instituto de Humanidades.....	73
Figuras 14-Imagem atual da última sede do Liceu do Ceará centro e palco de grandes transformações e desenvolvimentos culturais. A fachada central e a segunda referente a lateral esquerda do prédio.....	74
Figuras 15-Imagem atual da última sede do Liceu do Ceará centro e palco de grandes transformações e desenvolvimentos culturais. A lateral esquerda do prédio.....	75
Figura 16- Grupo Escolar Benfica (1923), que também já possuiu a denominação de Grupo Escolar Rodolfo Teófilo, e hoje é a atual Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da UFC.....	76
Figura 17- Fachada da Escola de Ensino Fundamental Juvenal Galeno (1912), ainda em atividade.....	77
Figura 18- Imagem atual do edifício que fora construído e fora sede, durante quase toda a metade do século XX, da Escola Normal do Ceará, hoje ainda configura o lócus da Escola Estadual Justiniano de Serpa.....	78
Figura 19- Revista Minhas Eleições – Curso Primária: 2º Série	107
Figura 20- Revista Minhas Lições.....	111
Figura 21- Foto de modelo demonstrativo de carteiras escolares.....	113
Figura 22- Modelo de carteiras com estruturação de duplas na divisão da sala de aula.....	113
Figura 23- Foto referente as prescrições de comportamentos e hábitos que deveriam ser adquiridos e ou combatidos para com as crianças.....	114
Figura 24- Amostra não de mais uma modelo de carteira escolar, assim como postura correta de comportamento em sala de aula por parte do alunado.....	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 HIGIENE E SABER CIENTIFICO.....	27
2.1 Contexto Histórico.....	28
2.2 Conceitos de Higiene.....	32
2.3 Condições Gerais de Saúde.....	33
2.4 Noções e Preceitos de Higiene.....	38
2.4.1 Solo.....	38
2.4.2 Água	39
2.4.3 Clima.....	40
2.4.4 Alimentação.....	41
2.4.5 Habitação.....	42
2.4.6 Trabalho.....	43
2.4.7 O corpo, o asseio, os exercícios e as vestimentas.....	44
2.4.8 Doenças e Moléstias.....	47
2.4.9 Vida Urbana e Rura.....	49
2.4.10 Norma familiar.....	50
2.4.11 Educação.....	51
3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1930 – 1960).....	53
3.1. Ensino Primário.....	55
3.2 Educação e Arquitetura em Fortaleza nos anos 1930 – 1960	60
3.2.1 Pedagogia	64
3.2.2 Arquitetura Escolar.....	66
3.3 Escola Normal e o ensino primário no Ceará.....	77
4 EDUCAÇÃO PARA SAÚDE – HIGIENE EDUCACIONAL.....	86
4.1. Histórico da Saúde Escolar.....	86
4.1.1 Intervenções Médicas e as Inspeções Escolares.....	94
4.2 Cultura e Escola.....	98
4.3. Inspeções Escolares no Ceará.....	101
4.4. As Normalistas.....	104
4.5 Educação Sanitária.....	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119

REFERENCIAS	123
LISTA DE FONTES.....	127

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas como produtos sociais e históricos ampliaram a concepção de História. É a Social, a Econômica, a Política e a Cultural. Porém, segundo Latour (1994), não podemos esquecer que são só visões, margens diferentes de um mesmo rio que seria a História, que assim como Febvre (1985), propunha, existem mudanças com permanências e continuidades na concepção de História, de Educação, que se propõem para além dos escritos, vestígios humanos, que simbolizam um lugar e tempo histórico dos homens.

Com base na investigação de discursos médicos e obras raras e/ou didáticas referentes à educação e à higienização da escola, assim como diários de classe e leituras diversas, esta análise problematiza a difusão da Higiene na sociedade brasileira, e em específico do Ceará, no período compreendido entre 1930 a 1960.

O objetivo deste estudo é reconhecer como foram articulando-se saúde e educação, a partir de prescrições higienistas, de estratégias pedagógicas e de uma perspectiva civilizatória para os brasileiros, contidas nos discursos médicos e políticos desde o final do século XIX e início do XX.

Segundo Lombardi (2003), a definição de História e do fazer historiográfico não podem ser desvinculados dos interesses e intencionalidades do tempo e lugar social em que o pesquisador está inserido, por mais que haja a busca por um distanciamento e desvinculamento, o interesse na temática por si só o distancia da neutralidade.

Assim como, De'Certeau (1982), propunha com relação a percepção de neutralidade buscada, mas não efetivada dentro do fazer científico. Pois a produção é tanto fruto das interpretações do investigador, quanto da seleção das fontes e das intencionalidades de onde e para quem se fala.

A História nos propôs atrativos diversos dentre suas temáticas, porém o estudo que possibilite entrelaçar história, natureza e cultura sempre fora o caminho almejado e assim traçado na construção historiográfica que fez frutos de pesquisas, já publicadas.

A História da Saúde e da Doença se fez assim a temática base, uma doença chamada Tracoma, o objeto de estudo principal, ao mesmo tempo em que pano de fundo para revelações históricas da configuração política, social e econômica da Cidade, aguçou a continua investigação que fizeram despontar outros objetos dentre outras temáticas.

De tal modo fora estudando uma doença oftálmica, o tracoma, que se revelou outras demais moléstias, e também todo um campo de saber que lhe estava articulado, para além da História e juntamente com ela, o da Educação, o da História da Educação.

Entendendo que o estudo das doenças pode nos fornecer numerosos esclarecimentos sobre as articulações e as mudanças nas sociedades, que podemos observar que não somente ela, mas diversas moléstias se faziam presentes dentro do ambiente escolar, e este se tornou assim um objeto rico para nos depararmos e analisarmos os mais diversos embates vivenciados pela Cidade, em suas proporções particulares. (NASCIMENTO, 2004)

Percebemos que a cidade de Fortaleza desde o final do século XIX e início do século XX, vivenciava políticas de saúde e questões como a busca por melhores condições das zonas endêmicas, melhorando as casas e permitindo a prática de hábitos higiênicos para um combate que objetivava ir muito além do que somente livrar a população cearense de determinada moléstia (PONTE, 1993).

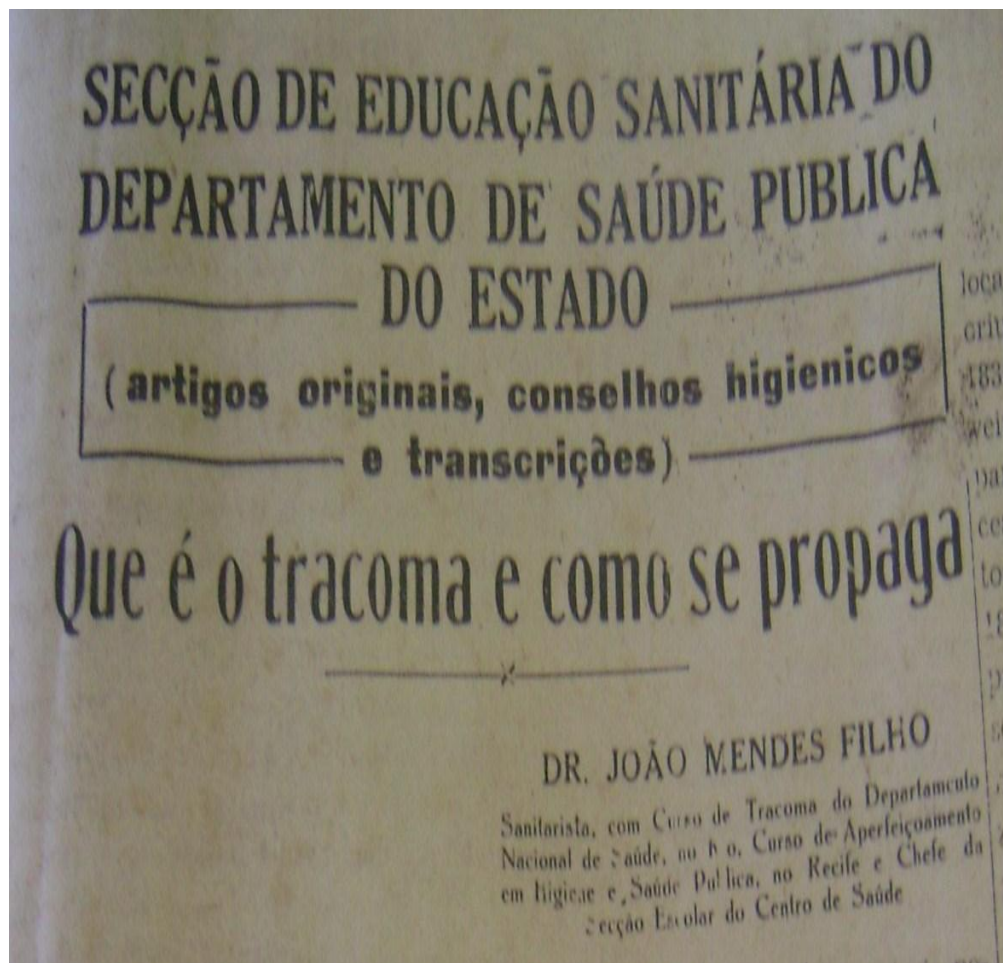
Intervenções urbanas salientavam determinados hábitos, definiam quais tipos de roupas as pessoas deviam utilizar, preocupações que iam das ruas ao indivíduo, atividades que visavam o despertar da consciência sanitária do povo no processo de higienização pelo qual passava a Cidade.

Esclareço que mais a frente, voltaremos a descrever de forma mais detalhada as prerrogativas que envolviam as cidades brasileiras, principalmente as capitais, assim como as especificidades ao Ceará, na tentativa de propor, junto aos fatos relacionados ao histórico educacional, o contexto social, político e histórico do período.

Os colégios se tornaram foco dessas intervenções urbanas por se tratar de estabelecimentos, em sua maioria, que apresentavam péssimas condições sanitárias. Em 1911, o Presidente de Província Dr. Antônio Pinto Accioly já salientava o problema de que os edifícios escolares fossem em regra casas particulares, sem condições básicas de estudo e de higiene (CEARÁ, 1911).

A escola com um enorme aglomerado de crianças juntamente com as péssimas condições gerais da Cidade e particular dos colégios acabava por propiciar um meio mais do que favorável a diversas doenças contagiosas, sendo meio de propaga-las, podendo ser meio de evita-las.

Figura 1 - Foto de uma Reportagem exemplo das frequentes denúncias das moléstias e questões sanitárias do estado.



Fonte: MENDES FILHO, Jornal o Povo, 1937. (área específica de textos médicos de denúncias, alertas e profilaxias de maneira geral).

Em busca de analisarmos e salientarmos essas discussões é que podemos verificar que somente a partir da década de 30 conseguiremos nos deparar com uma maior preocupação e principalmente sistematização dos processos sanitários nas cidades de forma geral, mesmo as capitais, como é o caso de Fortaleza, assim como no ambiente escolar.

O primeiro trabalho de saúde em escolares no Ceará foi realizado somente no ano de 1929, por iniciativa da Dra. Paula Rodrigues e seu colaborador o Dr. Hélio Góes Ferreira, que estudou e tentou criar um programa de combate ao tracoma nas escolas, iniciativas particulares eram comuns tanto ao meio da saúde quanto da educação.

Embora o serviço de inspeção escolar já funcionasse desde o início do século XX, mas apenas entre os anos de 30 e 40 foi se obter maior expressão e sistematicidade,

especialmente no que diz respeito às ações preventivas, a partir de maio de 1933, depois da Reforma Pelon (Dec.1.013).

A Reforma fora um conjunto de transformações que ocorreram na saúde pública do Ceará, tendo à frente o sanitarista Dr. Amílcar Barca Pelon, onde ocorreu todo um rigoroso sistema de vigilância sanitária, baseado na política sanitarista que estava sendo empregada na cidade. Essa maior sistematização e organização de medidas salutaras, junto à busca pela higiene escolar é que irá favorecer, efetivamente, as intervenções escolares (BARBOSA, 1994)

Em 1936, o Dr. Hyder Correa Lima criou um serviço melhor estruturado, voltado para a saúde escolar funcionando na composição da então Diretoria de Saúde Pública. Este serviço vai trazer mudanças na forma de divisão dos pontos de atendimento de saúde, onde Fortaleza acabou dividida em distritos escolares, estes deveriam ter um grupo escolar sede, onde funciona o consultório médico e um gabinete dentário com uma visitante escolar.

A Capital assim mostrava-se dividida em dois grandes grupos escolares, onde dentre os registros oficiais apresentava matriculadas de cerca de 12.286 (doze mil e duzentas e oitenta e seis) crianças. As escolas municipais da Capital apresentavam-se em 9 grupos, 6 escolas reunidas e 147 escolas isoladas.

As autoridades, obviamente, tinham ciência de que a instrução sanitária objetivada e empregada, em seguida, no grupo escolar, não poderia ser feita de forma impostada, e sim deveria se objetivar a construção de educação e re-educação das práticas de higiene e assistência médica, fazer das medidas não regras, imposições, mas hábitos, costumes comuns, na medida do possível, a todos (BARBOSA, 1994).

Assim analisar a Higiene Escolar no período entre 1930 a 1960, no qual as práticas em torno desta temática se tornam não só realidade, como mesmo frequentes, nos permitiu partir de tais abordagens nos remetendo à questão das fontes que se pretende utilizar nesta pesquisa, que auto classificamos de exploratória, pois se valendo de uma perspectiva bibliográfica discutindo abordagens e silêncios das produções, destacando restrições e contribuições, construímos junto às fontes a possibilidade dessa abordagem.

A Educação, a configuração escolar brasileira e o sistema educacional cearense são pontos e fatos que devemos estruturar para podermos entender melhor o processo pelo qual a Escola vai se resignificando como palco das mais diversas formas de expressões sociais e lócus de mudanças e continuidades de todo um contexto e processo referente ao período.

Toda pesquisa científica necessita sumariamente de uma metodologia que venha dar conta do objeto que se quer investigar. Nesse sentido, a metodologia deve favorecer

ajustes e trabalhar com espirais cíclicas, ou seja, planejamento, ação, reflexão, investigação, ressignificação, novo planejamento e novas ações, de acordo com as necessidades dando ênfase na flexibilidade. (FRANCO, 2005).

Inicialmente procedemos com uma atividade de investigação de caráter exploratório, investigando e identificando locais e fontes que nos possibilitaram enriquecer a pesquisa. Em seguida, partimos para a observação e análise mais pontual de todo o acervo encontrado e paralelamente as leituras das bibliográficas que se apresentaram às discussões em torno das práticas da pesquisa da temática abordada.

Os documentos com os quais trabalhamos são de natureza diversa, como as Mensagens feitas pelos Presidentes do Estado, Relatórios administrativos, Ofícios da Instrução Pública, Legislação do Ensino, Revistas Especializadas (Norte Médico e Ceará Médico), leis e livros didáticos do dado período e a bibliografia em torno da temática.

Estas fontes podem ser encontradas nos arquivos da Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel, no departamento de Patrimônio Cultural, no Arquivo Público e em arquivos particulares. Exceto as revistas especializadas, estas encontramos na biblioteca da Academia Cearense de Medicina e também na biblioteca referente ao curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

A documentação oficial, fonte primária, vai ser enfoque para podermos compreender e buscar dados, dentro de uma visão comum, ditos mais fidedignos, discutindo isto e suas abordagens. Articulando as duas fontes, documental e bibliográfica, fazendo uma discussão do fenômeno particular dentro da perspectiva social e da ocorrência das constatações de mudanças.

A documentação executiva produzida pelos Presidentes do Ceará é uma fonte primária de caráter administrativo onde revemos a memória da Cidade e identificamos concepções das instituições acerca dos problemas higiênicos no Estado e da organização de práticas das autoridades.

Assim como também as pastas de Instrução Pública e Educação com reformas, regimentos e aditivos que nos foram esclarecedores de todo um processo de alterações e possibilidades das intervenções sociais das autoridades que perpassavam entre teoria e prática, mais teoria que prática.

Nos periódicos se caracterizou a partir de suas publicações a organização do meio cidadão, na medida do possível, avaliação de resultados ou não de intervenções políticas e mudanças sociais. Fora a partir muitas vezes de referências de jornais que chegamos a outras

fontes seja por indicações diretas das reportagens, seja por meio indireto dos nomes de pessoas e instituições lembrados nos escritos.

Procuramos perceber as variadas formas de alusão, percepção e combate ao Tracoma, examinando também os jornais do período, como Gazeta de Notícias, O Povo, O Diário do Ceará e O Estado, que se apresentavam atentos à população, analisando a Cidade e reclamando providências com relação às diversas questões urbanas e de profilaxia rural. São encontrados na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, nos setores de microfilmagem e periódicos, referendados e analisados pelos discursos de análise dessas fontes com seus posicionamentos políticos, como conservadores ou liberais¹.

Faz-se, assim, necessário aqui abordarmos as especificidades e o caráter desses jornais, para iniciar essa análise, destacamos a criação em 1923 pela Diretoria da Instrução Pública da “Coluna Pedagógica”, que era editada pelo jornal *Diário do Ceará* para publicar textos de professoras primárias. O jornal O Povo, por exemplo, se propunha ter um “discurso liberal” que no período visava romper com as oligarquias dominantes em prol de um desenvolvimento regional, a partir de uma postura mais democrática.

O jornal O Estado fora órgão oficial do Partido Social Democrático, e apresentava nos anos aqui referendados uma “Secção de Educação Sanitária de Saúde Pública do Estado”, onde nos deparamos com transcrições, artigos originais e conselhos de higiene sobre doenças e sanitarismo, no caso específico dos aqui estudados, a partir de médicos sanitaristas².

No Ceará, os jornais do período publicavam textos de intelectuais, destacando a preocupação em oferecer à população um ambiente adequado ao progresso da educação nacional, entendida como força de unificação dos princípios de civismo necessários para a afirmação política da República e da autoridade dos governantes. Por meio do culto cívico e da exaltação de amor à Pátria, os discursos de patriotismo e moral encaminhavam verdadeiras pregações morais que deveriam vigorar nos debates dos ambientes sociais.

Assim, através da imprensa, e dependendo das características de cada periódico, conseguimos reaver traçados da cidade, da saúde, da população, mas principalmente também do quadro da educação cearense.

¹ Por conseguinte que o discurso de Liberal e Conservador se mostra como reflexo de interesses vigentes na sociedade fortalezense. Pode ser considerado como um partido de seu grande rival, que tinha como bandeira a manutenção da dominação política das elites escravocratas rurais, porém jamais assumiu qualquer feição revolucionária ou popular, servindo apenas como instrumento de defesa dos interesses em jogo de um grupo social muito restrito daquele tempo.

² CEARÁ, Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Núcleo de Microfilmagem. **Jornais Cearenses em Microfilmes**, Catálogo Geral. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1998. p.77.

Nas revistas, de caráter documental secundário, um acervo destinado à classe médica, apresentando uma linguagem mais científica, nos propomos a analisar de uma perspectiva mais cultural e social as discussões nelas presentes. São continuas e tratam dos mais diversos assuntos, que constam desde relatórios de doenças específicas, como propagandas e homenagens dentre a classe médica.

As Revistas Ceará Médico e Norte Médico nos foram auxiliares desde contribuições de artigos sobre doenças, profilaxia e visões médicas e políticas do quadro de saúde estadual, como também nos foram relevantes nos embates e considerações em torno da educação, nos vislumbrando desde então já à possibilidade da temática, no entrelaçamento entre Educação e Saúde.

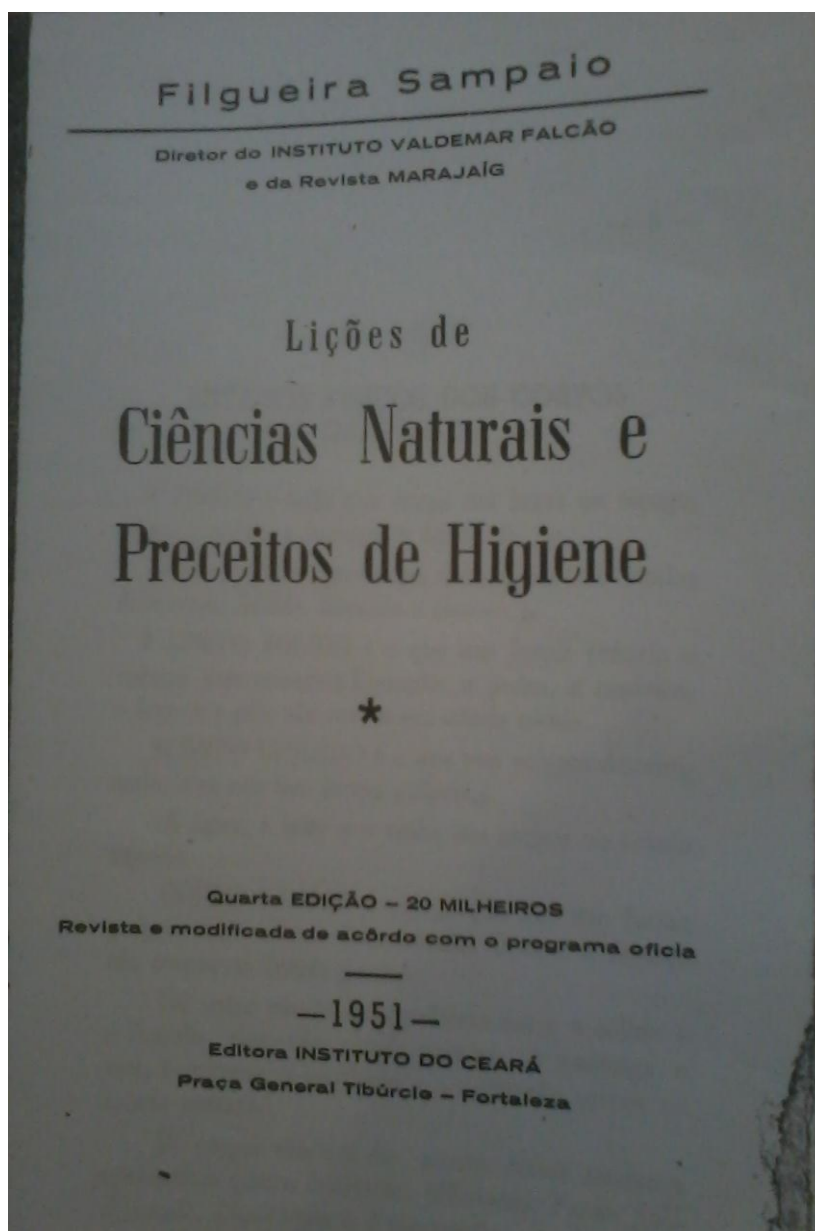
Poderemos assim investigar a memória da saúde escolar, identificar posicionamento de profissionais da saúde e sua relação com a educação. Lembrando a importância destas e dos periódicos como fonte que apresentam uma abordagem mais desvencilhada da perspectiva oficial, embora sejamos cuidadosos ao indicarmos isso, já que por diversas vezes muitos dos médicos que a escrevem compartilham de cargos públicos e políticos diversos.

Apesar do recorte apresentado pelo livro “Climatologia epidemias e endemias do Ceará”, de autoria do Barão de Studart, não ser especificamente a que destacamos como ponto de análise, a obra de época nos é outra fonte da pesquisa de grande valia, por tratar-se de uma memória que retrata condições climatológicas e sanitárias do Estado, onde utilizou censos e pesquisas orais na legitimação de seus dados, faz uma análise que propõe debates em torno da posição geográfica, do clima seco e salubre, do relevo, das moléstias e da população cearense de uma maneira geral. Onde já na segunda metade do século XIX fazia referências às questões que permeavam a Cidade.

As obras direcionadas para as escolas, produzidas por médicos, tendo estes ganhado grande renome durante todo esse processo assim como professores, arquitetos e inspetores sanitários, foram como uma autenticação para o que íamos interpretando diante dos dados do período.

No Ceará, de forma mais específica conseguimos alusões em uma fonte primária, autodenominada como uma obra didática para o Curso Primário, produzida pelo professor Filgueira Sampaio, trazia junto a lições de Ciências Naturais, estudos em torno dos Preceitos de Higiene referendados para o aluno, como também para o educador.

Figura 2 - Foto da Capa da Revista publicada pelo Instituto do Ceará para o uso no Ensino Primário.



Fonte: SAMPAIO (1951).

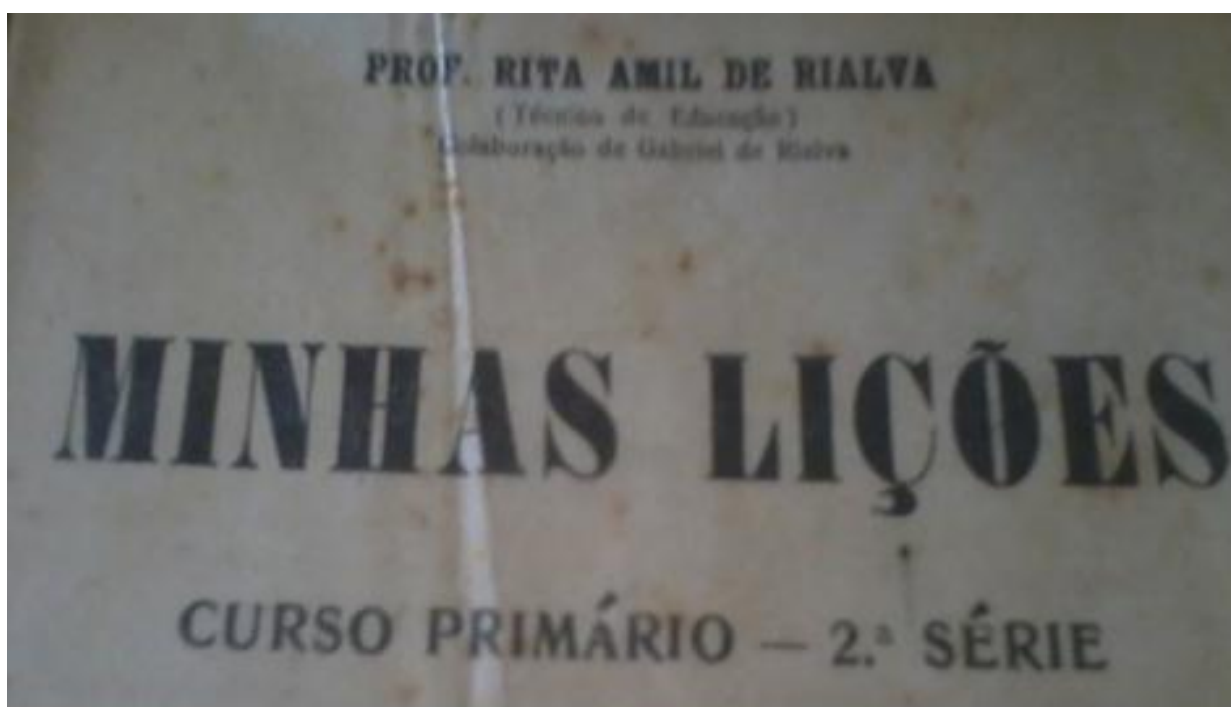
A obra intitulada *História do Ensino no Ceará*, de Plácido Aderaldo Castelo, um livro da coleção do Instituto do Ceará, datada de 1970. A obra é de grande relevância para todo e qualquer estudioso da área da História da Educação, referencia para os escritos que abordam as nuances de nosso Estado, isso mesmo ele não se limita a capital cearense e permeia, faz todo o tracejar do crescimento e desenvolvimento do quadro educacional do Ceará.

O livro de CASTELO aborda e organiza a história do ensino por diferentes períodos e acontecimentos, seguindo uma lógica cronológica em dezessete capítulos. Os escritos são referentes às especificações ao histórico cearense, nos dando grandes contribuições em referencia aos edifícios escolares, uma análise pautada em uma composição histórica da educação brasileira chegando a representações das grandes escolas cearenses e sem sombra de dúvida de total importância como fonte para a construção da dada pesquisa.

Embora seja válido salientar que a obra apresentada mostra-se com algumas lacunas, o que acreditamos ocorrer por tratar-se de um esforço em construir uma referencia, a qual podemos colocá-la mais como uma síntese histórica, mas sem deixar de ter a consciência de sua importância referendando-a como pioneira no intuito de delinear de forma geral a História Educacional Cearense.

Encontramos ainda outra grande fonte um exemplar da coleção de livros utilizado também ao curso primário no Brasil, intitulado *Minhas Lições*, proposto como uma obra de acordo com as normas vigentes do programa oficial. De autoria da Profa. Rita Amil de Rialva, colocada como Técnica de Educação, essa produção dividia-se em 4 volumes referentes a 1º, 2º, 3º e 4º série, com datação da década de 50 do século XX.

Figura 3 - Capa da Revista Minhas Lições utilizada no Brasil em escolas de Curso Primário.



Fonte: RIALVA (1950).

Uma revista difundida de forma diversa pelas regiões brasileiras, apesar de ter edição do Rio de Janeiro, mas faz interessante colocarmos aqui, que muitas das produções destinadas ao curso primário e com nuances de referências da perspectiva higiênica em seus conteúdos tem pioneirismo em produções e autores cearenses.

Enfim, entendemos que se deve buscar perceber as peculiaridades que caracterizam cada um dos discursos das fontes aqui referendadas, pois atentamos que as produções possuem um caráter carregado de influências, interesses tanto local, período e dos que a produzem.

Conscientes, desta perspectiva, buscamos assim avaliar não somente em que medida cada uma pode nos auxiliar em torno do conteúdo pesquisado, mas também ver possíveis articulações entre elas e junto às bibliografias posteriores que fazem alusão ao conteúdo, chegando a uma melhor construção dos pensamentos, questões e do próprio momento de foco.

Caminhando junto às aparições de doenças e das práticas por ela ocasionadas, nos deparamos ao ponto maior de seu combate, uma das formas de intervenções urbanas, que são as inspeções médico-escolares, inspeções e ou intervenções, a nomenclatura irá mudando de acordo com a fonte referendada.

As preocupações, que permeavam os poderes públicos, com a escola estavam em torno da estrutura, mas existia também uma preocupação em trabalhar a profilaxia de doenças e como estas poderiam atrapalhar o rendimento escolar ou mesmo as capacidades do indivíduo no futuro (Ceará Médico, 1940). Isso nos possibilita investigar a existência de uma preocupação dos poderes públicos com a eficiência dos corpos, que para isso deveriam se apresentar saudáveis.

Pretendemos assim, analisar as concepções e representações do ambiente escolar, mais especificamente, da saúde escolar e da cidade de Fortaleza a partir também das intervenções escolares e das mudanças ocasionadas por essas na estrutura de Instrução Pública de 1930 a 1960, se é que realmente ocorreram grandes modificações, ainda é o que verificaremos durante a constituição dos escritos.

A delimitação do período se deu por diversas motivações que vão desde a determinação das fontes encontradas, até mesmo por que é a partir deste período que práticas sanitárias mais específicas à escola se iniciam e efetivam, assim a própria estrutura física escolar começa a ser melhor pautada, como também as transformações pedagógicas.

O que queremos colocar é que com certeza poderíamos novamente destacar a década de 20 e o ano de 22 do século XX como tantos outros autores já o fizeram, ou mesmo propor um período específico como a Era Vargas, porém o que nos levou a essa datação fora a oportunidade de termos no início um marco histórico de mudança política no Brasil, mas sem deixarmos de recuar para o início da república e todas as questões que levaram a “Revolução de 30”, e ir além do período Vargas percebendo que mesmo em 15 anos ininterruptos de governo muito do que se almejou, com o termino desta era, e mais 15 anos à frente ainda nos deparávamos.

Busco assim melhor propor discussões junto aos conceitos de memória de Le Goff (1997), o de experiência do Thompson (1978) e de representação do Chartier (1990), estes vem acrescentar a percepção de como os indivíduos constroem a partir de suas experiências, das suas vivências, da sua cultura diversas interpretações da sua realidade, revivendo e repassando memórias.

Deste modo estamos investigando reconstruindo uma memória, sem a qual não desenvolveríamos nem a temática aqui proposta a ser trabalhada, nem a História em si, pois: “*A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta...*” (LE GOFF, 2003, p.471). Porém sabemos que essa reconstrução de uma memória reflete e ela faz parte em si de jogos de interesses e de poder.

Buscando compreender a configuração de Fortaleza, a saúde pública, a educação, as articulações entre elas propõem saber como ocorreram às diversas mudanças na estrutura de instrução pública no Ceará, sendo pontos de referência para a organização e desorganização da cidade, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas.

O indivíduo constrói a partir de suas experiências, vivências, percepções e de sua cultura diversas interpretações de seu meio. Porém, não foram às proposições de hábitos e normas, nem uma determinada doença, nem as intervenções escolares que desorganizaram ou reorganizaram a sociedade, e a fizeram construir representações desta realidade, e sim o contato com elas, sua experiência.

Portanto revivendo a memória, a sociabilidade e a socialização que a escola propõe, a experiência que este estabelecimento foi alvo, assim como a cidade, de fatos e ações, que acabaram por transformar a representação do papel social e político da escola, da educação e a possibilidade de sua articulação com a saúde.

Enfim são conceitos e reflexões que nos mostram possibilidades de outros tantos conceitos que nos serão demasiadamente válidos durante nossos escritos, assim possibilitando também um melhor desenvolvimento deste trabalho e do que se pretende evidenciar nele, para

ir além de demonstrar e/ou validar suas abordagens históricas, mas sim buscar a construção de novas ideias, possibilidades a partir destes.

Interessa-nos saber se a escola, a educação foram utilizadas como instrumentos facilitadores dos interesses dos poderes públicos? Pois ainda não podemos afirmar que tantas mudanças pelas quais a escola passou foram devido às doenças, ou melhor, ao combate a elas, nem que as mudanças buscadas para a Educação de forma física e pedagógica conseguiram extinguir as diversas moléstias existentes, indo além da concepção de doença, mas partindo também por considerar a grande exclusão que essa escola apresentava para maior parte da população.

Analisar como foram se atrelando e desenvolvendo as estruturas de instrução pública e saúde pública, além disso, buscamos identificar também como as ações sanitárias foram realizadas junto à tentativa de formação dos alunos e das educadoras.

A Diretoria de Saúde, aparelho referente ao órgão de Saúde Pública Estadual, buscava através das crianças chega às pessoas, as casas, chegar, principalmente, enfim aos menos favorecidos. Buscava-se estabelecer uma ligação entre o lar, à escola e a saúde pública local, visando sempre melhorar o grau de higiene e assim de civilidade da população, entrando nas casas, pela instrução sanitária presente na educação das crianças.

Porém, para conseguirmos entender melhor toda essa reestruturação da cidade, do olhar sobre a população, a educação, a escola e as crianças nos propomos analisar três pontos que consideramos imprescindíveis para construção historiográfica deste dado período.

Em busca de analisarmos e salientarmos essas discussões, o primeiro capítulo fora intitulado “Higiene e Saber Científico”. Inicialmente construiremos o contexto histórico das dadas mudanças no período que iremos relatar, assim como uma perspectiva cronológica e investigativa para se chegar a noções de Higiene, Saúde, Doença e Educação para além de uma perspectiva técnica e ou patológica dos conceitos, buscando apreender seus pormenores e, principalmente a configuração de suas representações sociais.

Procuramos, nesse momento, analisar as nuances que o solo, o ar, a água, a alimentação, etc. são contribuintes, elementos necessários à vida, pois rever, estudar cada um desses pontos sob a perspectiva da higiene, do higienismo, salientou-se de formas diversas estudos para melhor concebê-lo e assim propaga-lo.

No segundo capítulo, “A História da Educação (1930 – 1960)”, buscamos construir um histórico do quadro da Educação no Brasil e no Ceará, principalmente nas diversas alterações que são ditas, realizadas e almejadas por todos no dado período.

A política, a economia e as prerrogativas sociais foram tornando intrínsecas saúde e educação, porém para entender melhor os caminhos traçados por cada uma e seus entrelaçamentos, buscamos analisar e caminhar junto às transformações nas instituições escolares, na concepção do que seria um ambiente de ensino, assim também da arquitetura proposta e dos reflexos ocasionados na formação educacional.

Nestas colocações, a população pobre também ganhou destaque, sendo esta considerada, pelos que almejavam o projeto higienizador, excluída do padrão objetivado, tornando-se um dos elementos principais das modificações “civilizatórias”.

Ao longo do período analisado, além dos prédios escolares, as moradias, especialmente aquelas mais humildes, são tomadas cada vez mais como objeto de observação e análise dos médicos; e a relação, público e privado vai tornando-se um fio muito tênue a ser tracejado.

Assim vamos buscar tracejar junto a perspectiva cronológica que nos for possível através das fontes a importância das modificações nos caráter Pedagógico e Arquitetônico, este não somente da cidade, mas em especial das instituições educacionais

No terceiro e último capítulo intitulado: “Educação para Saúde – Higiene Educacional” procuramos observar que as práticas sanitárias, bem mais desenvolvidas e consolidadas a partir da década de 1930, durante o período de Vargas, se entrelaçam com as perspectivas de transformações pedagógicas que vinham gradativamente mudando o quadro educacional brasileiro e, por conseguinte o cearense.

De tal modo discutimos como a estruturação da Higiene Escolar no Ceará, calcada em políticas que se concentravam demasiadamente na capital, formaram intervenções médico - escolares que objetivavam não só combater e prevenir doenças, mas servirem de meio disseminador de assistência, propaganda e educação sanitária, revelando medidas que objetivavam melhorias desde o quadro de mortalidade infantil à formação de docentes e discentes.

Perpassamos também um pouco sobre a configuração e sistemática da Escola Normal e do currículo de formação das docentes do ensino primário, assim como os reflexos desse currículo no programa proposto para o ensino primário do alunado nas escolas cearenses. Uma visão sobre a formação primária ainda não vista em tempos anteriores e que acabou por deixar diversos legados inclusive para a contemporaneidade.

2 HIGIENE E SABER CIENTÍFICO.

Na finalidade crítica de podermos construir uma história que seja realmente instrumento de concepção e avaliação do homem e de sua realidade, tentando ir além do que seria apenas uma coletânea de dados, entendendo outras proposições que podem ser objeto da história, a partir da perspectiva da história cultural, buscaremos assim construir nossa temática.

Este trabalho, dentre esses questionamentos históricos e outros pontos, enfoca o campo da saúde e da doença e o da educação, unindo saberes, representações, como também práticas e experiências. “A noção de saúde e doença é também uma construção social...” (ALVES & MINAYO, 2001, p. 103).

A conceitualização que pretendemos fazer como objetivo deste trabalho está intimamente ligada a noção desta afirmativa, pois entendendo a possibilidade de fazer uma abordagem historiográfica e apreender os aspectos saúde e doença para além da perspectiva patológica, os atribuindo significação diversa pelas sociedades, que nos foi possível destacar a temática trabalhada.

Sabendo que, a discussão existe, senão, verdadeiramente a partir do homem que seria o foco da história, mas precisamente a partir de suas ações e suas construções. Colocando proposições do historiador Jacques Le Goff (1997, p. 7-8), como: “...as doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem. A doença não tem existência em si, é uma entidade abstrata à qual o homem dá um nome.”

A partir da concordância que doença e saúde são construções sociais é que podemos constatar um conceito de que a doença tem história, do mesmo modo como a concepção de higiene poder ser também antes pretendida. Partindo desse pressuposto podemos perceber formas das sociedades, mudanças destas, articulações políticas, uma contextualização pode ser feita.

Aprendemos aqui os discursos médicos como práticas sociais, os compreendemos como uma construção social e coletiva. Assim, consideramos também a construção das significações à ideia de saúde, de educação, de doença, mas principalmente, de Higiene. (ALVES & MINAYO, 2001). Devemos analisá-las, pois, sob um contexto histórico, emitidas como alusões de mundo, determinadas e vinculadas à sociedade do dado período.

2.1 Contexto histórico

Para melhor compreensão de tais fatores e da dinâmica da Cidade, da educação na época e das prerrogativas que as desencadearam, temos que iniciar a partir de uma análise vinculada ao cenário histórico e político do final do século XIX, início do período republicano, quando a denominação do período como *Belle Époque*, acontecia sobre Fortaleza, como implicação da influência francesa, e onde observamos grandes influências em todo o Brasil, mas principalmente nas capitais, assim se inicia a definição da nova identidade histórica da capital cearense no século XX.

Belle Époque como explica PONTE (1993): é um termo francês cunhado para traduzir a euforia europeia com as novidades decorrentes da revolução técnico-científica do final do século XIX, que trouxe consigo um intenso fluxo de mudanças de ordem para além de questões econômicas e políticas, propondo-se no campo social e cultural com intervenções nos comportamentos e condutas do meio citadino.

Na segunda metade do século XIX tivemos no Ceará um favorecimento da economia por parte das exportações, com o aumento na venda do algodão, em consequências de problemáticas internacionais. Assim segundo com PONTE (1993), isto vem a mudar a representatividade de Fortaleza, até então bastante reprimida pela grandiosidade com a qual se mostrava Aracati.

O foco econômico voltado para Fortaleza ocasionou um processo migratório, que fez com que nos últimos anos do século XIX, a capital cearense, tivesse recebido milhares de flagelados, caso também de outras capitais que tinham suas diversas razões para tornarem-se pontos atrativos para a população do interior.

De tal modo o processo de urbanização trouxe consigo problemáticas de ordem e salubridade, trazendo a tona questões de organização, de higienização, como de combate e prevenção de diversas moléstias que assolavam a população de forma endêmica e epidêmica.

Retomando a perspectiva de uma *Belle Époque* francesa nas cidades brasileiras, uma denominação criticada por alguns autores e estudiosos do período, no qual não podemos negar teve sim influências e inspiração para o ideário republicano brasileiro. Entusiasmos que provocaram mudanças, inovações, e um desenvolvimento científico, assim como cultural, trazendo consigo preceitos de um novo modo de pensar e viver o cotidiano.

Na década de 1880, são construídos quatro cafés, em estilo *chalet* francês na Praça do Ferreira, reflexo do modo de vida parisiense como referência de elegância e

modernidade também presente nos trajes das damas e cavalheiros da época como se vê na foto do Passeio Público (PONTE,2004, p.178).

Figura 4 - Rua Major Facundo, a esquerda localizava-se o Café Riche e a Direita o Café Emygdio. (Foto de 1924)



Fonte: AZEVEDO, p. 326 (1980).

O avanço econômico diante do crescimento comercial possibilitou a viabilidade de obras públicas como estradas, pontes, melhorias no porto, que facilitariam a circulação de mercadorias e pessoas de modo a dinamizar a estrutura mercantil.

(...). Para tanto, não bastaria apenas dotar a cidade de equipamentos e serviços modernos: era necessário “civilizar” e “domesticar” a população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador. (PONTE, 1993).

Figura 5 - Foto de 1912 do Café do Comércio, no canto Noroeste da Praça do Ferreira, derrubado na reforma da praça em 1920.



Fonte: AZEVEDO, p. 325 (1980).

Um novo sistema econômico que ansiava por progresso e tinha como mediador deste, o controle social. A partir desta perspectiva retomamos uma ideia de moral, de saúde pública e higienismo, assim como uma readequação que firmasse tanto um aumento na quantidade como da qualidade da força de trabalho brasileira.

Houve a implantação de postos de higiene nas quatro principais regiões cearenses. O do Norte, em Sobral; o do Centro, em Quixadá; o do Leste, em Aracati e o do Sul, em Juazeiro. O resultado imediato dessa nova estrutura sanitária foi a queda da mortalidade infantil em Fortaleza (BARBOSA, 1994).

Logo no início do período republicano, em 1891, houve a criação de um decreto-lei no qual o governo determinou que os Estados passassem a ser responsáveis pela organização sanitária em seus respectivos territórios (BARBOSA, 1994). É importante, no entanto, ressaltar que essas medidas de modo geral apresentavam-se com um caráter

autoritário, muito abrangente e normativo, onde as mudanças acabavam por não considerar as reais necessidades diante das especificidades das regiões, dos estados e dos anseios da população, visando a atender ao que era almejado, objetivado e compartilhado, quase que exclusivamente por uma minoria dominante, pelas autoridades.

Inicialmente obras como a criação do Lazareto da Lagoa Funda e a Santa Casa de Misericórdia, na década de 60 (século XIX), construção de um novo cemitério, o São João Batista, edificado em local mais distante (Jacarecanga) em relação ao logradouro São Casimiro, que se localizava próximo ao centro urbano (atualmente a Praça da Estação) na preocupação com a salubridade local, afastando possíveis contatos com vítimas de epidemias. (PONTE, 1993)

O plano para higienizar, para “limpar” a Cidade, justificado pelo discurso do progresso, encobria uma preocupação com a ordem e com a disciplinarização dos indivíduos no espaço urbano. Ações sanitárias e organizacionais foram realizadas no intento de organizar e “limpar” a cidade.

A disciplinarização da malha urbana surgiu como um dos itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a Capital, embelezando-a e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixando-a mais transparente para a observação dos olhares e do poder e do saber urbanos e tornou-a mais aberta à circulação crescente de seus fluxos(de pessoas, mercadorias, policiais...) (PONTE, 1993. pág. 28 – 29)

Por meio de códigos de posturas, documentos que se referiam ao conjunto de normas do município, em todas as áreas de atuação do poder público, intencionavam disciplinar o crescimento da cidade e definiam-se normas de construção, obedecendo a um traço homogeneizador que pretendia modificar comportamentos e hábitos de seus moradores. Assim traçava-se a nova fisionomia da cidade, que aos poucos adquiria um outro contorno.

A disciplina estava presente no novo traçado das ruas, nos fiscais da intendência, nos asilos e lazaretos. Como considera o próprio Foucault: “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço utilizando diversas técnicas.”:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente. (FOUCAULT, 2002)

O Estado Moderno procurou implantar seus interesses servindo-se de equipamentos de normatização. Inicialmente ainda tivemos ordens de leis de caráter mais coercivo, repressor, mas a vigência da norma apesar de incluir em sua tática, momentos repressivos, visa o alerta, o prevenir, o moldar. Utilizando-se de saberes teóricos, técnicos, e também formativos.

Porém, essa disciplinarização, normatização e homogeneização das cidades e da população teve como grande ponto de conceito a Higiene, ela vai ser ponto inicial e culminante de diversas ações, mudanças e ressignificações encontradas no período. Contudo antes de revermos como todas essas questões chegaram de forma mais específica à educação ainda temos que trilhar alguns caminhos como as apreciações em torno da Higiene.

2.2 Conceitos de Higiene.

O aparecimento da higiene como conceito e prática médica data do início do século XIX. Higiene, em grego, significa: “são, coisa sadia”; mas para as sociedades e em determinados dados períodos ela ganhará significações, representações e apropriações diversas.

A preocupação com a higiene e sua vivência como um conjunto de normas e leis particulares e coletivas, objetivando controlar doenças e melhorar a vida em sociedade, é proposta a partir de uma construção histórica. (PEIXOTO, 1935). No Brasil e em específico no Ceará será determinante e ponto culminante do processo vislumbrado para a sociedade.

A Higiene não é precisamente uma ciência, porque é uma aplicação prática de quase todas as ciências. É um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida.

[...] “escolha das condições naturais mais salubres” ou “arte de prolongar a vida... uma salubridade perfeita; (PEIXOTO, 1935, p. 07).

A ideia de Higiene apreendia dados em torno das casas, de estabelecimentos, da alimentação, do saneamento, do trabalho, da puericultura, do vestuário, do asseio do corpo e da educação. Porém, nos é válido salientar aqui, que quando se propõe educação, não

necessariamente estamos fazendo referência a escolar, assim como os higienistas no dado período, pois propomos àquela já iniciada no lar.

Entendemos que “saúde é a manifestação das propriedades normaes de cada ser, decurrentes de todas as suas possibilidades naturaes.” (PEIXOTO, 1935, p.16); que assim como a concepção doença propôs-se, também é uma construção histórica, social e, principalmente, cultural, sendo assim qualquer definição proposta parecerá apenas uma interpretação, uma possibilidade de significação.

Entretanto a higiene não se limita a uma dada definição, ela se configura e se resignifica nas alteridades naturais, seja do homem, do meio e ou dos espaços com os quais experiênciamos e produz representações diversas.

2.3 Condições Gerais de Saúde

As relações entre o homem e o solo são incessantes, assim faz-se necessário conhecê-lo, estudá-lo sua formação, origem, composição, suas contribuições e perigos a ele. A água é meio natural, externo e interno: quase dois terços do corpo humano são aquosos; dela prescindimos para bebida, para o asseio do corpo, das vestes, para cozinha, para sobrevivência humana. Faz-se necessário, assim, conhecer suas qualidades e propriedades físicas, químicas e biológicas.

É isso que vai ser proposto, as autoridades que buscavam essa nova roupagem, modelagens para a cidade e a população perceberam que necessariamente para combater e excluir todos os males que os contrariavam, era, extremamente, necessário estudá-los.

O ar e o meio atmosférico ou respiratório do homem e dos outros viventes não há dúvidas que não só são importantes, como imprescindíveis, ligado a este ponto o clima, sob uma perspectiva biológica e geográfica, são noções necessárias por terem um impacto direto sobre a vida de modo geral e assim na qualidade desta para o homem, a relação com adaptação, saúde e sobrevivência nos diversos ambientes e espaços.

A alimentação é também ponto relevante assim como se propõe como condição intrínseca ao homem o vestuário e a habitação, pensar nesses pontos pode parecer um pouco distante do que inicialmente fora proposto como temática, porém só nos são base para as diversas revelações de ações e intervenções diversas feitas na vida da população pelas autoridades, em busca de uma civilidade, de uma sociedade que deveria ser pautada por

determinadas regras para que se conseguisse objetivar a modernidade. Assim a salubridade era a busca essencial para o homem, para os espaços e para a Cidade em si.

A habitação onde o homem vive, trabalha, dorme, procria, pode ser revelada como auxílio e ou mesmo causa de uma vida sadia ou cheia de moléstias, e a partir daí a exclusão de espaços incoerentes e não contribuintes como a higiene começam a ser combatidos e excluídos, por figuras de autoridades, valorizando ideais arquitetônicos, assim como modelando e impondo o andar, vestir, comer, a vida da população.

Então as edificações de modo geral, casas, escolas, museus, prédios públicos, hospitais, teatros, açougues, prisões, fábricas, estes apenas um exemplo de toda uma varredura que deveria ser feita e estrutura para a adequação correta e devida de todos os cidadãos, propostos como reflexo e contribuintes de um processo civilizatório, ou apenas um processo pela busca de ser sinônimo das imbricações europeias. (PONTE, 1993)

As problemáticas se aglomeram nos ambientes, espaços, na visão da Cidade que deveria ser extinta, pois para o olhar moderno e civilizado não caberia a febre amarela, a malária, a peste, a fome, a miséria, o desemprego, a falta de total estrutura que constituía a maior parte das cidades brasileiras.

Os jornais apesar de não serem fontes diretas a população maior, já que se faz válido lembrarmos que a maioria da população no dado período é analfabeta, nos servem como objeto de análise nos quais os ensejos presentes nos escritos desde simples denúncias até questões como a profilaxia e cura de determinadas enfermidades que assolavam a população se faziam presentes e constantes nos mais diversos.

O ensino continuava elitista e o com domínio das áreas do ensino secundário e superior perante o primário por questões relacionados a política vigente brasileira, como medida que muitos acreditavam ser motivadas e correspondentes a um controle da formação pessoal, articulações de jogo de poder e controle do país.

Os primeiros defensores, segundo algumas colocações da bibliografia que envolve o assunto, temos os portugueses por livros, artigos, dissertações e teses que já permeavam os anseios da Higiene, e na racionalidade das recomendações e práticas da postura moderna e desafiadora que todo o processo exigia da população, seguindo uma linha muito pautada entre a infância e a maternidade. (CADERNOS CEDES, 2003)

Faziam-se presentes nos diversos periódicos áreas específicas a enfoque de saúde, de doenças e para com a higiene principalmente das crianças, embora não fossem em todos, e de início sem grandes destaques específicos, tendiam a auxiliar em torno de diversas temáticas.

Porém nas revistas médicas e também nos jornais eram destinados locais específicos a publicações diversas que não deixavam de está inseridas e envolvidas em questões políticas como denúncias sociais ligadas a saúde, a doenças e a educação como quadro geral e referente da sociedade cearense.

Figura 6 – Pequena nota de capa de jornal, área específica a divulgação de dados do Departamento de Saúde.

CENTRO DE SAÚDE DE FORTALEZA

Serviço de higiene de criança

H O R A R I O

**SECÇÃO INFANTIL — 0 A 2 ANOS — 8 AS 10
E 13 AS 15 HORAS.**

**SECÇÃO PRE-ESCOLAR — 2 A 7 ANOS — 8 AS
10 E 13 AS 15 HORAS.**

**SECÇÃO ESCOLAR — 7 A 14 ANOS — 8 AS 10
E 13 AS 15 HORAS.**

TODOS OS DIAS ÚTEIS

“Atender às instruções do Departamento é a
melhor maneira de auxiliar os funcionarios postais e
telegraficos na execução de serviço rápido e perfeito”

Fonte: Jornal O POVO (1941)

Buscando assim um homem consciente de suas condições de saúde, ira trazer à tona a valorização e ideias em torno da concepção de corpo, das prerrogativas do tipo de vida no meio rural e urbano, do medo à doença, às aglomerações, propondo como apoio para a

propagação do tipo de vida que todos deveriam se adequar: os exercícios, o trabalho e a educação.

Traçando comportamentos, posturas adequadas, civilizadas, corretas, de acordo com o referendo e representativo de um estado moderno, urbano e civilizado, como podemos ver logo abaixo o quanto imposições de regras e hábitos eram feitos desde cedo.

Vimos então durante o século XIX e o início do XX descrições diversas de ações e comportamentos sociais demarcados em pêndulo constante, descrevendo o certo e o errado, uma produção que almejava como resultado homens higiênicos, higienizados e higienizadores. Onde os manuais de médicos oitocentistas já traziam consigo delineamentos de uma formação para com uma doutrina da higiene, da reordenação médica e humana. (CADERNOS CEDES, 2003)

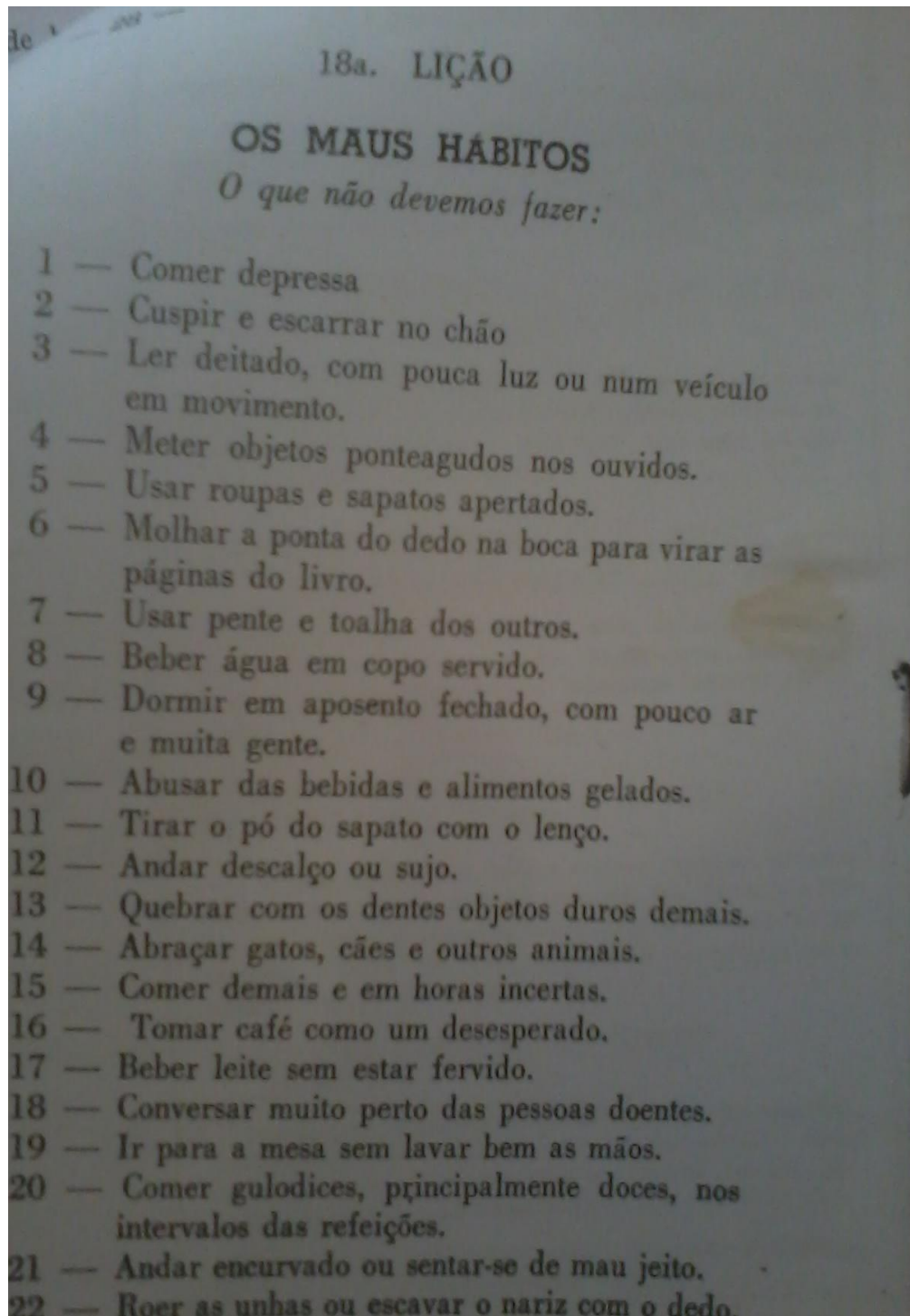
A racionalidade médica reuniu argumentos, calculou procedimentos, investiu em técnicas, construiu instituições, constituiu novas incorporações e fabricou artifícios e métodos para a produção de uma ordem médica totalmente apoiados em uma reestruturação política, onde eles eram sujeitos atuantes. Observar, analisar, diagnosticar, prever, prescrever, controlar, verbos presentes de forma quase intrínseca no cotidiano social do dado período.

Difundindo preceitos médico – higienistas, quase como uma doutrina, a corporação médica e as autoridades de modo geral buscavam um delineador comum, uma corporação, uma perspectiva uniforme, homogênea para com uma sociedade extremamente heterogênea. Intervindo junto a ações e espaços íntimos das habitações, das famílias, das escolas e de suas professoras.

Todos os apontamentos que vemos presentes na figura abaixo foram buscados, almejados pelas autoridades como algo a ser homogêneo em sua população, mas criar novos hábitos e torna-los possíveis da apreensão da maioria fora difícil, em dado modelo de sociedade em sua grande massa ainda em processo de transição de um permear entre o urbano e o rural.

Propomos, assim, ir de ponto a ponto ressaltando as contribuições e os conteúdos relevantes referentes a estes pontos que deveriam, segundo o discurso, ser ciência sabida por todos. Portanto tentaremos fazer aqui apontamentos diversos sobre as publicações referentes a cada ponto aqui anteriormente citado, revelando estratégias de preparação para estes estudos de didáticas diversas e aprofundamento teórico, vistas em produções direcionadas à determinados públicos alvos, que vão desde o nível superior, para a formação médica e de inspeção sanitária ao currículo escolar da formação docente e primária.

Figura 7- Lições sobre os preceitos de Higiene propagados para com a população.



Fonte: SAMPAIO, p.28 (1951).

Porém deixemos claro que esses conteúdos foram retirados de uma obra didática produzida no dado período, fonte primária, ressaltando não só suas contribuições em uma

perspectiva descritiva de cada item, mas como obra direcionada ao uso pedagógico, de uma linguagem específica e característica, reflexo da educação proposta no período estudado.

2.4 Noções e Preceitos de Higiene: água, ar, clima, alimentação, roupas, casas, trabalho, escola e etc.

A obra contemporânea à datação escolhida para a pesquisa, e que nos será a referencia base dos escritos deste ponto dos relatos, é a intitulada: “*Noções de Higiene – Para uso das escolas*” de 1935, a autoria é de Afrânio Peixoto, então professor da Faculdade de Medicina e de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Uma produção configurada como uma revista que deveria ser adaptada a cursos superiores e ao uso das Escolas Normais, Ginásios, Escolas Profissionais e Liceus.

De tal modo vai se revelar uma higiene para cada ponto apenas citado aqui anteriormente como: a higiene do ar, do solo, da água, da alimentação, da habitação, da puericultura, do trabalho e da educação. Um caminho que irá percorrer códigos de posturas e mudanças de posturas que deveriam ser pautadas a partir de reeducação, onde a busca da medicina não era mais pelo curar e sim por evitar os males.

Para propagar essas mudanças fazê-las mais fáceis de serem concebidas na medida do possível, propõe-se fazê-la a partir da escola, ou melhor, da criança que terá maior atenção. Mas poderemos verificar que a Higiene não está proposta apenas no lavar as mãos e outros asseios básicos do corpo como muitos imaginam, esta ciência vai permear os mais diversos ambitos que cercam a vida humana biologicamente e socialmente.

O solo, a água, o clima, a alimentação, a habitação, o trabalho, o corpo e a educação foram alvos, vieram como conhecimento, detalhes necessários para cada individuo entender e assim poder associar com a questão da higiene e da própria relação com a natureza e seus desdobramentos.

2.4.1 Solo

O Solo deve ser estudado: sua formação, composição e qualidades; especificidades como temperatura e umidade, porosidade, declives ou aclives onde melhor seria melhor para fazer o alicerce da casa; noções geográficas e biológicas que se propõem

como indispensáveis para o melhor uso de informações sobre micróbios e parasitos, e sobre o saneamento, por exemplo.

Qual o melhor local pra si morar, em qual região, que tipo de solo favorece ou não a construção de sua habitação, que problemas futuros podem ou não acarretar a você depois com uma indevida escolha de um solo. Questões que apesar de destacadas são colocadas conjuntamente com a informação de que apesar de tudo isso ser extremamente importante, os frutos da modernização, industrialização e urbanização das cidades dificultam extremamente o processo de escolha.

Quando colocamos isso não falamos da sociedade abastada que pode e deve fazer moradia nos arredores das principais ruas e praças das cidades, estamos aqui lembrando a grande massa que na maioria das capitais estaduais brasileiras foram expulsa dos grandes centros, afastada das mais diversas maneiras da circunferência higiênica, moderna e civilizada.

O saneamento fora ponto chave também no combate a proliferação de moléstias, pois o mau uso com a presença de excesso de água, acúmulo de imundices e dejetos de esgotos proporcionava maior facilidade de contaminação e proliferação de mosquitos e transmissores de infecções.

A busca por dessecação, a construção de aterros e fossas está dentre as possibilidades de combate à formação de chamavam de pântanos, onde até mesmo o uso de plantas como: eucaliptos, girassóis, gramíneas, etc. cujo cultivo ajuda no processo deposição do terreno.

2.4.2 Água

A Água, como meio indispensável à vida, torna-se também, indispensável assim, o conhecimento sobre sua ciência, origem, composição, propriedades, e sobre as possibilidades de proveniência e captação, depuração e questão da contaminação.

Todas as prescrições higiênicas envolvem de uma forma ou de outra a questão da água, porém o que podemos colocar aqui, que se faz obvio e imprescindível ao processo esse elemento natural, mas a grande questão é não adiantava a profilaxia de diversas doenças, códigos de posturas relataram o quão limpa deveria ser suas vestimentas, crianças, famílias, casas e ruas se o governo não lhe dava subsidio para isso. Pois a grande maioria da população

até meados da década de 50 do século XX apresentavam-se com acesso restrito a água e ao seu uso.

Embora este ponto talvez devesse ser o maior e ou de maior destaque dentre todas as questões aqui abordadas, seremos breves em suas definições já que ele de uma forma ou de outra se fará presentes em grande parte das colocações dos outros pontos fazendo assim melhor opção o resumo para que não nos tornemos repetitivos nas observações.

2.4.3 *Clima*

O Clima é trazido inicialmente a partir da questão do ar, este colocado como proposta de higiene do meio respiratório; então estudar a composição do ar, como, o que e quanto respira o homem, as condições para uma melhor respiração são não somente imprescindíveis à saúde, mas à vida em si.

Por exemplo, a respiração de um homem consome em uma hora cerca de vinte a vinte e cinco litros de oxigênio exalando de quinze a vinte litros de gás carbônico, essa informação faz-se necessária a partir da questão de locus: em um ambiente de confinamento que podemos colocar aqui como em aglomerações, teatros, comícios, escolas, hospitais, oficinas, enfim locais que podem proporcionar, junto ao tempo, insuficiência respiratória.

Acreditava-se, assim, que nas condições supracitadas pessoas estavam expostas a desenvolvimento imperfeito, clorose, anemia, a doenças diversas e até mesmo a tão temida das moléstias, a tuberculose. De tal modo propunham a maior circulação, ventilação seja artificial e ou natural nos ambientes, melhorias gerias nas estruturas físicas.

Porém, voltando para o tema de forma mais específica que seria o Clima proposto diretamente relacionado à questão da higiene e adaptação. O clima seria como um conjunto das condições físicas particulares de uma região, e ele por vezes fora associado a diversas doenças, classificadas como climáticas, e desse modo o conhecimento de suas variações e especificações as localizações se fazem necessárias aos homens.

A tuberculose nos é sabido tivera dentre seus estudos e diagnósticos diversas relações com a questão do estudo do clima, associado a alterações no quadro e grau da doença, tendo escritos que chegam a colocar como influente, a salubridade proposta a uma determinada região ou não nas melhorias da enfermidade.

É colocado como conclusivo a essa pauta que o Brasil se propõe como um lócus que possui um clima que não importa absolutamente a questão de salubridade, e permite ao homem uma boa relação com a natureza, assim também o propiciando um desenvolvimento próspero e feliz.

2.4.4 Alimentação

A Alimentação, entender a importância dos alimentos, suas propriedades, origem, tipos, formas de uso e consumo e suas contribuições ao bom funcionamento do corpo humano, assim como os tóxicos e nocivos ao seu consumo. Onde, pra que, porque e como fazer a ingestão de determinados alimentos, temperos e de tal modo também de bebidas tudo relacionando a ter ciência do que faz mal ou bem ao homem a sua qualidade de Saúde.

Nos está claro que não se discute se a maioria da população passa fome ou não, se tem ou não acesso a metade dos alimentos estudados e indicados, a questão é torna sabido a todos a influencia da nutrição à saúde e higiene, e assim vegetais, frutas e carnes dos diversos tipos vão ter sua estrutura detalhada, assim como o melhor consumo e preparo.

Saber o que faz mal ou bem nas gorduras, nos minerais, nos açúcares. Qual a melhor parte da carne do boi seja pela perspectiva de sabor e ou saudável? Será que nos é sabido qual a melhor temperatura para se fazer determinados alimentos e alertas para com o consumo de carnes cruas e ou mau passadas delineadas como ingestão de mau hábito.

Outra proposição levantada é a necessidade de maior preocupação com a inspeção sanitária, para que não haja o consumo de carnes suspeitas e infectadas, já que deve-se ter bastante cuidado com a proliferação de doenças também entre os animais.

Alertas são feitos de forma constante e contundente em relação a correta conservação dos alimentos, assim como o grande cuidado com o consumo e a utilização do leite. Listas são apresentas de doenças diversas como: intoxicações, febre aftosa, a peripneumonia e a peste dentre as que mais se propagam em meio aos animais.

Assim a profilaxia continua em torno também dos alimentos vegetais e das bebidas de forma geral e há sempre uma grande preocupação com o uso e consequências do consumo do álcool, e todo o desencadear social que a sua utilização proporciona.

2.4.5 Habitação

A medicina, ao se impor como técnica de regulação do contato entre indivíduos e família, cidade e Estado, teve na casa um dos maiores aliados. Do ponto de vista da higiene, a habitação antiga prestava-se a todo tipo de crítica. Sua arquitetura fechada, impermeável ao exterior, elaborada para responder ao medo dos <<maus ares>>, ventos e miasmas foi duramente atacada pelos médicos como insalubre e doentia (...). (COSTA 1999).

Assim como arquitetos e engenheiros traçam as melhores formas e os mais adequados contornos de uma casa, o higienista também vai delinea-la, pois ele a enxerga para além de um abrigo, locus seguro, cômodo e agradável, mas principalmente preocupa-se que seja um ambiente sadio.

Volta-se então quando vamos discutir em torno da habitação a questão do solo, clima, ar, ventilação, umidade e iluminação do ambiente, a respiração de seus moradores, assim como a localização da casa, a vizinhança, a rua e o material utilizado em sua construção, o tipo de telhado, a maior possibilidade de recursos naturais utilizados, a iluminação artificial, o tipo e melhor forma de uso.

A água novamente é tomada como ponto alvo devido onde armazenar, a melhor maneira e uso dela. Como também uma outra grande preocupação está em torno do banheiro, de seu uso a localização e tipos de aparelhos que podem e devem ser utilizados em busca dessa maior higienização da casa.

Há todo um delinear onde morar, como construir, que materiais utilizar, onde essa preocupação em torna das casas não é algo novo e de caráter específico ao dado momento da obra supracitada até então, datada de 1935. Porém, as últimas décadas do século XIX já traziam preocupações, que sem dúvida nenhum podem ser mais expostas e demarcadas a partir do período republicano junto à todas as transformações políticas e sociais almejadas junto a todo o processo.

O que podemos observar dentro do contexto de modernização, higienização e sanitização da cidade é que as classes menos abastadas por muito eram responsabilizadas pela difusão de doenças e da própria desordem social, eram vistas como não civilizadas e perigosas. Assim, ao longo do período analisado, as moradias, especialmente aquelas mais humildes, são tomadas cada vez mais como objeto de observação e análise dos médicos.

O discurso das autoridades voltado para a exaltação dos preceitos da higiene vai se intensificando ao longo do século XX, e não obstante a precariedade dos serviços e da estrutura hospitalar. Ao mesmo tempo em que o número de habitantes cresce em Fortaleza, vai se tornando ainda mais complexo o quadro de ocorrência das doenças.

A precariedade, a configuração dos espaços, a falta de higiene e a promiscuidade das habitações são concebidas como elementos extremamente nocivos à salubridade, na medida em que contribuem para a proliferação dos agentes causadores de doenças diversas. Essa preocupação é acentuada no trecho a seguir do Relatório de Presidente da Província de 1928:

Preciso é que o Estado assegure, quanto possível, a saúde publica, com uma organização higienica capaz de evitar a propagação das moléstias infecciosas e de reprimil-as com segurança, caso não tenha podido embarcar a sua irrupção. As questões concernentes á hygiene publica devem ser objecto de sérias cogitações dos governos conscientes da sua missão³.

Em artigo, publicado na revista Ceará Médico em 1930, com o sugestivo título “Casas Assassinas”, o Dr. Demosthenes Carvalho faz uma caracterização de boa parte das casas da Cidade, com o objetivo de indicar que estas são acentuadamente insalubres, uma vez que não permitem a livre circulação do ar, a boa luminosidade e o “perfeito asseio”⁴.

Contudo as casas eram mal construídas dentre inúmeros motivos desde a falta de recurso e má qualidade dos materiais utilizados, assim como a ignorância médica dos seus proprietários. Deste modo, construir edificações que possamos classificar como casas higiênicas, traz consigo a norma da constante assepsia da casa e dos corpos, onde desde o nascimento o que as crianças como comportamento pode ser só reflexo do que as rodeia.

2.4.6 Trabalho

O processo de modernização e industrialização modificou de diversas formas a vida humana e isso já nos é sabido, e em relação obviamente ao Trabalho tivemos mais do

³ Caderno de Saúde Pública, pg. 35, ano 1928. Relatórios de Presidente de Província. CEARÁ, Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. Catalogo geral. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. Idem.

⁴ CARVALHO, D. **Casas Assassinas**, in Ceará Médico. v. 9, n. 7, pg. 2-5 julho de 1930.

que mudanças indiretas, mas toda uma reestruturação na relação homem – trabalho. E, assim, na relação Higiene e Trabalho podem-se propor algumas questões sanitárias que suscitam a duração do trabalho, a insalubridade das indústrias e os acidentes profissionais.

O tempo de trabalho, motivo causador de estafas, pois a impossibilidade de competição com as máquinas tornaram ainda mais desgastante o exercício, diminuindo o rendimento, assim sendo proporcionando ainda salários de fome que só tornaram a vida ainda mais pesada quando obrigaram a entrar para mesma rotina mulheres, e até mesmo crianças.

A insalubridade do ambiente de trabalho, pois por muitas vezes a localização das fábricas se davam em galpões e ou locais impróprios, fechados, abafados, aglomerações de pessoas, máquinas, estas por vezes de usos perigosos, proporcionando diversas vezes acidentes e danos profissionais. Além de tudo ainda se tinha o manuseio de produtos diversos, que por muitas vezes tóxicos, impuros, infectuosos que só facilitavam a proliferação de moléstias e enfermidades nestes ambientes.

Igualmente neste ponto volta-se a outros já destacados anteriormente como suportes para o bom funcionamento e caráter higiênico dos processos e da vida do homem em si, como a necessidade de uma boa moradia, alimentação e vestimentas.

Em relação a perspectiva da temática do Trabalho, retomaremos, embora com um enfoque um pouco diverso do aqui colocado, que seria a dada relação que os ideais republicanos fizeram entre Educação, Trabalho e Progresso Nacional.

↓

2.4.7 O corpo, o asseio, os exercícios e as vestimentas

As vestimentas também ganham seu destaque, pois é dada a devida importância à questão de onde, como se usa a roupa e principalmente em relação a clima e trabalho. Um ponto que está ligado diretamente à questão também do Corpo, da cultura corporal, de exercícios e concepções de corpo.

Saber quais são os tipos de tecidos, sua natureza e propriedades, a condutibilidade térmica, a permeabilidade, a cor, durabilidade e facilidade de asseio. Qual a melhor roupa para cada parte do corpo, como o seu tórax e ventre; qual a mais adequada para dormir; o cuidado com o uso de capacetes, bonés e chapéus.

Que tipo de tecido se adéqua mais as ceroulas, calçolas, saias brancas ou anáguas, calças e saias; os pés, estes juntos aos sapatos são elencados como higiênicos ou não;

classificados como nada higiênicos são os sapatos de bico fino para os homens e saltos demasiadamente altos para as mulheres.

Exercícios são colocados como essenciais, na medida em que o movimento faz parte de modo geral da existência humana, porém coloca-se que se têm regras para esses movimentos, já que podem tanto melhorar a saúde quanto agrava-la, a intercessão da higiene está em ter ciência de como fazê-los sem torna-los abusivos e mal feitos.

Portanto faz-se necessário o domínio de conhecimentos em torno dos sistemas ósseo, muscular, respiratório, circulatório e nervoso. E aponta ao exercício corporal a necessidade de treinamento específico metódico e progressivo. Tornando-se importante a significação e identificação de proposições como fadiga e estafa.

São sempre propostas todas as vantagens que o desenvolvimento de exercícios traz sempre com alertas das limitações e regras que envolvem a questão, porém a grande colocação está nas indicações que eles proporcionam saúde física e moral, colocando que a disciplina que envolvida ajuda na construção ou a reparação do caráter.

A educação higiênica por vezes vai se valer nos esforços dos mais diversos profissionais a partir da disciplina como meio e correta forma de se chegar às objetivações necessárias à reestruturação social.

O corpo e o asseio deste vai ganhar grande destaque tanto no auge de algumas moléstias, como pela questão da busca pela saúde em si, onde limpeza corporal vai ganhar detalhamentos diversos que devem ser sabidos a todos como forma de conservação e proteção corporal.

Então o banho, ensaboamento, o cuidado com as aberturas normais do corpo como: boca, ouvidos, nariz, olhos e partes íntimas são necessários e pautados como posturas que devem ser incorporadas por todos.

Assim, vai se ensinar qual tipo de banho se adéqua a que situação, temperatura, seja frio, a vapor, quentes, duchas que junto com o sabão e o seu modo de uso farão a correta higienização. Preocupações com o cabelo e o couro cabeludo, o tipo de produto que se utiliza, o corte, os pentes e escovas indicados e cuidados com a barba.

As mãos, os pés, as axilas e as partes íntimas são pontos destacados como impreterivelmente há de se manter maiores atenção e cuidado devido a maior probabilidade de infecção e transmissão de infecções e bactérias e assim a água, o acesso a ela e o seu adequado só ganham destaque novamente.

Figura 8 - Revista Minhas Lições


**Higiene do corpo. Vestuário.
Exercícios físicos e banhos de
sol. Ar puro e ar impuro.**

A saúde é uma coisa preciosa. Quem não tem saúde é doente; e uma pessoa doente não pode ser feliz.

Se você quer conservar sua saúde, faça o que vou lhe ensinar:

1.º — Cuide bem da limpeza de seu corpo: tome banho todos os dias, ensaboando-se bem, para que os poros de sua pele não fiquem tapados pela gordura natural do corpo e pelas poeiras.

2.º — Lave sempre as mãos antes de comer seja o que for. Traga as unhas sempre limpas e aparadas.

A simple line drawing of a person with short hair sitting on a shower seat, looking down. Above them is a circular showerhead with a pipe extending to the left. Vertical lines represent water falling from the showerhead onto the person.

2.4.8 Doenças e Moléstias

Às doenças, acidentes, moléstias diversas também ganham destaque perante a profilaxia, mas não somente como percentuais de endemias e epidemias e também de mortalidade, mas principalmente como indicações de como evita-las e trata-las de forma geral na medida do possível.

Alertas de cuidados com acidentes como: ferimentos, hemorragias, queimaduras, envenenamentos, embriaguez, afogamentos e asfixias dentre outros são destacados tanto no formato de como evitá-los, como na questão de quais procedimentos devem ser tomados para ajuda e socorro nos devidos casos.

Em relação aos agravos a saúde tentam tornar conhecimento comum a todos à noção de infecção, contágio, miasmas, epidemia e endemia. Porém as que ganham grande destaque pelo número de suas infestações assim como de mortalidade associada às enfermidades são: Febre Amarela, Malária, Peste, Cólera, Febre Tífica, Disenterias, Varíola, Sarampo, Difteria, Meningite, Tracoma, Tuberculose etc.

Todos os males supracitados são salientados junto suas principais causas, para objetivação de evitá-los e a melhor profilaxia recomendada a cada caso, as necessidades de isolamento parcial, total, domiciliar e ou hospitalar, notificação, imunização e desinfecção. Vigilância sanitária e produtos e mais produtos que começam a ganhar destaque indicados a enfermidades específicas e muitos com propagandas que prometem a cura.

Não é paradoxo dizer que cada um terá, pois, a saúde que merece, se, informado do que póde em bem da própria vida, nada fizer por ela ou ate a malbaratar, em dissipações que arruinam e matam. E para isso, basta apenas seguir os preceitos da higiene. (PEIXOTO, 1935 p. 4)

Figura 09 - Propaganda de Combate ao Trachoma (mais uma das tantas doenças e enfermidades diversas que assolavam a população brasileira)

A cura do Trachoma

Antigamente o trachoma era considerado moléstia incurável. Entretanto, o dr. Melon de Alencar Filho, médico humanitário, premiadamente falecido, curou centenas de Trachomatosos, com o seu conhecido



Trachomatol

O TRACHOMATOL, pela feliz combinação de seus componentes, mereceu aprovação unânime do 6.º Congresso Brasileiro de Medicina, quando ali foi conhecida sua fórmula. Tendo, ainda, por sua inocuidade, a vantagem de poder ser aplicado pelo próprio doente, o que não acontece com outros colírios, irritantes e perigosos.

Tratar o trachoma por todos os meios e por todos os modos é obra de sadio patriotismo de vez que por sua gravidade e difusão, é considerado uma «moléstia social».

Dr. Melon de Alencar Filho

Fonte: Revista Ceará Médico (1940) – Sessão de Propagandas de médicos, remédios e farmácias sem atribuição de paginação específica.

2.4.9 Vida Urbana e Rural

O homem como ser social necessita de contato e relações diversas de socialização. A evolução das sociedades humanas atuais tem por tendência chegar a extremas aglomerações, densos povoamentos num fluxo quase que certo do campo para a cidade, o processo de urbanização evidente já na quase maioria das cidades

Colocações indicavam que é natural o crescimento urbano por conta da emigração do campo, porém os colocam que estatisticamente os países mais civilizados mostram uma relação menos dispare entre a percentagem da população urbana e rural.

Segundo Hauser e Schnure (1975):

A concepção demográfica de urbanização, entretanto está ultrapassada por muitos outros usos do termo, nos quais a urbanização é reconhecida na maneira de viver dos homens. Por razões de conveniência, (...), usualmente, apenas no sentido demográfico, referindo-se às aglomerações de determinado tamanho ou à proporção de uma população global, que vive em locais de determinado tamanho. (Hauser e Schnure, 1975 p.75)

Iniciando a análise das duas prerrogativas a partir da higiene temos colocado como grau de contraste entre a zona urbana e a zona rural por exemplo o quantitativo de mortalidade de modo geral em referencia ao índice de natalidade, e principalmente os agravos desses índices em relação a infantil.

Urbano tem contra si o excesso de trabalho, um salário de miséria e por muitas vezes a população da cidade apresenta-se com déficit na alimentação e com o uso mais excessivo de álcool. A maior aglomeração e estruturação causam o aparecimento de casas coletivas, como cortiços, com falta de arejamento, iluminação e serviços básicos, isto é habitações insalubres.

Faz interessante colocarmos que a área urbana apresenta sim maiores índices de problemáticas relacionadas ao sanitarismo, mas também é maior foco de intervenções nas buscas de melhorias higiênicas, assim como os cuidados com as ruas e os prédios públicos.

2.4.10 Norma Familiar

A necessidade de um maior controle demográfico e político advindo da reestruturação almejada ao meio citadino ocasionaram diversas intervenções higiênicas, e uma das primeiras destas direcionou-se a medicina doméstica, buscando reorganizar as famílias, principalmente as que se configuravam em um quadro de pobreza e miséria.

A família projetada pelos higienistas tornou assim o foco inicial de todo um processo, pautado por uma moral e urbanidade que deveria ser apreendida por todos, uma relação entre o público e privado moderado em uma mesma ideologia. Através dela o Estado propunha aos indivíduos que o civismo, o amor à pátria não eram algo imposto pela política e sim algo natural e espontâneo aos cidadãos civilizados.

A medicina social percebia que a urbanização forçava a mudança da família e que o Estado, apoiando a expansão da saúde pública, lhe havia creditado uma certa confiança que competia explorar até onde fosse possível. A intervenção na casa respondia, em parte, a esta movimentação estratégica. Encarregando-se da transformação higiênica do continente familiar, os médicos ganhavam terreno, ocupavam espaços vazios, tentavam apresentar-se como úteis, necessários, indispensáveis à sanidade de todos os locais físicos e sociais do universo urbano. (COSTA, 1999).

A preocupação com a habitação fez surgir uma maior atenção às mulheres e às crianças, devido ser elas que passavam mais tempo confinadas dentro das habitações. A mulher adulta exposta a esse confinamento em péssimas condições higiênicas, sem qualquer educação sanitária, atrelando-se a isso o sedentarismo trariam problemáticas relacionadas à gestação e amamentação dessa mulher.

Um olhar diferenciado sobre a infância se posta, e com isso trás consigo um novo olhar sobre o convívio e a intimidade familiar, uma maior preocupação com o outro membro, com a habitação e com o desenvolvimento físico e mental dos filhos. E com o passar dos anos junto com ainda maior urbanização e industrialização é que a configuração familiar tende a se modificar, junto às funções do homem, da mulher e da criança.

Todo o direcionamento para com as famílias só se evidenciou ainda mais quando o foco na criança fez as autoridades perceberem que a medicina social não poderia colocar-se

com uma postura de alzo e sim numa posição de aliada, formadora e instrutora. Não colocando os pais como culpados dos maus hábitos, mas sim ignorantes de uma conduta sanitária, e por isso necessário às crianças o meio escolar.

A formação dos bons hábitos assim deveria ser apreendida por todos os membros da família, mas o interesse pelas crianças era uma forma de se produzir um adulto de acordo com a ordem médica, com isso: “A criança antes manipulada pela religião e pela propriedade familiar, ver-se-á, no século. XIX, novamente utilizada como instrumento do poder.” (COSTA, 1999 – p.175)

2.4.11 Educação

O colégio não devia ser apenas o local de afastamento da família. Seu interior não podia continuar repetindo os padrões de educação familiar. A desordem que caracterizava a organização doméstica não podia reproduzir-se dentro dele. (COSTA, 1999 – p. 181).

Inicia-se a partir de então a saída da criança das casas insalubres e cheias de maus hábitos e problemas sanitários, não podem ficar nas ruas sem um direcionamento, e propicia assim a delinqüências diversas desviando o ideal de ordenamento, assim a escola mostra-se como ressalva junto a educação como forma de salvá-los e de propagar através deles a aquisição de boas condutas.

A Educação junto ao regime escolar e a questão da inspeção médica serão pontos que não nos ateremos aqui, pois acreditamos ser um ponto tão relevante e alvo de nossos estudos, que por hora é citado aqui sim, como uma das prerrogativas propostas para o estudo didático dos diversos assuntos que permeiam a Higiene, porém cremos que merece bem mais atenção, na medida em que, a escola vai ser o lócus escolhido para o desenvolvimento mental necessário aos homens que auxiliariam o progresso brasileiro, assim como a educação seria o meio propagador de uma cultura, produzida e reinventada, mas que deveria ser concebida por todos.

Enfim, o que queremos destacar é a construção de um capítulo voltado à avaliação dessa Educação para Saúde e de todas as nuances que contribuíram para sua composição, assim como todas as prerrogativas advindas dessa perspectiva, um panorama que irá nos levar a campanhas e ações diversas pautadas em representações sobre a infância e, ao mesmo

tempo, em uma inabalável crença no poder modelador da educação e da escola. Porém antes de revermos se isto fora possível e como se constituiu, faz-se interessante revermos, primeiramente como estava configurada a Educação no dado período, em uma perspectiva macro de Brasil, às nuances da sociedade cearense.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1930 – 1960)

*Salve! Escola que tanto adoramos.
Salve! Ó templo do bem e do saber.
Em teu seio fecundo esperamos
A ciência e virtude sorver.
O progresso se funda no ensino,
E no ensino o Brasil se fará;
Mais brilhante será seu destino...
O futuro da pátria aqui está.*

*Hino Escolar, letra de R. Puigari.
Revista de Ensino, n.5, 1902⁵*

Propomo-nos aqui falar sobre a História da Educação sim como a titulação do capítulo já indica, porém faz-se necessário esclarecermos que nos é sabido que muito se pode e se deve falar dentro do período destacado, mas o que podemos propor como análise são destaques de fatos e configurações da época que possam contribuir junto a esclarecimentos da estruturação da temática estudada.

Na finalidade crítica de podermos construir uma história que seja realmente instrumento de concepção e avaliação do homem e de sua realidade, tentando ir além do que seria apenas uma coletânea de dados, entendendo outras proposições que podem ser objeto da história, a partir da perspectiva da história cultural é que vislumbramos a História da Educação.

Investigar o passado é um modo adequado que se busca para melhor entender o presente. Mergulhando assim na História da Educação buscando entender melhor os contextos político-econômicos, e junto a isso identificar as tendências pedagógicas vigentes, continuas e ou consideradas retrogradadas na construção educacional.

Pretendemos aqui abordar um pouco do que se podia considerar como Educação, como Instituição Escolar e Pedagogia para o dado período pesquisado. A pesquisa em Educação e História nos permite verificar as relações no processo educacional, seja

⁵ SOUZA, Rosa Fátima de. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil) – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da educação brasileira, v.2)

sistemático ou não, a partir do social e do político como forma de articulação de poder e dominação.

Podemos ver a escola, a instituição de ensino para além do papel de lugar de promoção da educação, já que a escola é um espaço de exercício de poder, pois é um espaço de possibilidades, de impor comportamentos de terceiros a vontade própria. (WEBER, 1999).

As normas e práticas referentes à cultura escolar são complexas e variam no espaço e no tempo, encontram-se na instituição escolar e é possível evidenciá-las sobre aspectos considerados pelos autores como categorias de análise, onde dentre eles figura o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas, assim também nos ateremos mais adiante à configuração arquitetônica desses prédios.

Situando a pesquisa na linha de instituições escolares, salientamos que estamos sim falando sobre o ambiente de ensino, mas também sobre todo um processo de Saúde que permeava a instituição, como também buscamos por entender Educação para além dos muros escolares, feita no lar, nas ruas e na socialização dos habitantes.

Procuramos estabelecer relações da educação e arquitetura, como um lócus que é capaz de revelar todo um contexto econômico, político, social e cultural, pois nos é possível rever a cultura escolar, o edifício, sua organização e caracterização desde a própria ideia pedagógica empregada pela configuração do prédio do ambiente de ensino. (BUFFA, 2005).

A arquitetura que se apresentava nas décadas assinaladas para acolher a pedagogia da escola nova continha elementos do passado, que, ao materializar escolas supostamente modernas continham, na verdade, características tradicionais, fazendo das escolas verdadeiros templos e palácios do saber.

Contudo na primeira republica apesar da continuidade de um poder elitista, surgira uma relativa abertura para uma possível participação popular, que no campo da educação, segundo Ghiraldelli (1992), basicamente três correntes pedagógicas distintas formaram o cenário das lutas político - pedagógicas: a Tradicional; a Nova; e a Libertária.

A primeira revelava aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e a Igreja; a segunda emergira dos movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do estado e da sociedade; e o por ultimo a terceira citada que ao contrário das outras tinha projetos ligados a pensamentos de movimentos sociais mais populares.

Apesar do debate sobre constituição de espaços dedicados ao ensino e a fixação do tempo na escola já existir anteriormente, somente a partir da ultima década do século XIX que se começou a questionar e buscar ações que solucionassem problemáticas referentes à

administração e fiscalização das escolas isoladas e das próprias condições gerais que essas escolas se apresentavam, que dificultavam o próprio trabalho com materiais didáticos mais novos. (FARIA FILHO, 2000)

Aliada a toda esta perspectiva teve assim o desenvolvimento da ciência e da política higienista que iniciaram um avanço maior junto às reivindicações de espaços escolares mais apropriados à atividade de ensino - aprendizagem.

Muitas vezes a criação de escolas isoladas e de escolas primárias e grupos escolares foi superior à própria possibilidade de provimento, isto é, a existência de professores habilitados para supri-las. Prova disso foi à criação de cargos de professores itinerantes, isto é, de professores que atendiam a duas ou mais escolas, principalmente na área rural, e a equiparação dos cursos complementares aos cursos normais, para a contratação de professores.

Antes de nos atermos de forma mais específica a educação e a arquitetura em Fortaleza, representativa de pontos e fatos cearenses, nos anos de 1930 a década de 1960, nos propomos relatar um pouco sobre a estrutura educacional no Brasil, de forma mais específica ao ensino primário, já que é a partir dele que vimos à possibilidade de alinhamento entre Educação e Saúde.

3.1 Ensino Primário

A República no Brasil trouxe consigo, como já abordados, mudanças às vezes efetivadas e por muitas somente almejadas nos âmbitos sociais, culturais e políticos da sociedade. Fora nas primeiras décadas do século XX que a escola primária influenciada pelos ideais de modernidade e civilidade vê-se com funções redefinidas.

A escola primária voltada para a maior parte dos habitantes das cidades tinha de difundir saberes das ciências físicas, naturais e sociais, enquanto a escola secundária, atendendo as elites dirigentes e a classe média com caráter humanista.

A ampliação e modernização dos programas do ensino primário proporcionaram a introdução de matérias que acompanharam a renovação didático - pedagógica e administrativa do ensino primário, a expansão gradativa e continua desse nível escolar; e assim ciências físicas e naturais, história, geografia, música, geometria, instrução moral, educação física,

desenho, instrução cívica e trabalhos manuais passam a fazer parte do programa primário como conteúdos válidos para a instrução popular. (SOUZA, 2008)

Conhecimentos práticos e úteis, considerados potencialmente relevantes para que a escola cumprisse suas finalidades, isto é, que possibilitasse uma racionalidade que favoreceria na modificação de comportamentos e hábitos, direcionando o alunado a valores e condutas referentes à modernidade objetivada.

Os sistemas nacionais de ensino, implantados em diversos países ao longo do século XX, tinham por base os ensinamentos básicos da leitura, escrita e cálculo. Proposições e prescrições diversas que envolviam regras, saberes e metodologias de uma pedagogia normativa que irá se propor diante da formação do ensino primário e assim também na formação de docentes.

Proposições que elencavam finalidades a educação nas mais diversas, ao mesmo tempo em que direcionava todas ao preparo do homem para a vida, onde este homem deveria ter ciência de atividades que contribuíssem para a qualidade de sua saúde, da disciplina, das contribuições da educação e de como conservar melhor seu corpo, protegê-lo e talvez interpretado pelas autoridades como forma de controle.

A sociedade sacudida pelo progresso citadino e desenvolvimento do capitalismo tinha um norte e representação na ciência, e, portanto o ensino, a escola primária ganharia assim status incontestável na estruturação citadina. A educação prepararia o homem para a vida produtiva. A educação das massas serviria ao desenvolvimento econômico, preparando os trabalhadores para compreender os fundamentos da sociedade industrial. (SOUZA, 2008)

A educação como um projeto de modernização e disciplinarização de condutas, onde a escola seria o espaço físico para a propagação de uma moral e civilidade que deveria refletir em hábitos e costumes. A modernização do currículo da escola primária, na segunda metade do século XIX, foi uma consequência dessas múltiplas finalidades atribuídas à educação popular.

Uma preocupação totalmente permeada de um patriotismo onde a disciplina de Educação Física presente no currículo da escola primária era vista como elemento contribuinte na formação do homem moderno, já que necessitava de um homem que apresentasse toda a capacidade física, contribuísse assim com ela para com a nação. E para isso não poderia de descuidar da alimentação e dos exercícios.

A educação do corpo, a difusão das noções científicas e dos saberes instrumentais para o trabalho atrelado a educação moral e cívica, que no Brasil teve discussões sobre a renovação dos programas do ensino primário, que se intensificaram no final do século XIX,

quando a educação popular ganhou centralidade nos debates políticos, concebida como fator fundamental para a garantia das transformações econômicas, sociais e políticas necessárias ao país.

Seria incumbência da escola primária, fornecer às camadas populares alguns conhecimentos técnicos, de cunho profissional. Educar o povo regenera-lo, combatendo os maus comportamentos, propagando os discursos republicanos transformando-os assim em cidadãos.

A educação popular promovida por uma nova aparelhagem republicana ocasionou diversas reformas na instrução pública, incumbidas segundo a renovação pedagógica de aderir ao método intuitivo, premissa da escola moderna que deveria apresentar-se com nova metodologia e processos de ensino.

A escola ganhou poderes simbólicos e práticos palco micro da sociedade, ao mesmo tempo que meio propagador para ela de uma doutrina que pretendia moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores necessários para o contínuo desenvolvimento da nação.

De tal modo que duas medidas inovadoras foram continuamente apontadas como garantia de eficácia de todo o sistema: a formação científica e prática dos professores realizada nas Escolas Normais e em suas escolas – modelo e a criação de um serviço de inspeção técnica para a orientação do ensino. (SOUZA, 2008).

A crença no poder da escola tornou-se uma representação amplamente disseminada e compartilhada na sociedade brasileira. À escola primária caberia moldar o caráter das crianças, futuros trabalhadores do país, um modelo de ambiente de ensino mais completo, complexo, econômico, científico e racional.

Os primeiros grupos escolares organizados já nesses moldes de uma escola graduada, símbolo da renovação proposta, iniciaram sua implantação a partir de 1893. Segundo Nagle(1976) em 1922 tinham-se registros que mostravam índices baixos e desestimulantes, como o de que cerca de 1.030.752 alunos matriculados nas escolas primárias brasileiras, representavam apenas 2% da população escolar.

O modelo ideal de escola pública primária, instalados em prédios especialmente construídos para escola ou em edifícios adaptados, representações contrastantes entre a ascendência e o aspecto de dominação delas em relação à simplicidade das escolas isoladas teve sua perspectiva burocrática alterada. Exigia agora além de secretários, mais funcionários, a figura de um diretor que ficaria responsável pela organização e controle da escola.

As antigas escolas de primeiras letras do Império ficaram conhecidas como escolas isoladas. As escolas reunidas ganharam grande importância na primeira metade do

século XX como disseminadoras da educação popular, se configurava na união de escolas isoladas em um mesmo prédio, edifício, mas com uma divisão do trabalho que significou para docentes a perda de uma autonomia que tinham em relação ao exercício educativo, porém agora mesmo submetidos a uma hierarquia e a uma burocracia escolar, ganhavam na possibilidade de nos ensino e conteúdos aprofundar-se de forma mais proveitosa e de acordo com as matérias de cada série. (SOUZA, 2008)

Assim fora se chegando a uma racionalidade para com o currículo e um maior aproveitamento da avaliação. O programa mais uniforme seria assim controlado pelo diretor exigido agora como figura indispensável à escola primária moderna, e junto a ele temos a figura do inspetor que quando formos abordar as inspeções escolares, faremos mais alusões a estes.

O que queremos colocar é que como vínhamos dizendo irá ocorrer uma reestruturação na organização do trabalho escolar, onde propuseram a avaliação com finalidades pedagógicas sim, mas também disciplinar, a ideia de premio e punição, a ideia de controle e hierarquização do saber.

As escolas normais apresentaram-se como o lócus da questão, pois como as melhorias referentes a educação primavam pela questão do ensino primário promoviam a formação de educadoras com bases na perspectiva científica e técnica.

As ações no ensino das crianças para ler e escrever, dominar as noções de ciências físicas, naturais e sociais, eram supervisionadas diretamente pelo diretor da instituição, assim como pelo inspetor encarregado, onde os valores morais e cívico – patrióticos não poderiam deixar de permear a educação.

Característica comum às escolas primárias como o hábito de formar filas para a entrada em sala de aula, o canto do hino nacional, a chamada, o registro no caderno do cabeçalho, a realização de ditados, arguições orais, respostas em coro, provas escritas, prêmios e castigos, etc.

A busca existia assim pelo ensino prático e intuitivo efetivado por exercícios e questões práticas. A identificação com as “lições das coisas” tornou-se a expressão de uma pedagogia centrada na observação da natureza e no contato com os objetos. (SOUZA, 2008)

Problemáticas relacionadas ao ensino de disciplinas específicas com quais os professores não tinham formação e preparo como era o caso dos trabalhos manuais, do desenho, música eram comum as reclamações por parte do professorado assim, como também era sabido, que no ensino das mulheres a disciplina de Trabalhos Manuais até se efetivava, mas que por muitas vezes era inexistente para o direcionamento masculino.

Existia também assim um simbolismo, imaginário refletido nesse processo, pois era perceptível a divisão sexual de funções na sociedade refletidas no ambiente de ensino, já que as divisões de trabalho era reproduzida, na disciplina Trabalhos Manuais, pois enquanto as meninas eram direcionadas a trabalhos com a agulha, crochê, remendos, bordados, utilização de objetos domésticos, etc. Os meninos deveriam aprender sobre tecelagem, carpintaria, marcenaria, etc. (SOUZA, 2008)

Retomaremos no próximo capítulo essa relação de trabalho que irá permear a estruturação da Saúde Escolar e da normatização objetivada. Porém, quando nos atermos a falar das Escolas Normais, o direcionamento das mulheres em estudos e capacitações, a formação da professora primária mais a frente, como o maior quantitativo de mulheres inseridas neste ambiente, a inserção desta no mercado de trabalho, mesmo sem ser considerada diretamente funcionária pública, ou tratada de igual junto aos homens reflexo da sociedade de seu tempo, já estaremos dialogando com esta perspectiva de profissionalismo e relação trabalhista.

A leitura ganha grande destaque junto à escrita antes por ser meio de propagar e apreender doutrinas, repassar e proporcionar sociabilidade e cidadania, assim como por ser porta de entrada para a participação política, já que para participar, ser considerado cidadão deveria ter direito ao voto e para isto era necessário ler e escrever.

O crescimento do mercado editorial de livros didáticos ocorreu junto com a expansão do ensino, o Ceará mesmo conseguiu avanços e publicações na perspectiva editorial direcionada para o ensino primário e com a expansão deste.

Os docentes deveriam ser os primeiros a refletirem o processo que foram incumbidos de intermediar. A higiene tornou-se conhecimento valorizado em todas as ambientações, e na escola tornou-se um conteúdo valorizado na medida de promoção de bons cidadãos, no combate às moléstias, mas principalmente fora por intermédio destas prerrogativas que a educadora da escola primária ganha maior destaque em uma visualização social.

As modificações vão permear todo o traçado da cidade e os prédios escolares serão assim focos de reclamações e iniciativas na tentativa de moldá-los de acordo com o projeto modernizador. Analisar a relação entre educação e arquitetura e perceber os reflexos e inflexões na configuração dos espaços escolares, tudo isto faz parte da História da Educação, e se propôs para nós como mais uma possibilidade de discutir e rever todo um processo que ao mesmo tempo refletia mudanças e era reflexo destas.

3.2 Educação e Arquitetura em Fortaleza nos anos 1930 - 1960

[...] depurar a memória inscrita na arquitetura, na paisagem urbana, nos edifícios, na toponímia, nos artefactos, nos rastros e nas cinzas da voracidade histórica, nas experiências da vida, no esquecimento, é para o historiador da educação a consolidação do seu labor e da sua identidade (MAGALHÃES InVASCONCELOS ET. AL. 2007, p.23).

Buscando marcos na periodização da historiografia da Educação no Brasil e, conseqüentemente, no Ceará, as primeiras iniciativas de implantação do ensino primário e dos demais graus do sistema escolar decorrem das atividades dos jesuítas.

Depois da expulsão da Companhia de Jesus, por força de decisão da reforma pombalina de 1759, o primeiro instrumento legal de importância para a educação aparece na Constituição Imperial, outorgada em 1824, que previa a instrução gratuita para todos.

A criação de instituições pautadas em modernos métodos pedagógicos para a época iniciou um processo representativo de mudanças que tiveram fundamentação na sua fundação no final século XIX das Escolas Graduadas em São Paulo.

A Pedagogia Tradicional proposta como grande norteadora da educação na Europa, até o final do século XIX, com proposições de que o professor é o centro da estruturação, transmissores de conhecimento e responsáveis assim diretos do processo. (LIBÂNIO, 1991)

Assim cabia ao alunado conseguir acompanhar, decorar, apreender todo o conhecimento repassado, transformando-se em um cidadão, homem de formação intelectual e moral e assim podendo ser participe das transformações nacionais. (SAVIANE, 2006).

As modificações históricas advindas junto às modificações políticas trouxeram consigo uma certa valorização para com a educação, a escola e o professor em si, pois deveriam sim haver modificações urgentes nas edificações existentes, ou podemos dizer até inexistentes da perspectiva arquitetônica escolar.

De tal modo surgem debates em torno não só da escolarização das crianças, mas na formação dos docentes, uma maior preparação e apontamentos profissionais que desencadearam reformulações no ensino normal e por conseguinte no ensino primário de modo geral. (NAGLE, 2001, p.282).

O Ensino Superior ficava a cargo da União, porém também estava aberto aos estados e à iniciativa privada, este igualmente presente no Ensino Secundário embora fosse regido pelos Estados. Os Estados junto aos municípios ficavam responsáveis pela instrução pública primária. E a laicidade, é determinada uma posição não religiosa na escola pública, onde se observa a separação de Estado e Igreja.

O Ensino Secundário tinha por Lei Orgânica a recomendação de que a educação das mulheres ocorresse em estabelecimentos de exclusiva frequência feminina, onde estas deveriam incluir em seus currículos a disciplina de Economia Doméstica. O programa ainda envolvia a disposição e higiene da habitação, a conservação e produção de vestimentas, assim como de alimentos, orçamento doméstico, noções de puericultura e de serviço social. (SOUZA, 2008).

Entre os anos da década de 1930 a 1960 conseguiu pautar de forma mais estruturada e organizada a formação do professorado, tanto com a ampliação de vagas ofertadas para o ensino primário, propiciou assim também uma maior necessidade de profissionais para área, isso tudo a partir da institucionalização da escola secundária.

Portanto este período fora extremamente importante para a maior profissionalização e valorização do magistério, porém o que se viu a partir da década de 1945, não representava a mesma configuração, pois a educação secundária tramitou de forma mal assistida, com ações paliativas por parte do governo. (SOUZA, 2008).

No início de suas funções a Escola Normal do Ceará segue as diretrizes do Regulamento da Instrução Pública de 1881. Em 1885 é expedido o Regulamento próprio da instituição. (VIEIRA, 2002, p.140). Esta instituição acabou por diversas vezes trocando de lócus e nome, porém no dado período escolhido a Escola Normal assim como o Liceu do Ceará tiveram suas sedes definitivas construídas entre os anos 20 e 30, mesmo que já fossem consideradas estabelecimento de ensino desde o final do século XIX. Assim como já se tinha passado o processo da Reforma de 1922, referente à Reforma Educacional no Ceará.

Encontram-se, também, notícias sobre aspectos gerais da educação, e sobre o sistema educacional no final do século XIX em Castelo (1970), cujos comentários sobre os prédios escolares, no relatório do Presidente da Província do Ceará denotavam a preocupação com os edifícios, sua salubridade e frequência.

A Instrução Pública de 1888 estabelece ainda normas para construções de edificações mínimas para os prédios contratados, pois era comum a escola funcionar em prédios alugados e adaptados. Assim o cenário que apresentava Fortaleza era de precariedade

de prédios escolares e a falta de construções para um número de crianças que crescia e demandava escolarização.

Não havia na cidade até a primeira década do século XX prédios escolares públicos construídos para a finalidade da instrução primária. As salas de aula eram às vezes a casa do próprio professor ou professora ou em prédios alugados e ou adaptados, lembrando que funcionavam sem nenhum incentivo direto do governo.

Segundo Pinho (in CAVALCANTE, 2002), no período correspondente à década de 1920, no campo educacional no Ceará, prevalece à identificação de grupos que se sobrepõem aos interesses da sociedade em geral. Na Reforma de 1922, entretanto, os diversos segmentos sociais apoiaram-na e a conduziram, em nome do beneficiamento da coletividade, expressando preocupação com as classes populares.

O índice de analfabetismo no Ceará era alarmante, tornando-se assunto debatido, tanto entre aqueles que pretendiam erradicá-lo, quanto entre os que temiam uma população alfabetizada. As escolas primárias existentes construídas para este fim eram de iniciativa de particulares por muitas vezes e ou das Congregações.

Lourenço Filho no ano de 1922 veio ao Ceará e trouxe consigo um ideal renovador, apesar de críticas e contradições de estudiosos do período, uma simbologia almejada para a educação. Quando assumiu o cargo de está a frente da Instrução Pública cearense realizou modificações direcionadas a dar uniformidade entre as escolas e o ensino primário cearense. (CASTELO, 1970).

A Reforma de 1922 no Ceará possibilitou, assim como repercutiu na reorganização de vários fatores como as aparelhagens, didáticas e o próprio currículo escolar, assim como interviu na escola de formação de professores primários, a Escola Normal, suprimindo disciplinas, criando outras, aplicando práticas escolares que se fundam nos princípios da Escola Nova.

A renovação cultural do professorado cearense na década de 20, efeito principalmente das mudanças com a Reforma de 1922 no Ceará, permitiu que a escola primária cearense se enquadrasse no movimento de renovação que se processava no Brasil.

Como desdobramento deste movimento educacional, nos anos 30, encontra-se como um dos princípios básicos do escolanovismo, segundo Buffa (2002), a necessidade de se colocar a criança como centro do processo ensino-aprendizagem, e é muito isso o que perceberemos quando nos deleitarmos nas fontes referendadas no próximo capítulo.

Nas décadas de 1930 e 1940, durante o governo Vargas, o nacionalismo brasileiro alimentou-se de um projeto autoritário e centralizador. A política nacionalista, de

desenvolvimento social e crescimento econômico proposta por ele, possibilitou uma maior preocupação com a criança, que deveria ser no futuro, um adulto saudável para auxiliar com o trabalho o crescimento nacional. (BARBOSA, 1994)

Porém, o quadro de moléstia e mortalidades que acometiam a infância se fazia preocupante, assim as crianças e a escola, esta como lócus mais direto de se chegar a elas, foram sendo galgadas para dentro das políticas públicas, mais sistematizadas, como já salientamos, neste período.

Uma vez que as inspeções eram legitimadas, sempre a partir das concepções higienistas e civilizadoras onde a escola era meio propiciador e formador de homens úteis, capazes e cientes de questões sanitárias, viabilizaram em um novo processo de civilidade vivenciado pelos fortalezenses.

Buscamos assim, entender a escola e os fenômenos sociais presentes nela, colocando-os como objeto de abordagem historiográfica e suas intervenções na sociedade, mas para isso ainda temos que rever de forma mais detalhada a questão da Pedagogia e da Arquitetura no dado período vigente brasileiro, e principalmente, cearense.

3.2.1 Pedagogia

(...) A pedagogia, atraindo a medicina para o meio escolar, adquiriu um aspecto moderno elevado de proteção à crianças, e incorporando em seu programa os ensinamentos da higiene e implantando o ideal de saúde, fez muito; além de defender o indivíduo, defende a raça, eugeniza a sociedade e oferece à Nação a energia da saúde geral” (LIMA apud Mello (1942), 1985 – p.146).

De 1930 a 1945 fora introduzida uma argumentação eugênica de cunho fortemente nacionalista e centrada, sobretudo na ideia do trabalho como princípio regenerador da população. O conteúdo eugênico esteve presente também na literatura, nas gravuras de livros infantis e cartazes escolares, além de propagandas em jornais e revistas diversos. (LIMA, 1985).

O discurso republicano aprimorou os preconceitos raciais por meio da ciência, esse fator é muito importante para pensarmos os processos de desqualificação social da população escolar negra e mestiça. Uma tentativa de introduzir na escola um procedimento de

homogeneização cultural que se fez a partir de uma negação de valores étnicos e cultural de grande parte da população brasileira.

A escola assim vai ser alvo, campo de embates e batalhas diversas junto às reformulações distintas com as quais a sociedade vivenciava, foco de ações dos profissionais do progresso que buscam ir de habitante em habitante, para transforma-los junto às proposições da modernidade urbana almejada à Cidade.

Do mesmo modo que cresciam colocações em torno das mudanças para com as escolas, crescia também as denúncias de sua estruturação, pois era sabido que apesar de algumas instituições estarem e serem reflexo de toda a nova roupagem objetivada, a grande maioria das escolas apresentava-se ainda com problemas de asseio, conservação e localização não diferente das descrições dos relatórios dos presidentes das antigas províncias.

A higiene vinha presente nas questões das cidades como nos é sabido não somente a partir da década de 30 do século XX, pois desde o Regimento dos Grupos Escolares de 1907 e o Regimento Interno das Escolas Públicas de 1915, revelam uma mentalidade, uma cultura escolar higienista e moderna.

O ensino normal sofre transformações profundas segundo Nagle (2001), a escola normal “moderna” vai se estruturar neste período, fruto da Escola Nova, ou a difusão escolanovista se deu a partir de seus pressupostos. O que se sabe é que por vezes o que era encontrado nos discursos, ficava nos discursos.

Porém se as grandes objetivações transformadoras que a pedagogia vigente vinha querendo tracejar na educação cearense, principalmente depois da Reforma de 1922, deram realmente grandes resultados, de forma macro fica difícil de responder, mas dentro da estrutura formadora de profissionais da educação tivemos a criação de cursos complementares, melhorias na formação docente do curso normal, preparo técnico-pedagógico, onde se observa a inclusão de disciplinas tais como: anatomia e fisiologia humanas, pedagogia, história da educação, sociologia e psicologia. (CASTELO, 1970)

Denúncias encontradas no jornal O Povo fazem colocações referentes à que apesar de grandes transformações e acréscimos de estruturas para educação escolar cearense, o que podemos observar é um não acompanhamento de forma geral por parte de outras instituições, assim como a atenção dada a elas por parte das autoridades.

A Lei nº 1096 de 31 de outubro de 1921 equiparou à Escola Normal ao Colégio Nossa Senhora do Sagrado Coração – Instituto Santa Dorotéia e o Colégio da Imaculada Conceição, isto é deveriam a partir de então ter os mesmos moldes de intervenção e sustentação educacional.

Porém nos anos seguintes o que podemos observar é que além dos déficits da grande maioria das escolas distribuídas pelo Estado, temos também denúncias de que os colégios equiparados não estavam correspondendo com o mesmo ideal de educação que a Escola Normal, onde então não se via a prática do ensino ativo, onde a preocupação estava, principalmente, a cerca de problemáticas consequentes como produtos na formação das professoras.

O termo escola designa tanto um espaço físico concreto, uma arquitetura representativa, templo de saber cujo significado une os aspectos materiais e simbólicos. Assim como a escola proposta a partir de seu papel, como lugar físico da educação; a escola como espaço em sua dimensão para além de educativa, podemos assim colocar que não é neutro, pois está permeado de nuances de interesses diversos. (FRAGO E ESCOLANO 1998)

Tanto o ensino primário, quanto de ensino secundário, seja no Liceu e na Escola Normal, assim como em instituições particulares, apresentavam uma arquitetura nos moldes do ensino seriado com distribuição de salas, mas não apresentavam em seu programa, na prática as salas de aulas separadas.

3.2.2 Arquitetura

Buscando analisar os ambientes de ensino, portanto rever esses espaços, a memória, a história e as vivências que esse locus pode nos revelar, destacamos que no início da República há a construção de edifícios suntuosos, propostos a partir de princípios simbólicos da valorização e destaque a determinadas atividades e funções, que no caso de nossos estudos está à educação.

No Ceará conseguiremos destacar vários prédios que a partir da década de 20 do século passado nos mostram obras arquitetônicas, frutos de mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais, pois muitas eram reflexos de novos princípios pedagógicos característicos do período.

“A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma

semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos.”
(FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 26)

A arquitetura escolar, o espaço escolar em si pode ser estudado, a partir então de uma determinada visão que pautados a partir de conceitos corretos podem nos revelar valores diversos, assim estes aspectos atestam a importância da análise da Arquitetura Escolar para a ciência da Educação.

Foucault (1987) pode ser referendado e lembrando junto às proposições higienistas e civilizadoras propostas às cidades brasileiras, assim como podemos retoma-lo junto aos seus escritos quando descreve claramente os mecanismos de controle e dominação utilizados pelas instituições disciplinares, dentre as quais, a escola. E este espaço literalmente será alvo dessa organização, reestruturação e disciplinarização proposta à sociedade e como meio a isto a educação, a escola e a criança.

No início do século XX, a República passou a incentivar a difusão de escolas pelo Brasil. O pedido foi atendido pela Igreja Católica, que através de suas ordens religiosas de padres e freiras começam a abrir escolas pelo País. Os Jesuítas, as Vicentinas, os Salesianos, os Maristas e a ordem da Damas abrem escolas em quase todo o Brasil. A República traz consigo uma maior preocupação e organização da escola e do tempo escolar, onde a maior preocupação com o do tempo se alia à distribuição do espaço na sala de aula, agora instalada em edificações organizadas arquitetonicamente para o atendimento de empregos pré-determinados, pelo menos em teoria e ou nos relatos objetivados pelas autoridades.

Os espaços vão sendo moldados e ditados de acordo com interesses e funções específicas onde se fazia claro isso na hierarquização contemplada a sala de aula desde a mobília, localização e fixação das cadeiras, assim como o espaço específico ao docente, com disposição geralmente de uma elevação no piso. (PEIXOTO, 1935).

Já salientamos e continuaremos a destacar que a escola e a educação em si nos processos históricos veem por diversas vezes suas funcionalidades alteradas e ou resignificadas por jogos de interesses e poder. Assim como as edificações, as primeiras estruturas escolares eram simples adaptações de espaços criados para outras finalidades, a casa do professor por diversas vezes.

Durante o período imperial no Brasil, a maioria das escolas públicas funcionava na própria residência do professor. Muitas funcionavam em salões paroquiais, edifícios comerciais, comumente eram ambientes totalmente inadequados, abafados e escuros, cujo aluguel era despesa do próprio docente.

(...) Enquanto não houver edifícios públicos apropriados às escolas primárias, funcionarão estas em casas alugadas, nos termos do regulamento da Instrução Primária de 13 de março de 1905. (CASTELO, 1970 – p.322)

Segundo este regulamento as casas que eram contratadas para as escolas, deveria ter a realização das aulas na sala principal, com capacidade de até sessenta alunos e isolada das construções próximas e da vida pública. Porém o que se visualizava comumente eram professores acomoda-las na pior parte das casas que habitavam. Em ambientes nada saudáveis, arejados, nem de fácil acesso como eram as recomendações.

As casas de escolas deveriam conter uma sala de classe, vestíbulo, um pátio de recreio, privadas e mictório em número suficiente, onde a classe citada deveria estar disposta em formato retangular com ângulos arredondados. Os grupos escolares deveriam ter a partir de então locais específicos a uma diretoria, um museu, uma biblioteca escolar e um salão maior para conter todos os alunos em ocasiões de reuniões, conferências e exames; ainda havia colocações como a altura das classes não deveria ser inferior a 4 metros e suas paredes pintadas de cor cinzenta ou azuladas. (CASTELO, 1970)

A criação de uma escola moderna, higiênica e verdadeiramente republicana, formadora de cidadãos e marcada pelo discurso médico-pedagógico acerca da eugenia, fazia parte dos discursos das autoridades, ideais republicanos de aprimoramento da população pela civilidade tendo por intermédio à educação. (Bencostta, 2005).

A escola surge então, como o lugar da educação, definindo-se paralelamente à compreensão de sua estrutura física como espaço social e cultural, e o domínio ocupado por esta. Esses fatores motivaram o início do desenvolvimento de uma arquitetura escolar pública, onde o espaço passa a ser pensado dentro de um desígnio exclusivo e de acordo com as novas concepções pedagógicas.

A arquitetura escolar sob a influência da nova pedagogia, vai se caracterizar pela valorização do conforto ambiental. Salientamos anteriormente várias prerrogativas de como deveriam ser determinados ambientes e posturas junto aos desígnios da Higiene, assim dentro deste contexto há a criação de acomodações propícias à concentração, higiene e organização de um espaço voltado para a facilitação e o bom aproveitamento dos estudos.

“a questão da higiene geral dos edifícios escolares não passou despercebida (...) baseada nos pressupostos de uma pedagogia compreendida como moderna, enfatizava a importância do ar puro, da luz abundante e de uma adequada

localização sanitária, requisitos indispensáveis (...) reproduzem a tônica de um discurso da engenharia médico-pedagógica, que procurava determinar a maneira mais adequada de se construir edifícios públicos para fins escolares.” (BENCOSTTA, 2005, p. 107)

Figura 10 - Fundada em 1913, a escola da rede estadual de ensino, situada na Avenida Dom Manuel, no cruzamento com a Avenida Santos Dumont, comemora o seu centenário neste ano, ainda em plena atividade.



Fonte: Foto da Autora, 2013.

Nas edificações destinadas à educação, em regra as plantas baixas apresentam disposição periférica em “U”, o pátio era aberto e com um jardim central proporcionando assim maior ventilação e contato com a natureza, segundo os novos pressupostos pedagógicos. Onde todas as regras e descrições já se faziam presentes nos escritos dos higienistas dos séculos passados.

Na figura e na figura tal temos um dos grupos escolares centenários de Fortaleza representativos de todo esse processo que estamos vislumbrando dentre os escritos. A segunda figura desta escola nos dá uma foto representativa, da configuração, um exemplo do “U” construído na parte central da escola tendo por objetivo a questão da ventilação e arejamento das salas de aula que ficavam ao redor.

Figura 11 - Foto do pátio central aberto da Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Beviláqua



Fonte: Foto da Autora, 2013.

A imponência e a ostentação na construção das escolas tornariam, as faziam ponto de fácil destaque, onde a escolha dos terrenos não era casual, já fazia parte da concepção dos projetos arquitetônicos. (PEIXOTO, 1935). Há então maiores investimentos nas escolas, nos espaços físicos em si, assim como também em programas de investimento na formação docente e assim maior valorização das Escolas Normais.

A nova sede para a Escola Normal em 1922 fora dada como reflexo desses investimentos arquitetônicos, frutos do processo de modernização e urbanização da cidade, porém é com pesar que em leituras contínuas vimos que muitos direcionamentos feitos a prédio da escola Normal deu-se exclusivamente a ele.

Figura 12 - Escola Normal de Fortaleza, a primeira edificação projetada, sob a influência escolanovista, especificamente para a formação de professores.



Fonte: <http://fortalezanobre.blogspot.com.br/>

O edifício ainda existente, e conservado na medida do possível, está localizado na Avenida Santos Dumont no centro da Praça Figueira de Melo no centro da cidade, sendo sede da Escola Normal do Ceará de 23 de dezembro de 1923, até 1961.

A edificação desta escola não representou apenas a criação de um novo espaço para a formação docente no Ceará, mas um contexto permeado de fatores do ideário educacional republicano, assim como as influencias defendidas e definidas pelo escolanovismo para a educação, principalmente para as novas preocupações com a educação primária até então deixada por vezes de lado. No início do século além do prédio da Escola

Normal, outros três grupos escolares também foram construídos, como o do Benfica, ainda ganhará destaque mais a frente, e o Juvenal Galeno, que fora ilustrado há pouco.

Para melhor compreensão desta importância simbólica apresentamos também o Instituto de Humanidades e a figura que o direcionava, o professor Joaquim Nogueira, representavam à educação cearense. Instituições sistematizadas e organizadas de acordo com práticas pedagógicas específicas, que no caso do Instituto de Humanidades fazia uso do Método Prático e Intuitivo, ou a Lição das Coisas. (CASTELO, 1970)

Fundado em 1904, rápido fora seu progresso conseguindo se tornar um dos maiores e colocado por Castelo (1970) como o melhor educandário de Fortaleza no dado período. O mestre-escola conseguiu com seus métodos revolucionar o didatismo local, prendendo a atenção do alunado das mais diversas maneiras aos deveres escolares. O corpo de professores constituído com renomados nomes de grandes educadores cearenses, afinados a pedagogia intuitiva e leve do Instituto.

A primeira dentre as diversas razões para sua eleição, tem como exemplo, identificar a própria arquitetura do período, que não era comum aos colégios da época, pois em sua grande maioria funcionavam em locais não específicos e estruturados para o ensino como já destacamos. Já trazendo assim um pouco da diversidade, da autenticidade e das possíveis inovações pedagógicas que a instituição fazia uso.

A instituição apresentava uma à tipografia que produzia o material didático absorvido não só pelo próprio estabelecimento, como também pelas escolas públicas cearenses do dado período. Além da confecção de livros didáticos, revistas, mapas e catálogos de então.

Lembrando que quando colocamos que o Instituto apresentava um diferencial, em perspectiva à estrutura física nos é sabido, e já destacado anteriormente, que a maior parte das escolas contemporâneas à instituição funcionavam nas residências de professoras, mesmo que desde o regulamento de 1905 as indicações para a mudança dessa situação já estivesse no quadro oficial do Estado. Muitos desses estabelecimentos de ensino, além de não possuírem uma estruturação física, também não apresentavam uma sistematização pedagógica uniforme.

Os prédios representavam para além da questão da educação, colocava um status social, político para os que frequentavam e partilhavam de suas dependências. Tanto que dentre os edifícios escolares, até a década de 1930, destacavam-se justamente os que foram construídos como sede para o Liceu do Ceará e para a Escola Normal.

Figura 13 - Foto da Fachada do Instituto de Humanidades (1910)



Fonte: BARBOSA e LIMA, p. 02 (2012).

O do Liceu, podemos colocar o localizado à Praça dos Voluntários e o antigo prédio que era sede da Escola Normal, localizado na Praça Marquês de Herval, atualmente a Praça José de Alencar. Apesar de não termos ilustrado aqui o prédio onde funcionou o grupo escolar do Benfica representava também os fomentos de uma arquitetura voltada para funções específicas a educação.

O Liceu do Ceará, criado pela Lei nº 304 de julho de 1844, não faz parte do nosso objeto de estudo, por ser de ensino secundário, contudo, não podemos deixar de assinalar dois pontos sobre esta instituição: primeiro, é uma das instituições mais tradicionais de ensino no Ceará. Dela saíram muitos letrados que ingressaram nos cursos superiores.

Figura 14 - Imagem da ultima sede do Liceu do Ceará que continua em atividade



Fonte: Foto da Autora (2013)

Sobre a nova sede do Liceu, Castelo (1970, p.325) comenta suas características, onde confirmamos a existência das salas de aula separadas:

“Belo edifício, contava de oito salões, cinco para aulas, um as diretoria, um para secretaria e outro para o arquivo;...Os dois primeiros prédios onde funcionara o Liceu foram demolidos... O Ceará é prodigo nesses arrojos. Dificilmente constrói edifícios para seus serviços...”

Figuras 15 - Imagem da referente à lateral esquerda do prédio. Imagens atuais de um palco de grandes transformações e desenvolvimentos culturais.



Fonte: Foto da Autora (2013)

O Liceu assim como a Escola Normal perpassou por alguns prédios até se fixa em uma estrutura construída e pretendida para o seu funcionamento, embora a Escola Normal na segunda metade do século XX volta a deslocar-se novamente de endereço. É preciso ressaltar que essas duas instituições assinaladas são formadoras de um nível de ensino mais elevado, quer dizer, a existência delas denota o empenho dos governantes da época em favorecer o incremento da educação, mesmo que sem a expansão plena o acesso á toda população.

Na Escola Normal, atual, Colégio Estadual Justiniano de Serpa, temos duas salas destinadas para contar um pouco da história da instituição e da educação em Fortaleza, lembrando que era a única escola pública para mulheres, só depois que passou a ser Justiniano de Serpa é que se tornou mista. E as instituições centenárias assim como o Liceu do Ceará são a prova viva da construção da educação no Ceará.

Referência local, o Liceu do Ceará, hoje o prédio possui 167 anos de histórias e memórias diversas, é a mais antiga instituição educacional do Estado e a terceira mais antiga do País. Pelo Liceu, passaram grandes ícones da sociedade cearense, nomes como Barão de Studart, César Cals, Edson Queiroz, Fausto Nilo, Juraci Magalhães, Farias Brito, Raimundo Girão e Clóvis Beviláqua, dentre outros.

Uma característica marcante em praticamente todas as escolas centenárias é que são instituições públicas de ensino ou iniciativas religiosas. Dentre as já citadas aqui e algumas até mesmo já ilustradas, temos como exemplificações destas instituições: a Escola de Ensino Fundamental e Médio Clóvis Beviláqua (1913), o Colégio da Imaculada Conceição (1865), o Colégio Cearense (1913) e o Juvenal Galeno (1912), para citar algumas instituições.

Figura 16 - Grupo Escolar Benfica (1923), que também já possuiu a denominação de Grupo Escolar Rodolfo Teófilo, e hoje é a atual Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da UFC.



Fonte: Foto da Autora (2013)

O Grupo Escolar do Benfica fora reorganizado em virtude do ato de 20 de dezembro de 1922, mas sua instalação se deu somente em 1923, com 12 classes, outro exemplo da ostentação e grandeza que esses prédios representavam, sendo um dos mais belos prédios históricos pertinentes em Fortaleza.

Figura 17- Fachada da Escola de Ensino Fundamental Juvenal Galeno (1912), ainda em atividade.



Fora a toda esta questão arquitetônica tinha-se as problemáticas que permeavam a população e assim também os frequentadores das instituições de ensino, pois eram comuns os problemas que afetavam a saúde pública como epidemias de varíola, tuberculose, que interferiram na instrução pública, afastando e diminuindo a frequência da criança ao ambiente escolar.

Ações de intervenções, curas, educativas para sanear o país. Inicia-se assim a busca de uma escola ideal reflexo e modelo de uma pedagogia higiênica visualizada das crianças até todos os profissionais da educação, estes deveriam servir como moldes para a aprendizagem do alunado, como também para que essas crianças levassem estes hábitos ao ambiente familiar.

3.3 Escola Normal e o ensino primário no Ceará

“A escola normal, instituição onde se cristalizavam as ideias da Escola Nova, constituía pois um novo local de onde os higienistas podiam ditar seu discurso à sociedade. Investidos agora da autoridade de professores, suas idéias “dispensavam prova.” (LIMA, 1985 – p.120)

As tentativas de organização do ensino em si, e no caso do primário, são advindas bem anteriormente à década de 30 do século XX, que é a datação inicial deste estudo, porém sabe-se que muito do que se propôs e se tem registrado em documentos oficiais, anteriormente a esse período, ficaram apenas no papel.

Os aspectos simbólicos presentes nas edificações das primeiras décadas da República, como já exemplificamos, buscavam expressar, higiene e organização para a construção de um novo homem. No ano de 1837, a gestão do Presidente da Província, José Martiniano de Alencar, já tinha uma visão futurista para a implementação da Escola Normal cearense.

Figura 18 - Imagem atual do edifício que fora construído e fora sede, durante quase toda a metade do século XX, da Escola Normal do Ceará, hoje ainda configura o lócus da Escola Estadual Justiniano de Serpa.



Fonte: Foto da Autora (2013)

No Brasil, foram as Escolas Normais, em uma perspectiva de institucionalização do ensino, que propiciaram a formação docente para as séries iniciais. Entretanto, já havia sim tentativas na configuração da gênese docente, desde a chegada da Família Real portuguesa. Porém só bem posteriormente a essas tentativas iniciais, e até mesmo pontuais, já que ocorreram em lugares e tempos distintos, teremos realmente a fundação dessas escolas. (Nagle, 1976)

Em 1834 foram criadas as primeiras Escolas Normais, para formação do magistério referente ao ensino primário, por iniciativas das ainda então denominadas províncias, que ficariam responsáveis, tanto pela instrução das séries iniciais, quanto pelo ensino secundário.

Fora nesse mesmo ano que o Ceará conseguiu a autorização para a construção de um prédio específico a sua escola, destacamos aqui a figura do professor José de Barcelos com as demasiadas iniciativas referendadas a aquisição de um prédio específico a Escola Normal. Ele chegou a visitar escolas modelos no processo do ensino Normal tanto no Brasil, quanto estagiou junto a diversas Escolas Normais de países europeus.(CASTELO, 1970)

Caberia à Escola Normal formar um curso de três anos anexo ao Liceu da capital cearense, oferecendo para ambos os sexos, que fossem maiores de dezesseis anos. Apresentando como conteúdo a ser ensinado: português, geografia, história universal e do Brasil, filosofia, física, desenho linear, corografia do Ceará preceitos de Higiene e pedagogia teórica e prática.

Como diretor da instituição ficou então o professor José de Barcelos, apesar de algumas problemáticas com sua permanência no cargo, e dentre os que configuravam o quadro de docentes apresentavam-se também professores do Liceu. A instituição conhecida inicialmente como Escola Normal Pedro II, em homenagem ao Imperador, ganhará mais respaldo o educandário após o governo do Presidente Justiniano de Serpa. Fora homenageado tempos depois nomeando o prédio, porém não mais como sede da Escola Normal e sim um colégio estadual.

A questão é que a Escola normal foi mudando de espaço físico, denominação e também de metodologias de ensino no decorrer do final do século XIX até a metade do XX. Onde a partir da década de 1920 constituiu-se o desenvolvimento do movimento da Escola Nova, com a aquisição de novas disciplinas e propostas pedagógicas às docentes do ensino primário.

O processo de renovação trouxe consigo novos fomentos, onde já não era suficiente, então, um professor que dominasse apenas os conteúdos e os métodos de ensino, era preciso um aprofundamento no desenvolvimento infantil e um especialista em higiene.

De tal modo, os problemas estavam calcados tanto na perspectiva quantitativa, quanto qualitativa, pois era um turbilhão de mudanças constituídas para um desenvolvimento brasileiro, em todos os campos, econômico, social e político, e assim intervenções e instituições são criadas em busca de melhorar esse panorama nacional, de forma geral, e não somente nos dois campos.

Ações vão ser direcionadas pelo desenvolvimento moral e mental da criança, com incentivos ao ensino profissionalizante, mas com a presença de discursos humanista, assistencialista e nacionalista de que as crianças e o cuidado para com elas, configurava o desenvolvimento de um país, assim como assegurava o futuro deste, ou melhor, os futuros trabalhadores desse. (LIMA, 1985).

Deste modo, ocorreu a partir de 1930 diversos decretos de âmbito nacional e estadual, que modificaram, reestruturaram, redefinindo a finalidade da formação docente primária e da Escola Normal, e / ou acrescentaram disciplinas e cursos específicos ligados à área de saúde. Pois esta se configurava no período com um grande índice de mortalidade e de impedimentos ao trabalho à população de forma geral, e no caso do Ceará ainda com o agravante das consequências das secas.

Foi criado também o Plano Nacional de Educação (PNE) e às professoras primárias foi reservado um importante papel na implantação dos princípios da Escola Renovada e na remodelação do ensino e das práticas escolares, assim como das intervenções do processo modernizador.

Inspeções e modificações sejam de forma direta, e correlacionada ao processo macro que a cidade estava vivenciando, se constituíram tanto por uma própria necessidade da educação de avanços e estudos de metodologias mais específicas às escolas primárias e às professoras, quanto desenvolveram e proporcionaram um novo ensino no campo das ideias e dos saberes pedagógicos às práticas e ao cotidiano escolar. (MARQUES, 2003)

As normalistas se viam diante de todo esse processo como sujeitos importantes, como já salientado anteriormente, na medida em que eram os profissionais da educação, alvo e meio na visão dos governantes para intervir na escola, para com as crianças, chegando às famílias, assim às casas e ruas.

De acordo com o Regulamento de 33 de janeiro de 1935 houve uma alteração no nome da Cadeira de Pedagogia, Didática e Educação Sanitária para Pedagogia e Sociologia Educacional, Técnica do Ensino e Higiene e Puericultura. Ofertava, assim a Escola normal, ensino integral para ambos os sexos que desejassem se habilitar para o magistério. (MARQUES, 2003)

Ainda sob a perspectiva desse documento, destacamos os cinco cursos que a escola Normal passaria a oferecer: 1) Pré-primário, no Jardim da Infância, 2) Primário, concluído na Escola Modelo, 3) Secundário, 4) Curso normal ou técnico, para formação de professores e o Curso de Aperfeiçoamento do professorado.

No que se referia aos professores, eram unânimes em afirmar as condições exigidas para tão nobre missão, quais seriam: preparo e atitude exemplar. Em relação à formação salientavam a necessidade de uma preparação regular e sólida. (MARQUES, 2003, p. 111).

Assim, buscava-se que o professorado não somente ensinasse, mas principalmente fosse exemplo: “Os professores como ‘agentes transmissores’ ou ‘persuasores’ desses saberes” mais do que propagadores, modelos do processo (MARQUES, 2003 p.110).

A Educação Sanitária advinda e necessária ao mundo moderno buscado passou a ser uma disciplina específica na formação de professores primários, onde a Escola Normal servia como instituição formadora de normalistas, de inspetores e educadores sanitários, participe do projeto médico-pedagógico de uma higienização social.

A Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 propunha como finalidade ao Ensino Normal: desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativos à educação da infância⁶, onde a Higiene e a Puericultura, em colocações gerais seriam apreender os cuidados com relação à gravidez, aleitamento e higiene de recém-nascidos, já faziam parte do currículo de formação desses docentes. (CASTELO, 1970).

A Puericultura trazia para a realidade das normalistas a arte de criar higienicamente as crianças. Deviam aprender que a saúde de um recém-nascido está diretamente proporcional ao regime alimentar dele, além da roupa, habitação, e a grande questão que são a limpeza e o asseio que lhe são dispensados.

O regimento alimentar e a amamentação da criança são tão importantes quanto à alimentação da mulher, da mãe, esta tem que ter claro para si a importância do aleitamento materno. E no estudo da puericultura a docente aprende sobre o crescimento da criança, sua relação com o aleitamento, às proporcionalidades de seu peso, sobre aleitamento mercenário, artificial, misto e os benefícios e malefícios de cada um. (PEIXOTO, 1935)

O ensino seria gratuito durante todo o período primário e obrigatório para crianças de 7 a 12 anos. Também foram discriminadas multas e penas aos responsáveis não cumpridores do regimento

Art. 184 – Haverá na Escola Normal, um museu pedagógico e gabinetes de psychologia e pedagogia experimental, physica e chimica, sciencia hygiene naturaes, onde serão conservados, e adequadamente catalogado todos os objectos destinados

⁶ Definição da finalidade do ensino normal. Decreto de Lei nº8530. Lei Orgânica do Ensino Normal, 2 de janeiro de 1946. Publicado em Diário Oficial.

ao ensino pratico; haverá também uma bibliotheca para uso dos professores e dos alumnos.” (REGULAMENTO DA INSTRUCÇÃO PUBLICA, 1923, p.55)

Estes fatos suscitam haver realmente uma diferença de nível entre a Escola Normal e os cursos das outras duas instituições, apesar dos três anos de equiparação, salientando-se aí, a ausência do Ensino Ativo, com a falta da pedagogia prática. Percebemos então, que até aquele ano, o edifício da escola normal permanece como único local de formação docente realmente voltado para os novos princípios pedagógicos no Estado. (CASTELO, 1970)

Na atual Escola Normal (Instituto de Educação do Ceará - IEC), localizado no bairro de Fátima em Fortaleza, há uma indicação da área onde funcionavam os Cursos de Saúde: 1) Instrumentação cirúrgica e 2) Técnica de análise em laboratório; o laboratório de Ciências para a prática desses cursos.

Lembrando que o ingresso de muitas moças na confluência da profissão docente, na formação de normalistas, para as séries iniciais era por apresentar-se com a proximidade do serviço doméstico, de cuidar dos filhos, ou seja, a profissão docente se tornava um prolongamento da função materna.

A professora, nesse contexto, seria exemplo, norte para a criança e a família, pois ela teria que primariamente enquadrar-se na postura moderna e civilizada, para poder constituir-se peça necessária para uma reeducação sanitária que traria a higiene à população, como também afastaria a criança de vícios e moléstias a partir da maior intervenção do ensino.

Houve, em efeito, uma valorização das Escolas Normais por intermédio dessas reformulações ocorridas, pois se configurou como espaço, meio e fim de todo um processo, na medida em que era formador de inspetores sanitários, de professoras primárias e de propagadores e não impositores da higiene e do ideal moderno brasileiro.

As primeiras Escolas Normais brasileiras foram instauradas, mas sem resultados satisfatórios, durante aproximadamente cinco décadas no período imperial, onde a primeira escola normal brasileira teve duração muito curta, iniciando-se em 1835 e fechando as portas em 1849, formando número ínfimo de magistrados. (LIMA, 1985)

A criação da Escola Normal como instituição formadora de educadores para as séries iniciais, não significou solução para o problema enfrentado no contexto educacional da época; fatores como as deficiências didáticas curriculares, o desinteresse pela profissão docente em razão dos baixos salários, principalmente pela classe masculina, e a falta de

reconhecimento profissional, mostravam-se presentes na situação educativa da época. (NAGLE, 1976)

Como já fora destacado em nossos relatos, fora nas três primeiras décadas republicanas no Brasil que sem dúvida ocorreu a real e maior expansão do ensino primário na grande maioria das cidades brasileiras, mas sabemos que muitos dos esforços se concentraram pelas capitais. Reformas foram feitas em vários estados no ensino primário e nas escolas normais no intuito de distribuir a educação para a massa da população brasileira em idade escolar, um período classificado por Nagle (1976) como otimismo pedagógico.

A primeira das reformas fora feita em São Paulo, mas o Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal também se destacaram na realização de suas reformas e na propagação do ideário escolanovista, onde a concepção de infância sem dúvida se modificou totalmente.

O professor deixou de ser foco colocando maior atenção agora para as crianças, mas ao mesmo tempo sua formação foi uma das prioridades de melhorias no processo de expansão do ensino primário, no qual junto com a Escola Nova o professor ganhou novas funções atribuídas ao exercício e seu trabalho.

A psicologia é ponto importante e contribuinte, pois a nova visão aqui colocada sobre a infância é pautada justamente na relação psicológica diferenciada entre a criança e o adulto, já que antes era comum a equiparação, como se a criança fosse um adulto “menor”. (LIMA, 1895).

O currículo encontrado nos arquivos da então Escola Normal durante o período pesquisado a Higiene e a Puericultura como disciplinas inclusas dentre as demais matérias para as normalistas como português, matemática, ginástica, desenho. Porém em alguns registros de professores visualizamos a denominação dessa higiene já como Higiene escolar.

Surge assim a profissão do professor de Higiene, às vezes médicos, técnicos e ou inspetores sanitários, inicialmente, que estão cientes e envolvidos de todo processo de remodelação e resignificação dos espaços na época.

“A escola não deve ser, apenas, o centro da cultura intelectual da nossa infância. A escola não tem o direito de agasalhar corpos enfermos, rostos pálidos, organismos robustos. A escola tem que ser o centro irradiador da saúde de nossa gente, tem que ser o núcleo revigorador da saúde da nação.” (LIMA apud CASTRO, 1929)

O ensino da Higiene estava pautado em métodos específicos como o de tentar inseri-la nas mais diversas atividades das crianças desde a merenda escolar até, as aulas práticas e ações recreativas. Organização de suas atividades a partir de métodos demonstrativos e textos específicos para serem apreendidos pelos docentes. (LIMA, 1985)

O Professor Hippolyto, médico e Diretor da Escola Normal, apesar de grande importância na configuração higiênica no dado período, talvez não tenha tido tantos frutos e holofotes ao seu trabalho junto as normalistas como deveria. Era responsável por ministrar cursos e publicar artigos em periódicos da época como forma de propagar e tornar comum a todos as prerrogativas que envolviam a Higiene e a Educação. (CAVALCANTE, 2002)

Destacamos também a atuação de João Hippolyto na direção da Escola de Aplicação, ligada às primeiras experiências das normalistas em sala de aula e posteriormente na sua transformação em Escola Modelo. Justiniano de Serpa, então Presidente do Estado, trouxe ao Ceará, Lourenço Filho, que atuou como diretor da Instrução Pública e sua presença fora considerada como fomentadora do processo da Reforma Educacional de 1922.

Novos ideais que propunham para a escola além de ensinar, ser uma espécie de agente terapêutica, meio de cura para os diversos males da saúde. E os professores primários para ser reflexo a seus alunos do modelo sanitário e higiênico ganharam orientações de médicos e enfermeiras visitadoras.

“Cada época da evolução humana correspondente a uma pedagogia ou sistema de educação. A atual pedagogia tem de adaptar-se à nova ordem social esperada, se uma nova ordem social está para ser fundada (...).” (LIMA apud Andrade (1929), 1985 – p.127)

Temos leituras que colocam que muito do aprendizado nas ações de magistério era uma forma de preparação para a vida familiar, tendo em seus ensinamentos como deixar seu lar de acordo com condições higiênicas e de saúde. Há um grande destaque para os estudos das mentes das crianças como forma de possibilitar com isso a metodologia e a atividade correta a ser trabalhada por cada faixa etária.

A medicina via-se com o desafio de convencer as famílias e em particular as mulheres que, representando o papel de mães, deveriam iniciar junto aos filhos, os hábitos de asseio e valorizar práticas como a amamentação. A figura da mãe nesse caso era observada como educadora da família e tinha a responsabilidade de adquirir o conhecimento necessário para ensinar aos filhos os mecanismos de higiene. Além disso, os serviços de limpeza eram

precários, não alcançavam os projetos da Inspetoria para conscientizar a população em manter a saúde dos corpos.

Ainda era possível de se ler nos registros do dado período questões como o impedimento da entrada dos médicos nos lares, também agravava a situação, pois ainda existia nas famílias a crença nas receitas caseiras e nos medicamentos rústicos e ou um certo conformismo religioso para com as molestas que os assolavam.

4 EDUCAÇÃO PARA SAÚDE – HIGIENE EDUCACIONAL

(...) modernizar a sociedade para a melhoria das condições de vida e de saúde da população, educar a população para modernizar a sociedade. (LIMA, 1985 – p.106)

4.1 Histórico da Saúde Escolar

Buscando chegar a Educação Sanitária como pesquisa e fruto de modificações históricas, ao mesmo tempo mostra-la influenciadora de novas abordagens, iniciaremos assim nossa análise com a tentativa de revermos como todo esse processo de se ter entrelaçado em um só momento Saúde e Educação, onde e como teve sua gênese.

Sabemos que a normatividade pautada em discursos oficiais e médicos podem apresentar falhas na sua estruturação, pois a medicina como campo de saber científico conseguirá produzir instrumentos, técnicas e ações com objetivos sociais de transformações de corpo e meio físico. (...) o corpo é disposto na sociedade antes de tudo como agente do trabalho, o que remete à ideia de que ele adquire seu significado na estrutura histórica da produção (...) (LIMA, 1985 – p. 27).

Questionamentos em torno do corpo e sua nuances e possibilidade de análises seja pela configuração da experiência social ou a partir das falhas que irá ter necessidade de contato com a medicina, de dimensões de normalidade e patologia. E essa maior referencia ao corpo vai se configurar junto à visão deste como ferramenta de produção e trabalho.

Ainda nos inquieta saber como a utilização desse corpo e a proliferação da ideia higienista caminharam rumo a objetivos de uma saúde escolar, tendo foco na criança escolar, na criança com idade escolar. Assim a Saúde Escolar apresenta-se com o favorecimento da criança, como pesquisas para o combate a todo e qualquer empecilho para o seu desenvolvimento, sustentar uma vida saudável fisicamente, mentalmente e socialmente, cuidados com a instrução e educação correta das crianças junto aos cuidados com sua saúde em específico, etc.

“Saúde escolar é a parte da medicina que estabelece os meios de promoção, proteção e recuperação da saúde física, mental e social da criança e seu desenvolvimento

normal durante, o período de frequência à escola (...)" (LIMA, 1985 – p.25). A saúde escolar propõe, assim, conhecimentos específicos como Puericultura, Higiene Pública, Clínica, Pedagogia da Saúde e Pedagogia Especial, são propostos atrelados e valorizados como meios de promoção da saúde.

Faz-se válido colocarmos aqui que estudos relacionados a esses dados conhecimentos às vezes apresentam criança em idade escolar, entre os 7 e 10, ou 12 anos, mas a questão é que nem todas as crianças com essa faixa etária se apresentam inseridas dentro do ambiente escolar.

Há inclusive debates em torno de nomenclatura, devido a colocações de que as crianças que não frequentam a escola seriam classificadas como “menor abandonado”, mas não associada a um órfão, por exemplo, e sim a referencia se dá pela falta dessa instituição social externa ao seu corpo e proposta como tão importante, que sua falta implicará em diversas alterações no processo de desenvolvimento da criança.

A grande questão esta pautada nos embates entre a concepção de enxergar a criança como um adulto em miniatura, proporcionando assim que sua infância seja curta, mas novas concepções sobre a infância discordavam totalmente desse sentido, principalmente sua relação com o ambiente de ensino, isto é, a vida escolar, a escola em si proporcionava assim a essas crianças uma menor probabilidade de chegarem e apreenderem a vida adulta precocemente.

(...) a partir do século XVIII, a escola única foi substituída por um sistema de ensino duplo, EME que cada ramo correspondia não a uma idade, mas a uma condição social: o liceu ou o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (primário). O secundário é um ensino longo. O primário durante muito tempo foi um ensino curto (...).

As crianças das grandes escolas (populares) devem, por outro lado, de acordo com a finalidade a que deve obedecer a instrução, dedicar pelo menos metade de seu tempo aos *trabalhos manuais*, para que não se tornem inábeis em uma atividade (...) (LIMA, 1985 – p.34 / 35).

Estas escolas eram encaradas como quase um assistencialismo, metade de seu tempo era pra ser dedicado a trabalhos manuais, pois que os alunos populares deveriam aprender além de escrever, ler e contar, a “trabalhar”, já que suas condições colocavam uma situação econômica mais precária proporcionando a ideia que eles precisavam menos de

educação do que outros níveis de classe social, assim deveriam dedicar metade de seu tempo escolar a apreensão de trabalhos manuais.

Além desta questão colocava-se que estes frequentando a escola transformariam-se a partir da educação popular, mais dóceis, virtuosos, patrióticos, com amor ao trabalho e sem grandes questionamentos a servidão. A saúde escolar assim tem como alvo esses corpos, pois estes deveriam ser investidos socialmente, úteis aos discursos e aos objetivos almejados pelas autoridades. (LIMA, 1985)

A maior expansão da educação popular se deu junto a processos e fatos ocorridos durante o período do final do século XIX e início do XX, com o aumento da industrialização, onde a sofisticação de meios de produção exigia assim maior especialização dos trabalhadores, divisão do trabalho, a busca por melhores condições de vida a partir da escola.

Todas essas mudanças na sociedade acabaram por produzir uma necessidade também de uma maior diversificação relacionada à educação, e assim começa a surgir estruturas escolares diferenciadas como as: elementares, secundárias, técnicas, profissionais, ensino superior, etc. De tal modo surge uma espécie de sistema escolar, uma escola reflexo de sua sociedade assim como produtora desta:

“A escola cumpre uma função de reprodução e de conservação da sociedade, sem ser a única instituição social a fazê-lo, ao mesmo tempo que carrega em si uma possibilidade de transformação dessa sociedade, sem ser a única a carrega-la.”
(LIMA, 1985 – p.)

Portanto a escola passa a ser a instituição, o organismo direto de aplicabilidade, visto pelos intelectuais, como meio introdutor e propagador de princípios e condutas, vistos por eles como elementares ao social, assim a escola acarretaria uma função normativa para com a sociedade.

Durante os primeiros tempos da República a educação já se expandia como motivação maior pra progredir socialmente. Embora poucos, mas já existiam os cursos profissionalizantes, como as escolas de comércio e as escolas de artes e ofícios. As primeiras em nível primário, em sua grande maioria eram ligadas a iniciativas privadas e perpenduraram durante tempos com a característica de assistência a crianças pobres e abandonadas.

Ainda no governo das oligarquias a escolarização dos indivíduos como meio de se chegar à participação política, ganhando direito ao voto a partir da aquisição da leitura e da

escrita correspondia também a um aumento do prestígio do coronel, quando instalava uma escola e a partir dela tentava aumentar seu poder de barganha.

Nos anos da década de 1910 existia para com a educação um discurso mais técnico diferente do apresentado nos anos de 1920, configurado e articulado muito mais com questões políticas, chegando, assim, aos anos de 1930 com uma maior influência da pedagogia e da psicologia, onde o ideário escolanovista fora tão incorporado que tinha sua presença nos escritos constitucionais.

A maior interferência médica na organização das populações das condições gerais de saúde, junto a toda uma gama de acontecimentos políticos e econômicos, que acabaram por refletir em uma reordenação de vários campos do saber, inclusive o da medicina. Onde a questão de ser saudável, detentor de saúde começou, junto a todas essas prerrogativas, deixar de ser algo particular e passar a ser público, agora o Estado é responsável.

De tal modo como Foucault (1966) coloca quase como uma perfeita descrição da dada realidade quando propõe a percepção de a doença não ser estática, ela como um processo passível de intervenções e de prevenção. E diante de toda uma proliferação de moléstias a saúde pode vir a ser recomendada ou mesmo imposta.

Surge então a ideia de uma polícia médica, na qual os médicos seriam responsáveis pelo controle, tratamento, prevenção e assim manutenção da saúde pública. A primeira obra pública que retrata as nuances dessa realidade, teve edições de 1779 a 1821, e Johann Peter Frank, *System einer vollstandigen medicinischen Polizey*. Considerado por estudiosos da temática segundo (LIMA, 1985): “o pai da saúde escolar”. Propõe assim a higiene, esta era exposta a partir de recomendações de saúde infantil, procriação, medicina militar, medicina escolar, etc.

“Medicina e reforma social: é a politização do campo médico que se expressa na temática da medicina social e na incorporação da prática a projetos de reorganização coletiva.” (LIMA, 1985 - p 82). A medicina deste modo se propôs com meio de minimizar as desigualdades sociais tendo a expansão de dois véis: o sanitarismo e a assistência ao pobre.

O primeiro estava relacionado a esse poder adquirido pelos médicos que legitimavam as intervenções do Estado em busca de reformas sociais. O segundo levada em conta principalmente pela falta de trabalho e por ser representativo de um agente proliferador de enfermidades e maus hábitos pelas más condições de vida e saúde em que geralmente viviam, assim pela não produtividade de seus corpos.

Em processo de troca de séculos a medicina já com a patologia, fisiologia, epidemiologia, descobre a bacteriologia e no período os novos conhecimentos propuseram

uma revolução que ficou conhecida como pausteriana. Esse momento fora tão importante como descoberta médica assim como descoberta social, embora as questões de maior conhecimento sobre as bactérias e a negação da teoria dos miasmas para a questão do contágio e todas as intervenções de isolamentos tenham continuado por vários anos das primeiras décadas da República brasileira.

Agora era sabido que havia a existência de causas de doenças à parte do corpo, fora dele, mas passível de ser adquirido. Quantos isolamentos antes de um maior conhecimento sobre as doenças existiram de forma errada ou sem mesmo eficácia, inclusive a criação de escolas específicas a crianças atingidas por determinadas enfermidades, ou mesmo a dada importância a de que lado escolher a construção do edifício a partir de que lado o vento soprava, como se esse fosse levar à todos os miasmas presentes. (PONTES, 1993).

O pasteurismo possibilitou a identificação precoce e o isolamento de doenças de quadro contagioso favorecendo e muito nas intervenções médicas, que iam buscar através da educação a inserção de hábitos como a higiene, boa alimentação, condutas e posicionamentos nos estudos, maior eficácia dos corpos com isso, proporcionando maior possibilidade de cidadania e disposição dos corpos ao trabalho.

A questão da puericultura já estava sim presente nos princípios de propagação da ideia de medicina e higiene social, porém coloca-se com o passar dos anos que os textos sobre puericultura deixaram de ser algo de interesse só das mães, incorporado ao currículo de ensino de professoras, bem como a tonalidade dos ensinamentos de textos específicos a propagação desses conhecimentos ganharam um ar doutrinário e imperativo. E ao passar dos anos acabara muito mais presente nos ensinamentos em um ambiente de ensino do que com a medicina. (LIMA, 1985)

A puericultura preocupava-se com a mortalidade infantil, com os males relacionados ao álcool, com o índice de tuberculose nos adultos próximos as crianças, uma preocupação de caráter universal pelo índice epidemiológico assustador proliferado pelo mundo, também assim com a sífilis, a má alimentação, a falta desta e as constantes incidências de diarreias acometendo a infância.

As ações iniciais estavam centradas na questão da amamentação, na importância do fato, da necessária vigilância sanitária de um modo geral, mas principalmente nos casos de comércio e utilização de amas de leite.

Manifestação de “um novo projeto pedagógico para toda a sociedade”, postulando regras de viver que, se seguidas, permitiriam o alcance do almejado bem da saúde,

sem se dar conta das desigualdades sociais que impediam o acesso a essas regras. (LIMA, 1985 – p.85)

A inspeção das condições de saúde dos envolvidos com o ensino seria feita por uma policia médica, a puericultura tendo como ponto de entrada na sociedade os alunos e professores e a questão do sanitarismo estará relacionada aos espaços, e ambientes de forma geral, mas também específico a escola.

A partir de 1880 a Higiene Escolar ainda ficava muito na base teórica. Sua introdução de forma mais efetiva nas escolas se deu juntamente com o processo de expansão do ensino no Brasil no caso, mas também ganhou novas possibilidades durante o período em países como: os europeus, destaque para a Alemanha, e também outros países como o Japão e os Estados Unidos, por exemplo.

No Brasil o processo de medicina social ligada à higiene escolar teve seus primeiros indícios, na verdade, em 1850, com o aparecimento de algumas interferências por parte do Estado em relação à educação e assim com proximidades de observação a saúde escolar. Porém somente a partir de 1900, 1910 temos o início do processo de institucionalização de tais pensamentos. (BARBOSA, 1994)

O maior crescimento urbano lógico que facilitava a proliferação de diversas doenças, configuradas por muitas vezes nas produções literárias, de formas até romantizadas, como a tuberculose. Só que se morria de tuberculose sim, e mais de um tudo, como também de malária, de febre amarela, de varíola, uma das doenças que atingiu grande contingente da população cearense, por exemplo. Além de tudo isso se tinha a fome, a miséria e as secas. (PONTE, 1993)

As iniciais denúncias e alertas feitas em torno das demasiadas moléstias e da necessidade de intervenções sociais mais eficazes por parte de intelectuais cearenses, também se fizeram presentes nas outras grandes cidades brasileiras. Moncorvo Filho, no Rio de Janeiro, Clemente Ferreira, em São Paulo são uns dos nomes mais frequentes nos documentos de denúncias e observação das problemáticas surgidas e que estavam se proliferando. (LIMA, 1985)

Tornaram-se também os condutores de medidas direcionadas a tais questões, como Moncorvo, que se tornou conhecido como o fundador da pediatria no Brasil e Clemente ficou ligado à luta brasileira de combate a tuberculose. No campo cearense encontramos referências de grandes homens que aqui podemos destacar, porém os que citar não são

somente os apontados pela historiografia como destaques, mas os que elegi vislumbrando durante a investigação histórica da pesquisa.

Meton de Alencar, Helio Goes Ferreira, A. Peixoto, João Neponuceno Mendes Filho, médicos presentes em constates denúncias e alertas tanto em suas revistas direcionadas a sua própria classe quanto em periódicos como forma de pressionar o governo diante das omissões vivenciadas no estado. Importantes homens nos combates específicos e direcionados a diversas enfermidades.

Temos ainda em âmbito nacional Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Figueira de Mello, Lourenço Filho, além de todas as contribuições nacionais, também foi de destaque numa perspectiva cearense, assim como Justiniano de Serpa que enquanto Presidente do Estado determinou a organização do serviço de higiene e saúde pública no Ceará em 1922; e João Hypollito que como médico higienista estava claramente relacionado ao processo de maior influencia da saúde escolar na Escola Normal, na qual era diretor. Como Também José de Barcelos nome que não pode ser deixar de referendarmos com relação às prerrogativas da Escola Normal Cearense.

Assim iam acontecendo no Ceará, na verdade no Brasil, tudo ao mesmo tempo, como mudanças políticas e econômicas, alterações diversas, inclusive estruturais no campo da Educação e Saúde que só iriam se efetivar mais ainda ou de melhor forma com a chegada da Era Vargas, mas precisamente com Estado Novo.

Um momento de disseminação de uma visão moralista, centrada no civismo, patriotismo e com uma preocupação de ideário nacionalista configurado, por exemplo, na produção bibliográfica, pois o campo da educação assistiu a produção de livros didáticos de conteúdos referentes a essa nova ideologia aplicada.

A educação podemos já indicar agora que, inicialmente, nos direciona a visualizá-la muito atrelada a perspectiva da medicina, como ainda temos essa configuração nos dias atuais, mas a questão maior é que todo esse intrínseco só aconteceu por perspectiva política. A Educação na verdade não estava sendo utilizada pela saúde somente, a grande questão está que ela tornou-se arma política em diversos momentos históricos.

“A ação nacionalista (...) deve exercer-se principalmente nas escolas. É preciso preparar o advento de uma geração nova, culta, energética, prática, que tenha civismo, que seja capaz de construir sobre as tristes ruínas do presente um novo Brasil, um Brasil consciente de sua força, livre da tutela econômica e do arrocho do capital estrangeiro que vai tomando todo o campo às iniciativas nacionais. (...) (LIMA, 1985 - p 94)

O movimento escolanovismo não deixou de ser um contraste diante a todo processo nacionalista tão propagado, pois junto com a remodelação das cidades, a civilidade buscada e as transformações da educação em si, eram também iniciativas diversas de se enquadrar, de tornar as cidades brasileiras e o comportamento da sua população reflexo do europeu e também norte-americano.

A Higiene Escolar por vezes fora proposta como higiene pedagógica e por isso também pode ser considerada como precursora do escolanovismo. Porém, o movimento representou, sim, uma maior iniciativa em torno da remodelação de instituições escolares, do papel da escola em si, do educador, das metodologias do ensino aprendizagem, na natureza dos programas em uma nova concepção da criança, da infância em si. Um análogo a toda proposta pedagógica da escola tradicional vigente. (LIMA, 1985)

O ensino profissional direcionado para os menos favorecidos, além do combate ao analfabetismo, transcorria com discursos embutidos de regeneração das classes populares através do trabalho, pois assim com o ensino técnico junto às questões cívicas fariam com que esse homem se mantivesse socialmente longe dos perigos de mazelas e de vícios diversos.

Voltamos às questões ligadas a puericultura, pois não eram só os males das delinquências que poderiam acarretar em maiores problemáticas, mas uma vida imprudente, com a falta de ações e cuidados com o asseio do corpo e o seguindo das boas condutas, inclusive de alimentação faria com que a população brasileira continuasse a morrer de males evitáveis. Proposto em muitas denúncias do período que a proporcionalidade dos números, referentes à mortalidade, eram explicados pela falta de educação física, moral e intelectual das mães. (PEIXOTO, 1935).

Deste modo visualizamos que muitas das problemáticas colocadas são apresentadas como solucionáveis a partir da educação, onde a continuidade delas se dá ou pela falta de maior instrução ou pela má qualidade da escola empregada. Novamente colocamos aqui que entre os discursos de civilidade e modernidade, um ponto apresentado como contraposto a esses ideais é a mortalidade infantil, tida como característica de uma sociedade atrasada e “selvagem”.

“a falta de desenvolvimento do sistema muscular, a queda precoce dos dentes e dos cabelos, a frequência das deformidades, da surdo-mudez, da cegueira, da loucura, etc. – são sinais evidentes da degradação física, que vai amesquinhando este povo e

já tem afetado, sem dúvida, sua virilidade civil e política” (Lima apud Souza(1907), 1985. pag.99)

4.1.1 Intervenções Médicas e as Inspeções Escolares

A grande função da Higiene escolar estava, assim, proposta na relação de melhorias nos quadros de educação e saúde como formas de ganho de força ativa da nação, poderia assim exercer ações preventivas e mesmo curativas, que por vezes mostrou-se de forma paulatina.

“ de simples questão restrita e banal de higiene pedagógica, a inspeção médica escolar se tornou, pelas necessidades da vida social moderna e pelas obrigações que ela comporta, mais uma questão de sociologia que de higiene propriamente dita” (LIMA apud BASILE (1920), 1985. pág. 101)

O que podemos colocar aqui é que por muitas vezes as intervenções médicas ganharam mais renome e propaganda a partir da questão das inspeções escolares, porém estas na verdade são frutos dessas intervenções, já que não se delimitavam somente ao espaço escolar, elas visavam todos os espaços citadinos para o combate das más condutas e da falta de higienismo.

Porém, com o caminhar do processo a fusão entre elas fora inevitável, colocando-as agora como Intervenções Médico-escolares sinônimo da Educação Sanitária, pois apesar de propor focos de ações mais direcionadas às escolas, isto era visto apenas como meio de se chegar aos demais ambientes, e principalmente ao lar. “Adoecer deixava de ser uma problemática social e passava a ser uma questão de conhecimento, de boas práticas de vida, de limpeza e de higiene individual.” (LIMA, 1985 - p 84).

Desse modo a higiene prescreveu para o aluno uma escola adaptada a ele, atrelando-se a cultura escolar, à pedagogia destacando a influencia que a metodologia do ensino propunha no desenvolvimento intelectual e físico da infância, uma criança que podia e precisava ser moldada.

Outra grande questão que acabou ganhando destaque dentre as atenções às crianças era a nutrição, pois um grande número delas apresentava-se com peso abaixo do normal, fruto da má ou mesmo da falta de alimentação, das más condições que estavam

expostas. Surge assim mais um papel para a escola, que agora diante de tal situação também deveria fornecer alimentação a essas crianças.

Em 1890 teve início a primeira inspeção médico-escolar, as intervenções a partir de então como forma de institucionalização da higiene junto ao ambiente de ensino, foram às primeiras ações do governo em relação diretamente a preocupações em benefício às crianças. Porém o pouco recurso dispensado às vezes pelas autoridades para os devidos fins tornava ainda mais precária a assistência da demanda escolar.

É interessante colocarmos aqui que muitas das inspeções antes de uma valorização maior da perspectiva pedagógica ficavam em torno principalmente do aspecto físico, geral da escola não se deleitando sobre as questões mais específicas do alunado, queremos afirmar com isso que as inquietações apresentavam-se muito, mas no caráter da forma, como se dispunha a escola do que com o conteúdo ensinado.

Ocorriam sim maiores instruções às professoras, mas estavam delineadas a partir de conteúdos como: quais as principais doenças contagiosas comuns no meio escolar, sobre a puericultura, a importância de exercícios físicos e horários delimitados, assim como o controle das crianças a partir do preenchimento de uma ficha sanitária escolar. (BARBOSA, 1994)

Portanto as intervenções estavam muito mais voltadas à questão da saúde que da educação, pois muitas das visitas de inspeção sanitária eram incentivadas pelo trato na descoberta de problemáticas relacionadas ao campo da visão e da audição e da questão dentária da criança.

Na formação de pessoal para o acompanhamento dessas intervenções podemos também perceber a total introdução e imbricação da saúde dentro do ambiente de ensino com o preparo de alunos da faculdade de medicina para serem médicos escolares, cargo agora existente, assim como a habilitação de enfermeiras escolares, muitas das vezes, essas eram na prática professoras primárias, preparadas para suprir a demanda.

Fazendo uma cronologia de iniciativas relacionadas à questão da saúde escolar, o que podemos rever é que os discursos do início da república para as intervenções e cuidados para com a escola, estavam muito mais voltados e justificados por questões cívicas e modernas de civilidade.

Já no decorrer dos anos da década de 1920, ganhando mais estruturação a partir de Vargas e da criação do Ministério referendado a Saúde e a Educação, temos uma visualização de discursos mais técnicos, de conhecimentos mais técnicos e científicos. Porém isso não quer dizer que a questão da busca através da educação de homens fortes, saudáveis e ativos no

processo do ideário social nacionalista de construção e progresso da pátria brasileira não permanecesse como justificativa, e incentivos diversos da atenção para com a Educação. (LIMA, 1985)

Os ímpetos iniciais proporcionaram a expansão do ensino primário e a construção de escolas normais pelo Brasil, contudo agora com a exigência para com o professorado de novas metodologias de ensino, de um processo educativo centrado nas crianças verificamos a escola normal sendo profissionalizada, reformada, reestruturada em relação ao seu currículo. Em 1925 ocorreu o início de um curso de formação de inspetores, educadores sanitários que na verdade era uma especialização sendo feita sobre o professorado do ensino primário.

Todos deveriam seguir regras claras, não é porque a higiene adentrou a escola que o foco tornou-se somente a criança, a professora e toda a população deveriam seguir condutas, e estas não só em aspectos higiênicos, mas em uma constituição de suas saúdes.

Dentre esses procedimentos temos: beber no mínimo de quatro copos de água por dia, escovar os dentes pelo menos uma vez ao dia, além de tomar mais do que um banho completo por semana; contando também a alimentação com cuidados em comer vegetais e frutas todos os dias, assim como a importância de evacuar os intestinos todas as manhãs. Este último procedimento pode parecer estranho, mas em almanaques vinculados a propaganda de algumas farmácias ou mesmo distribuídos pelo Estado, referendados do período Vargas, continham propagandas de remédio e textos que abordavam como maléfico ao social o mau humor provocado por uma prisão de ventre, por exemplo. (FONSECA, 2007)

Quando chegamos aos anos 30, por todo o delinear que apontamos aqui nos parece que tudo e muito já fora feito, mas a grande questão está na efetivação e criação de instituições não somente vinculadas a determinadas cidades e estados, ganharam proporções nacionais. Dos primeiros anos de Vargas a constituição do Estado Novo observa-se modificações econômicas e políticas, onde o governo deixa de ser liberal e passa a tomar medidas de intervenções, junto a um desenvolvimento industrial, moral e harmônico.

Porém na perspectiva educacional o que vislumbramos foi embates entre as pedagogias vigentes, confronto intelectual entre escolanovistas e católicos. A escola Nova propondo uma escola que prioriza o aluno, o aprendizado através do trabalho, com cooperação social e o ensino laico pautado pelo o Estado, vinha trazendo preocupações de sua expansão para os católicos que detinham o monopólio do ensino secundário. (LIMA, 1985)

Vargas não discordava demasiadamente de nenhuma das partes, mas pode se observar que de alguma forma os católicos conseguiram uma predominância, principalmente

com o continuo privilegio proposto ao Ensino Médio e ao Ensino Superior ainda no dado período em questão.

Há na verdade contrapontos entre as constituições de 34 e 37, na primeira ele propõe uma educação como direito de todos, maior organização e fixação das escolas públicas; já na segunda propõe a liberdade de incentivos individuais e particulares às proposições educacionais.

Contudo o que se estuda sobre este dado período do governo de Vargas, é que durante o Estado Novo a ideologia higiênica e a educação sanitária se fundem com a própria ideologia do governo, tanto que uma legislação mais definitiva para os setores de saúde e educação aconteceu neste período. Propondo que a saúde escolar no Brasil no dado momento seria a própria ideologia oficial do Estado.

“(…) Daí a esse espectro farta alimentação e trabalho compensador; cria-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o e educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo o homem brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: é preciso que todos os brasileiros recebam educação.” (discurso proclamado por Getúlio Vargas em 1941 - LIMA, 1985: p.137)

No perpassar de todos esses anos aqui referendados o que podemos perceber é que junto a todo o desenvolvimento da saúde escolar tivemos as mais diversas modificações políticas, econômicas e principalmente sociais, além das questões pedagógicas, onde as tentativas de racionalização da escola e da educação sempre estavam pautadas e referendadas de uma forma ou de outra por ideais modernos, civilizados, nacionalistas e principalmente dos produtores de um homem útil ao trabalho. Propomos novamente essas colocações como reviver da justificativa da delimitação do período.

4.2 Cultura e Escola

“O grande interlocutor da higiene escolar era, sem dúvida, a pedagogia. É neste sentido que a higiene escolar se transformou (...) em higiene pedagógica. Não perdeu contudo de vista o seu objeto – o corpo. É o corpo o objeto e o produto pretendo de sua ação. É ele que é a imagem viva do “ decaimento moral da raça” que cumpre ser transformado, eugenizado. Confinado à escola, transformou esta última em meio de produção da medicina. Era a escola que cumpria transformar, e por meio

dela o corpo. Era o prédio, mobília, os espaços externos. Eram as pessoas que nela trabalhavam e que também precisavam ser higienizadas. Era, principalmente, o próprio instrumento da escola, a pedagogia, que precisava ser reformada pelo novo saber.” (LIMA, 1985 – p. 101).

A pesquisa em Educação e História nos permite verificar as relações na escola a partir do social e do político como forma de articulação de poder e dominação, bem como já estamos assim a construindo. Podemos vê-la para além do papel de lugar de promoção da educação, já que a escola é um espaço de exercício de poder, pois é um espaço de possibilidades de impor comportamentos de terceiros a vontade própria. (WEBER, p.188).

Compreender essas dinâmicas em torno do ambiente de ensino se faz necessário na medida em que a escola a partir da década de 1930 será palco para intervenções, meio articulador e fomentador de ideias higienistas presentes no campo social do período, assim sendo foco de autoridades políticas e médicas objetivando uma ideia de civilização a partir da proliferação de uma educação sanitária. Promovendo e revelando estratégias de controle e poder.

Melhorar a condição do ser, prevenir com a salubridade das habitações o ataque das moléstias e tudo isto de forma lenta e segura: melhorar a espécie, preparando indivíduos sãos, robustos; de espírito vigoroso e resolutivo que constituíam sociedades e povos conscientes do seu destino superior e humano, eis em síntese a tendência da hygiene. (SOUZA apud AZURDIA, 2008, pag. 64)

A difusão de concepções higienistas e eugênicas e sua aplicação na rotina escolar revelam uma nova concepção de infância, a criança como objeto de experimentação e especulação científica. Reflexo do que a cidade de Fortaleza vivenciava no período, apresentou-se como foco de problemas de higiene, de doenças que desencadearam as intervenções urbanas no meio citadino no referido período, mas agora eram específicas aos escolares.

Assim propomos em que medida a escola deixou de representar apenas o ambiente de ensino, de transmissão de conhecimento. Alvo de inspeções, médicas e pedagógicas, legitimadas a partir de concepções higienistas, civilizadoras e homogeneizadoras, onde esse ambiente de ensino se propunha a partir dessas, com outras representatividades, como meio propiciador e formador de homens úteis, capazes e cientes de questões sanitárias, de construir homens civilizados.

Para Thompson (1978) uma peste, uma epidemia não reorganiza uma sociedade espontaneamente, e sim a experiência com elas. Porém, não foram às proposições de hábitos e normas, nem uma determinada doença, nem as intervenções escolares, que surgem durante o processo higienista, que desorganizaram ou reorganizaram a sociedade, e a fizeram construir representações desta realidade, mas sim o contato com elas, sua experiência.

Aprendemos que o indivíduo constrói a partir de suas experiências, vivências, percepções e de sua cultura diversas interpretações da sua realidade. Em torno dessas experiências foi que a escola para a população, para os profissionais da educação, da saúde e para as autoridades do dado período, acabou ganhando possíveis representações.

Assim, podemos colocar, a escola acabou apreendendo significados e sentidos diversos:

A educação é o meio de evitar ao indivíduo a repetição de experiências e a pesquisa de descobrimentos, feitos através dos tempos, pela humanidade [...]
[...] educar é conduzir ao ideal, isto é à representação distante, talvez inacessível, mas de que nos aproximamos sempre mais, de nossa própria perfeição. (PEIXOTO, 1935, p. 355).

O que buscamos relatar é que estudar esse período tão dinâmico, cheio de continuidades e permanências, ao mesmo tempo de transformações relacionadas a raízes culturais da população, é trazer a tona perspectivas de estudo que vão desde pontos de pesquisa em relação ao currículo e didática da pedagogia proposta, assim como a relatórios oficiais que só, por muitas vezes, nos mostram dados estatísticos que não nos revelam as diversas nuances sociais presentes na construção da escola e da educação em si.

Embora o serviço de inspeção escolar já funcionasse desde o início do século XX, somente entre os anos de 1930 e 1940 se obteve maior expressão e sistematicidade, essa maior sistematização e organização de medidas salutaras, junto à busca pela higiene escolar favorecerá, efetivamente, as intervenções médico - escolares (BARBOSA, 1994).

O que queremos, novamente abordando essa colocação, é que embora em um primeiro olhar revele-se prerrogativas muito mais específicas e interessantes para estudos na área da saúde, um olhar mais aguçado nos possibilita também perceber que as intervenções não eram somente médicas, mas de toda uma nova dinâmica social de configuração da cidade. Revelava mudanças políticas e suas intencionalidades, assim como influências e avanços em

discussões sobre a dada importância educacional e como esta poderia ajudar a política empregada.

As autoridades, obviamente, tinham ciência de que a instrução sanitária objetivada e empregada, em seguida, no grupo escolar, não poderia ser feita de forma imposta e sim, deveria se objetivar a construção de uma reeducação das práticas de higiene e assistência médica, fazendo das medidas não regras, imposições, mas hábitos, costumes comuns, na medida do possível, a todos (BARBOSA, 1994).

Porém voltamos a discutir o que fora revelado por Barbosa, pois não é que as autoridades não queriam impor suas propostas, elas já vinham impondo da forma mais brusca possível, porém a resistência ou a não aderência por parte da grande maioria da população os preocupava em não conseguir alcançar o objetivo almejado.

Assim novas técnicas e estratégias pela busca da reconfiguração social foram aderindo a dinâmica de enquadrar-se em uma composição que era reflexo europeu, que revelava uma produção de hábitos, que deveriam virar costume, que assim produziriam um cultura planejada.

A escola fora locus sim de muitas dessas demandas, mas a questão ia além do espaço físico, reconfigurá-lo talvez fosse à parte mais simples, o que fizera dessas transformações, paulatinas, fora a percepção de que não adiantava impor regras, expor direcionamentos; o que deveria ser feito ia além, estudar, entender e visualizar o ideal higiênico tornaria mais fácil a adoção.

Então quem é o meio, locus de ensino e aprendizagem, a escola, que se propõe em definitivo como referência de educação, definindo-a, no sentido de que a produzida nesse espaço deveria ser a absorvida e repetida nos lares e na rua, possibilitando junto a tudo isso um novo olhar sobre a criança, sobre a escola, sobre a educação em si e sobre a importância da formação dos envolvidos nesse campo, assim como a inter-relação entre educação e saúde.

Na constituição dessas diversas práticas, as intervenções urbanas se utilizavam de propagandas, anúncios, almanaques e as folhas de leitura distribuídas na igreja, a questão era educar, decorar, apreender as noções, normas e as proposições que permeiam o pensamento daquela sociedade, deixando dúvidas se era realmente um pensamento compartilhado por todos. (PONTES, 1993)

Lembrando que a utilização das diversas formas de propagação dos ideais higiênicos eram tão almejada quanto realmente necessárias, pois a mudança fora bastante gradativa no processo de formulação de novos hábitos. Além do que, a diversificação

facilitava a possibilidade de se chegar as mais diversas classes sociais advindas da população brasileira.

Fazia-se, portanto, necessário organizar dentro de um serviço de sistema sanitário escolar, ações responsáveis pelo desenvolvimento moral e mental da criança. (Ceará Médico, 1940). Colocações influenciadas por ideais de modernidade referendados no período, consideravam o quadro sanitário, e a maior ou menor soma de cuidados úteis dispensados à criança para se aferir o grau de civilização de um povo.

4.3 Inspeções Escolares no Ceará

Em 1929 ocorreu à criação de cem novas escolas públicas no Estado do Ceará, uma notícia maravilhosa para anos de descasos referendados ao ensino primário até então. Porém, assim como a notificação que o jornal *O Povo* fez deste fato, a de que apesar do avanço, fazia-se necessário alertar inicialmente para que não se esquecessem de trazer melhorias para as já existentes cheias de problemáticas e pela falta muitas vezes de material didático.

A ação dos inspetores escolares e os critérios de avaliação do funcionamento das escolas eram diversos, assim compreende-los faz-se necessário. Deste modo, a fiscalização consistia em visitas, exercícios e observações junto às crianças e com o fazer profissional das professoras. Interessante colocarmos aqui que os inspetores se faziam realmente presentes nas ações e questões escolares que deveriam ser avisados. Por exemplo, de nomeações, pedidos de licença, exonerações e ou substituições diversas do professorado. (BARBOSA, 1994)

Essa comunicação de informações junto ao inspetor se fazia necessária, pois para que pudesse auxiliar e intervir precisava está ciente dos pormenores do cotidiano escolar. De tal modo a Diretoria de ensino delimitava a construção de mais escolas, a distribuição de material didático por elas, a seleção de professores e dentre outras proposições encarregava um inspetor para a fiscalização dos ambientes de ensino.

Os inspetores poderiam intervir na atuação das professoras, avaliando o seus trabalhos. Mas antes de continuarmos a falar das inspeções de forma mais detalhada, faz interessante colocarmos aqui, que a escolha de pessoas para serem aptas a se transformar em um inspetor, ia desde seu envolvimento no quadro escolar, em representações políticas e também conhecimentos em torno do processo modernizador e principalmente aos conteúdos relacionados ao higienismo.

Assim a importância dada a esse profissional era tamanha que eram escolhidos dentre profissões como médicos, advogados e figuras representativas do quadro educacional e político cearense. Os inspetores eram responsáveis por áreas, por regiões, onde eram deliberadas para cada região as suas cidades referentes, e o Ceará foi dividido no então momento em sete regiões. (ALVES, 2009)

A primeira região era equivalente às cidades de Fortaleza, Maranguape, Pacatuba, Redenção, Aracoiaba, Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Boa Viagem, Pacoti, Guaramiranga, Coité e Aquiraz. Os municípios e Senador Pompeu, Cachoeira, Riacho do Sangue, Pedra Branca, Maria Pereira, Lages, Iguatu, S. Matheus, Saboeiro, Arneiroz, Icó, Cedro, Lavras e Varzea-Alegre eram referente a segunda região

Com a terceira ficou Crato, Campos Salles, Assaré, Juazeiro, Missão Velha, Aurora, Barbalha, S. Pedro do Cariri, Santanna do Cariri, Araripe, Milagres, Maurity, Brejo dos Santos, Porteiras e Jardim. Soure, São Gonçalo, Trairi, Pentecoste, S. Francisco, S. João da Uruburetama, Itapipoca e Canindé com a quarta.

A quinta com Sobral, Acaraú, Santana, Camocim, Granja, Massapê, Palma, Viçosa, Tianguá, Ubajara e Ibiapina. E os municípios de Crateús, Tamboril, Nova Russas, Santa Quitéria, São Benedito, Campo Grande, Santa Cruz, Ipú, Ipueiras, Independência e Tauá na sexta região. Por ultimo ficaram na sétima, os de Cascavel, Aracati, Beberibe, Guarani, União, Russas, Limoeiro, Morada Nova, Pereiro, Iracema e Jaguaribe-Mirim.

A divisão fora feita como forma de facilitar as visitas e fiscalizações nas escolas, lembrando que avaliavam todo o processo escolar, os conteúdos a serem abordados, os que foram realmente objetivados e sobre as capacidades de conhecimentos que deveriam ter sido adquiridos.

As inspeções, contudo não se organizavam e estruturavam somente como formas de apontar problemáticas e ou erros, era também considerado um exercício de cidadania, assim fazia necessário junto às avaliações fazer apontamentos de possíveis dicas e soluções para as proposições encontradas. (BARBOSA, 1994)

Retomando a questão das divisões por regiões dos inspetores faz claro que dependendo da influencia de cada um poderia se definir quais e quantas regiões iriam ficar responsáveis, nos possibilitando repensar na questão de troca de favores e ou de relações de poder na perspectiva pública do Estado.

Sabe-se que apesar das diversas tentativas, pelo menos no Ceará, a uniformização do ensino nas escolas públicas primárias era difícil, mas a Diretoria da Instrução Pública

viabilizava a partir das inspeções formas de cobrar o padrão e a prática no ensino dos estabelecimentos escolares.

Era comum que na ocorrência de destaque de alguma docente e ou de algum aluno, ou o aprendizado de forma geral das crianças de um grupo escolar ganhassem crescimento e destaque fazer-se cerimônias de comemorações e homenagens. Isso servia tanto como forma de propaganda do ideal republicano e sua preocupação com a educação quanto forma de observarmos um caráter mais profissional referendado ao magistério. (ALVES, 2009)

Como colocamos inicialmente a professora também possuía seu papel de fiscalização do ensino, pois para ela além da prática do ensino, eram propostas funções como as de ter o controle da matrícula e assiduidade do alunado, assim como mantê-los no quadro da escola até o findar do ano, ou pelo a maioria dos que iniciaram o ano letivo.

E junto às intervenções dos inspetores, inclusive durante o decorrer das aulas, ela ainda deveria fazer uma espécie de mapa estatístico anual e as que não o fizesse descumprindo o regimento determinado a elas poderia ocasionar consequências referendadas inclusive até as multas relacionadas a essa questão.

Crítérios do nível dos seus alunos, a aquisição da leitura e da escrita por parte deles, o cumprimento do cronograma referendado pelo calendário escolar faziam discernimento da qualificação das professoras. (ALVES, 2009) A questão é que as inspeções escolares tornaram-se médico escolares junto às questões da higiene, porém vamos seguindo trilhando caminhos da escola para a saúde, da saúde para as escolas, a higiene proporcionando a reestruturação de colégios, assim como o ambiente de ensino sendo meio propagador de preceitos.

As professoras eram submetidas e ou poderiam fazer por vontade própria a cursos de formação para uma melhor qualificação dos profissionais, delimitando novamente preocupações em torno da formação docente. Aprendiam sobre metodologias referendadas para melhor observação do ensino e então da aprendizagem do aluno, tanto quanto em relação aos conteúdos ministrados quanto a posturas e condutas comportamentais.

4.4 As Normalistas

“A ideologia, num momento histórico determinado, não é uma entidade homogênea, mas sim complexa, contraditória, multifacetada, na medida em que corresponde à

somatória de concepções de mundo dos indivíduos e classes que a compõem. Em sua maior parte, contudo, corresponde à concepção de mundo da classe dominante que é, por isso mesmo, hegemônica, permitindo que essa classe dirija a sociedade civil.” (LIMA, 1985 p. 41)

As reformas educacionais da década de 1920 tratavam de questões sociais como analfabetismo, educação popular e a instrução feminina. O mundo moderno transformava-se no cotidiano, transformações que abriam espaços para novas regras e hábitos. Recaiá sobre a formação e a prática das normalistas o encargo de preparar o povo, a partir das crianças, ao exercício da cidadania cujo objetivo era o progresso do país, então tornarem-se trabalhadores contribuintes da modernidade brasileira. (NAGLE, 1976)

O professor deve educar-se a si próprio, denominava o destaque e os ônus angariados pelos docentes, pois eles realmente deveriam perpassar os ideais republicanos de civilidade e higienismo. Receber as crianças em uma arquitetura bem iluminada, arejada, de olho para o mínimo de aglomerações para evitar os contágios de doenças, assim às inspeções escolares eram encargos tanto realizada pelas educadoras, como pelos funcionários da instituição que além do inspetor ligado a instituição a ele agregava-se a fiscalização o diretor escola.

No ideário Republicano de formação da cidadania, destacava-se a ideia da educação para o trabalho como forma de qualificar o indivíduo para o exercício profissional baseado no discurso de racionalização, esta proposta de qualificação para o trabalho pendurará ainda nos ideais nacionalistas que Vargas fomentada no seu dado governo.

A ideia reformista que marcou esse período devia-se à abordagem que a lei de ensino nº 1.953/22 tentou aplicar no Estado como forma de promover a alfabetização da população, cujo público alvo era principalmente de crianças em idade escolar, entre 7 e 12 anos, que não frequentavam as escolas. O número de crianças em idade escolar era elevado no Ceará e as cidades do interior registravam uma frequente evasão escolar.

A criança deveria receber na escola os conhecimentos que lhe proporcionariam a aptidão para exercer futuramente as suas funções junto à sociedade. Porém se faz necessário aqui abordarmos que tanto as questões da higiene alavancaram mudanças no ensino, mas obviamente o alto índice de analfabetos predominantes na população brasileira.

Procuramos compreender como as professoras primárias das escolas públicas participavam do debate da erradicação do analfabetismo e qual a sua representação em meio a conceitos como cidadania, trabalho e em relação aos novos comportamentos sociais. Vamos rever estas questões cientes que com Vargas essa mulher apesar das amarrações presentes em

sua sociedade de época para com sua participação na vida pública, mesmo assim foram alcançados grandes avanços. (ALVES, 2009)

A educação não era vista apenas sobre o aspecto pedagógico, mas também como questão de política nacional, fundamentada nas teorias que se tornaram mais relevantes ao discurso dos educadores, e o papel das professoras como agentes sociais que iriam atuar no processo de educação da população em idade escolar.

A Reforma de 1922 no Ceará como algumas vezes indicamos traz consigo objetivações de educar para construir uma identidade nacional, uma cidadania republicana e possibilitou a inserção da mulher em um caráter de profissionalização e nos serviços públicos. A grande questão é que nos fica vago, ao mesmo tempo em que evidente que a participação feminina tão importante nas alterações almejadas pelas autoridades brasileiras se davam realmente a partir de mudanças sócias em relação ao gênero.

A construção de que a mulher seria uma boa professora, pois possuía qualidades femininas apropriadas, como mãe, esposa, e mais delicada do que os homens evidenciava a prática do magistério como uma possibilidade de trabalho, vista pelos homens como apenas uma maneira de inseri-las em um ambientes que consideravam muitas vezes extensão do lar.

Uma ideia do processo de feminização do magistério como continuidade de uma cultura enraizada na perspectiva de gênero ao mesmo tempo em que era uma construção social legitimada pela idealização da mulher como ser predestinado à função de cuidar do outro, com uma personalidade altruísta e dedicada à família. A educação proposta por um processo institucionalizado e menos vocacional.

A análise do processo foi nos propondo questionamentos que são interessantes observarmos, como justamente a figura que deveria repassar ideais de cidadania e conscientização cívica ao alunado, não era considerada cidadã. E assim como se mostraram diante da possibilidade de maior atuação no espaço público do mesmo que a desvinculava da representatividade do lar, só se deu justamente devido sua correlação.

Muitas moças pobres encontraram na profissão de professora a possibilidade de melhorias familiar tão almejada, demonstrando para nós uma mulher que também tinha voz ativa, já que no tocante financeiro complementava a renda familiar, mas o que se encontra muito nas leituras do e sobre o dado período é a correlação com o imaginário que permeava o estudo no curso normal e a representatividade disto no meio citadino. (ALVES, 2009)

Só que era real a divulgação do ideário que o docente do curso primário estava não só a exercer uma profissão, mas a contribuir para o desenvolvimento de sua nação, para a salvação de crianças por meio da educação oferecida a ela. A vida da professora era

proporcional à missão sublime de auxiliar os mais necessitados, principalmente com seu amor, o que permitiu a criação de uma imagem doce da profissão de mestre primária.

Algumas professoras solteiras, ou popularmente chamadas de solteironas, eram bem quistas no ambiente de ensino, pois embora não tivesse constituído família como um direcionamento natural da mulher, fazia por conta disso também grande participante, incentivadora e dedicada às melhorias nos quadros de instrução pública.

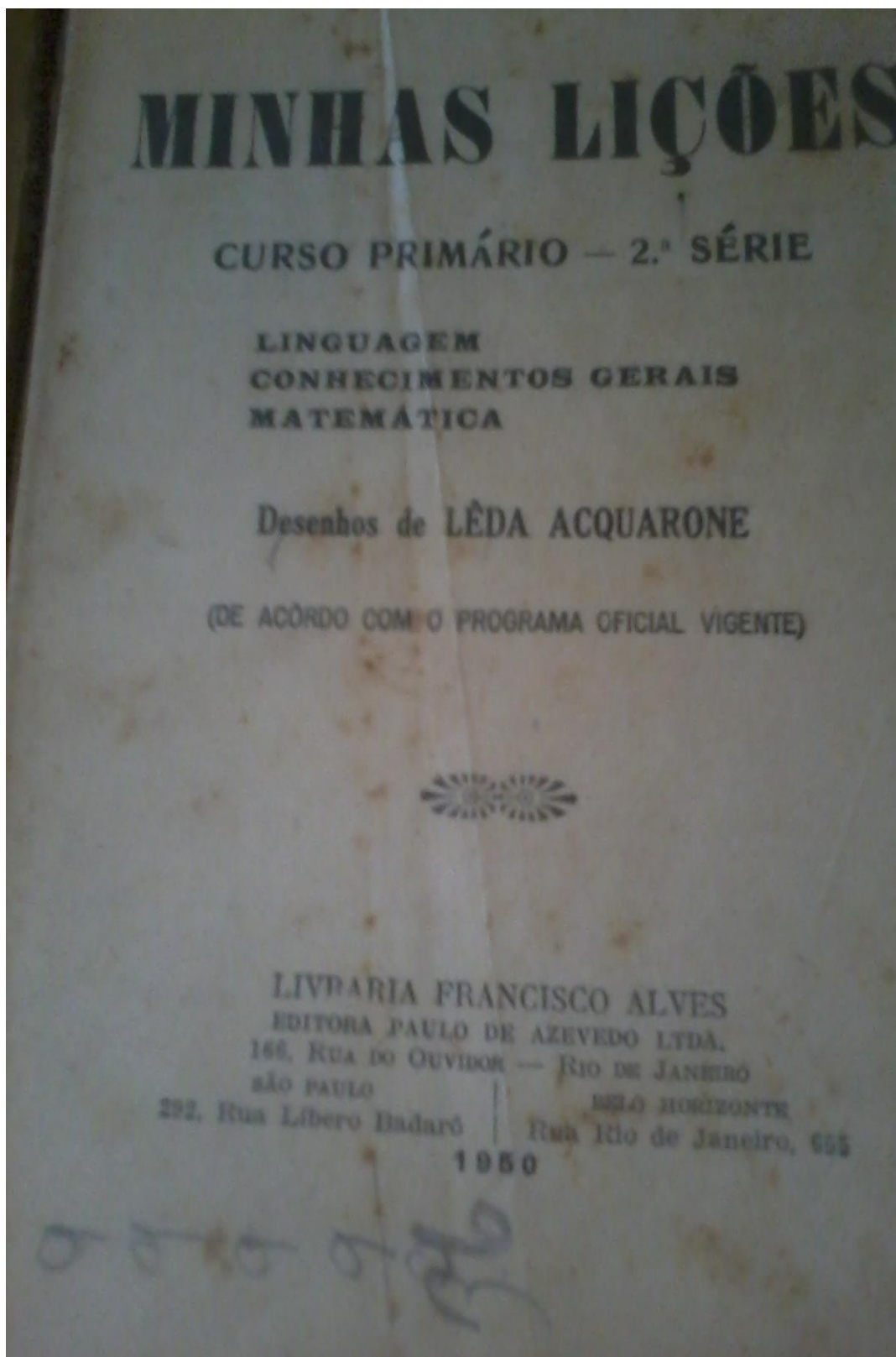
O Estado era responsável pela Escola Normal, cujo programa era orientado pelo ensino laico. O Estado apropriava-se da imagem da mulher como mãe para inseri-la no imaginário cultural como possuidora dos aparatos necessários para a educação popular. Porém podemos colocar que não somente pelo caráter de atribuição de que a educação primária é uma extensão da educação do lar predominava mulheres, mas inclusive os salários das professoras eram considerados bem baixos para atuação masculina. (CASTELO,1970)

A decência, a moral e a delicadeza das ações femininas são vistos de maneira positiva e apropriada assim para a propagação do discurso de pátria e na ideia de que a nação deveria acolher e ser refúgio para os brasileiros como filhos e encaminhá-los ao progresso, a civilidade, a cidadania por meio da ordem. As atitudes tomadas pelas professoras eram justificadas para que o conhecimento fosse transmitido, e por moldar a infância na educação dos modos e práticas de comportamento saudáveis e higiênicos, que possibilitassem a prevenção de outros fatores que colocassem em risco a organização social.

4.5 Educação Sanitária

1) A educação higiênica é essencialmente a aquisição quotidiana do individuo, e tendentes a favorecer-lhe a saúde, bem como a preservar os que o cercam. 2) A melhor época, senão a exclusiva, para a realização da educação higiênica, é a infância, graças à maleabilidade psicológica do individuo. 3) Isso posto, facilmente se deduz que o único aparelho em condições de difundir econômica e efizcamente a educação higiênica, é a escola primária, por meio do respectivo professor . São possíveis e uteis organizações auxiliares, ao lado e depois dela; mas a escola primária consitui agente fundamental de tão considerável tarefa. (LIMA apud Almeida Júnior (1929), 1985 – p.120/121).

Figura 19 - Revista Minhas LIÇÕES de Linguagem, Conhecimentos Gerais (nesta parte que se tinha as indicações sanitárias e higiênicas) e também conteúdos Matemáticos – Curso Primário: 2º Série.



A vigilância e a salubridade dos edifícios, a profilaxia das moléstias, o acompanhamento do desenvolvimento físico e mental das crianças, a racionalidade de seu corpo e as devidas adaptações pedagógicas necessárias como conhecimento para o professorado, principalmente os dedicados ao ensino primário, permeiam todo o processo, assim como também são resultados dele. A foto acima é referente à dos livros adotados no dado período pesquisado como criação de uma nova roupagem para os livros escolares, na tentativa de se tornar mais claro e fácil de percepção e compreensão os conhecimentos pelos alunos.

Lembrando que dentre as prescrições e normas propostas pelo processo higienista e seu direcionamento a educação temos críticas aos programas e livros de ensino, assim como os meios de ensinar que são colocados muitas vezes como retrógrados e distantes da realidade e possibilidades da criança.

A escola, o liceu, os programas comuns, são usinas de instrução e educação coletiva, que reduzem tudo a um estalão uniforme, a que todos se devem conformar.

Grande número não chega á média deste molde, aspirado pelo sistema; muitos têm que vencer as disposições naturaes, coagir-se a ser como os outros, para terem um premio ou uma aprovação.

E isso é o que a escola pode dar de melhor.

Ainda há porém muito que esperar da Pedagogia. (PEIXOTO, 1935)

Propor a adoção e inclusão direta de noções de saúde e higiene nos programas escolares era torná-los menos cheios de noções inúteis e ociosas. Porém não diferente das críticas aos programas são as direcionadas aos livros apontados por diversas vezes como abstratos, complicados de interpretação, fora a postura impetuosa e rígida de muitos professores dificultando ainda mais a aprendizagem do alunado.

As discussões que aqui serão propostas retomam e se baseiam na análise da obra “*Noções de Higiene – Para uso das escolas*” de 1935, de Afrânio Peixoto, já bastante utilizada e contribuinte de nossos escritos sobre os preceitos de higiene para a Educação. Assim como também em todo o histórico relatado aqui desse processo construtivo em busca da constituição de uma educação sanitária e medicina social.

Buscando entender a escola e os fenômenos sociais presentes nela, colocando-os como objeto de abordagem historiográfica e suas intervenções e proporções na sociedade. A perspectiva desde o século XIX de um processo de higienização que pode ter ajudado muito

no desenvolvimento de aplicações médicas na escola, assim faz-se presente a importância de desvendar essas experiências históricas para entendermos também dados momentos históricos. “[...] a higiene intervem para proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas, capazes de perturbá-lo e mesmo de impedi-lo”. (PEIXOTO, 1935, p. 356).

Portanto buscamos perceber como o desenvolvimento e a proliferação de ideais higienistas foi concomitante a um processo de maiores investimentos na educação, nos mostrando um entrelaçamento de representações, experiências, vivências e ações intrínsecas a jogos de interesses e a conflitos de poder.

Junto a isso, examinamos as práticas higienistas introduzidas nos discursos médicos e suas transformações em preceitos a serem desenvolvidas nas escolas, que se pretendiam inscritas no processo de constituição do sujeito civilizado e moderno.

Analisar a memória, a sociabilidade e a socialização que envolve a construção histórica em torno do que se concebe por educação e escola, nos propõe a avaliar intervenções que este estabelecimento é palco, alvo, assim como a cidade, de representações, nos permitindo observar transformações diversas na organização cidadina e no papel político e social da educação.

De tal modo, o meio para fazer o higienismo deixa de ser um discurso, e passa a ser hábito, costume, cultura, seria a partir da educação; “[...] A educação faz-se pelo exemplo, pela disciplina, principalmente pela instrução [...]” (PEIXOTO, 1935, p. 356). Onde, a disciplina estava presente no novo traçar das ruas e, dentre todos e tantos outros locais, na escola.

A escola junto às mudanças advindas e direcionadas de forma mais específica a educação em si, foi eleita para as prescrições médicas, local onde a higiene formatou propostas de construção de modelos educacionais, formação de professores, inspeção de alunos e de organização de espaços e equipamentos, objetivando a formação de novos e higienizados cidadãos.

Passou assim a representar um ideário, o caminho da nação para a modernização, ela foi reflexo como uma perspectiva micro e particular do proposto ao meio citadino, não apenas como uma colaboradora, mas na verdade ponto sacralizado para tornar real o ideal objetivado.

O prédio escolar deveria situar-se em um terreno de boas condições, que representavam uma área arborizada e ampla, possibilitando espaços para o recreio escolar. Este se faz interessante colocarmos aqui que era postado como imprescindível, assim como

alguns momentos livres para a criança, pois o regime escolar proporcionava sabia-se determinadas coações e os intervalos de exercício de vida livre eram assim também necessário à saúde, à higiene deles.

A área buscada constituir-se-ia ideal a partir de uma média de 3m² por aluno, apresentando uma proporção de iluminação de grande escala, principalmente na estruturação das salas de aula do colégio. As portas deveriam ser largas e facilitadoras de circulação, assim como janelas não só ajudariam na luminosidade, mas na própria circulação de ar em classe.

A construção deve ser adaptada às proporções e tipos das estaturas infantis. A sala de aula que por muitas vezes é o foco e o único ambiente de ensino, das casas adaptadas ou daquele espaço que professores davam em suas casas ao ensino, deve apenas compor toda uma gama de cômodos necessários à criança durante as horas que permanece no ambiente de ensino. Além de um local ao ar livre e que contenha um espaço também abrigado para o recreio, tem que ter o vestiário, lavatório, mictório, etc.

Proposições de uma sala ideal, de até 36 alunos, onde esta deveria ter em média uma altura de 4m, 8m de comprimento, onde se proporciona assim espaços entre as carteiras, resguardando assim a distancia e a circulação em sala. As paredes deveriam também ser muito bem estruturadas, revestidas de cerâmica como ideal, mas minimamente pintada com tinta óleo em cerca de 2 metros de sua altura.

Altitude fisiológica para a escrita; a cabeça ereta, o corpo direito, repousando sobre os isquions, e os braços sobre os cotovelos, sem torção, nem encurvamento da coluna vertebral para traz. O eixo desta é paralelo ao fio do prumo. (PEIXOTO, 1935, p. 361).

Propostas e normas de como melhor se portar, se posicionar para as atividades de estudo que iam além do material, a questão era como o corpo deveria se por diante dos estudos, da leitura, da escrita, assim como o próprio posicionamento do professor. Quais os deveres e direitos dos alunos sob regimento escolar e todo o processo que agora a criança fazia parte, alvo sem muito entender ainda todas as ações.

Existia uma preocupação de ir adequando as salas e os demais cômodos escolares na medida em que também iam se modificando a estatura e organização das crianças. Nos liceus ou colégios para internato era colocado que deveriam ter assim refeitórios e dormitórios especificados também para adequação da infância.

As colocações em relação ao banheiro se fazem interessante para além da construção, pois já se tinha uma preocupação com o asseio desse banheiro, a forma melhor de utiliza-lo, mas a norma que nos foi revelada mais interessante acreditamos ser, a de ter necessidade de uma vigilância constante para o bom uso do ambiente, assim como destinos corretos e isolados para o acesso de cada gênero.

Figura 20 – Revista Minhas Lições: Lições referentes à instrução e educação comportamental, postura cidadã.



Fonte: RIALVA, p.174 (1950)

Todas as escolas públicas conforme regulamento de 1905 no Ceará deveria apresentar acima da porta exterior da entrada principal, uma tabuleta com identificação de sua

tipologia. Em letras distintas à distância deveriam conter: Escola Pública para meninas, Escola Pública para meninos, Escola Mista ou Grupo Escolar. (CASTELO, 1970)

Outra questão em relação aos lavatórios, mictórios e latrinas que além de isolados fora colocado um quantitativo em média para os alunos, cerca de um aparelho para 30 crianças no ambiente escolar. (PEIXOTO, 1935). Conduto, o Regulamento da Instrução Primária do Ceará de data anterior, 1905, ainda propõe salas de até 60 alunos como uma boa média, o que podemos verificar em análise é que a sala proposta de sessenta alunos seriam as escolas adaptadas.

Segundo Castelo (1970), o material escolar por completo implicará em bancos-carteiras suficientes para todos os alunos em frequência, assim como também deveria conter uma pequena banca para o professor e quatro cadeiras comuns. Um estrado, que deveria seguir as seguintes medidas de altura cerca de 0,20 m e 1,20 m de largura, mas poderia também ser proposto em toda a largura da sala apresentada.

O quadro preto, obviamente, mas também outro quadriculado, um relógio, um armário, uma biblioteca. Contendo para o uso dos professores um mapa-múndi, uma coleção de sólidos geométricos e cartas parietais da América, Europa e do Brasil.

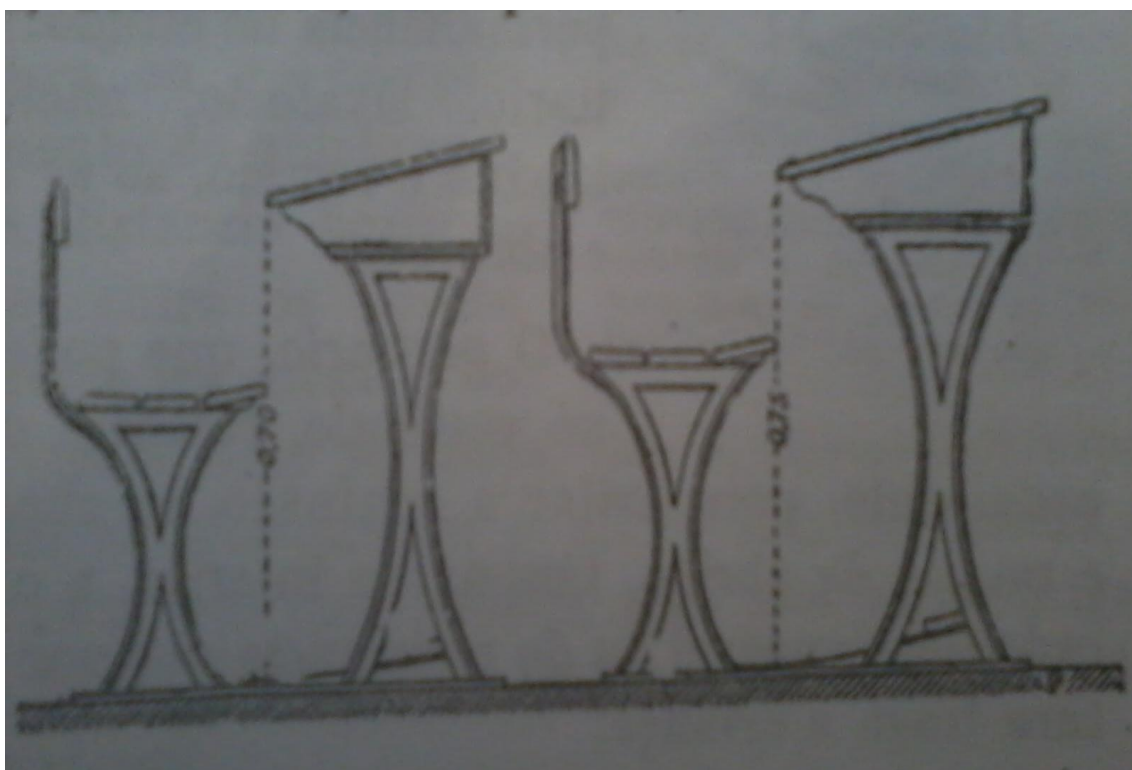
A escola deveria assim apresentar-se com bancos fixos, ligeiramente inclinados para trás, colocados conforme a projeção da luz e com dois tinteiros. Uma especificação de qual tipologia se configurava, pois deveria a escola apresentar três tipos de bancos-carteiras que deveriam corresponder às estaturas dos alunos, de 1,10m a 1,20 m, de 1,21 m a 1,35 m e 1,36 a 1,50 m. Para o controle da altura dos alunos esses deveriam ser medidos pelas professoras pelo menos uma vez por ano.

O material escolar de sala assim devia proporcionar conforto ao aluno, igualmente por isso devem seguir medidas de altura e largura específicas para que assim não proporcione incomodo e ou mesmo provoque males e ou doenças como a escoliose e a miopia.

A ideia que o regime escolar não deveria provocar terror, ou qualquer tipo de repulsa ao aluno, provenientes ainda de uma memória ligada aos castigos físicos corporais, de uma pedagogia “retrograda e ignorante” já utilizada.

Assim propõe-se que o ensino, a o programa escolar e os livros para o ensino deveriam ter maior atenção. Deste modo o programa deveria buscar aproximar-se de questões mais úteis e contextualizadas às vivências dos alunos, propor um método intuitivo, mais pessoal, menos sistêmico e uniforme, menos abstrato, mais ainda consciente dos avanços necessários à pedagogia vigente.

Figura 21 - Foto de modelo demonstrativo de carteiras escolares



Fonte: PEIXOTO, p. 365 (1935)

Figura 22 - Modelo de carteiras com estruturação de duplas na divisão da sala de aula



Fonte: PEIXOTO, p. 363 (1935)

O trabalho escolar deve estimular os estudantes, sem exageros de qualquer natureza, este deve ser combatido e prevenido, pois o excesso de trabalho físico ou mental cansaria e desanimá-los-ia, causando inclusive fadiga, que deve ser evitada permanentemente por ameaçar a própria disciplina educativa. Essas ideias e possibilidades de observação constituíam-se nas experimentações de uma técnica da psicologia pedagógica.

Figura 23 - Foto referente às prescrições de comportamentos e hábitos que deveriam ser adquiridos e ou combatidos para com as crianças.



Fonte: PEIXOTO, p. 359 (1935)

A preocupação de fazer a escola realizar o seu real papel, assumir sua responsabilidade de propor um regime físico, mental e higiênico, se sabia que para ela produzir os homens almeçados pela República, pela era nacionalista de Vargas, necessitava, primeiramente, se organizar, estruturar-se, extinguir seus males, para assim combater os do alunado.

Faziam-se sacralizados três grupos de profissionais relacionados à questão do processo de higienização junto a compostura da educação sanitária: os médicos, os dentistas, as nutricionistas, embora essas somente depois com uma maior sistematização e organização dos serviços, e as professoras.

Em 1933, um decreto de nº 5.828, criou o Departamento da Educação e com ele o Serviço de Higiene e Educação Sanitária Escolar que apresentava dentre algumas das suas atribuições os seguintes pontos abaixo:

- Promover a formação da consciência sanitária dos escolares;
- Facultar o melhor desenvolvimento físico e psíquico e o tratamento mental dos escolares, pela administração de cuidados higiênicos e de ordem médico-pedagógica;
- Promover o exame médico sistemático, periódico, geral e especializado (órgãos dos sentidos, etc.), dos escolares da Capital, estendendo-se os serviços ao interior do Estado, À medida que se for tornando possível;
- Promover o necessário fichamento médico-pedagógico e antropométrico dos escolares;
- Organizar e fiscalizar as escolas especializadas, escolas materiais, escolas ao ar livre, e colônias de férias, para onde serão encaminhados os escolares de que tais recursos necessitarem;
- Promover e fiscalizar a organização do museu e outros aparelhos necessários ao ensino da higiene nas escolas;
- Notificar às autoridades sanitárias as ocorrências relativas a moléstias infecto-contagiosas que surgirem no meio escolar, e colaborar com aquelas, praticando vacinações e tomando outras medidas ao seu alcance e à sua requisição;
- Velar pela Higiene do edifício escolar, obedecendo à legislação sanitária do Estado e acatando as determinações das autoridades sanitárias;
- Encaminhar às clínicas escolares do Serviço Sanitário todas as crianças que necessitarem de assistência e tratamento médico. (LIMA, 1985 – p.140)

A professora, diante de todo esse panorama de regras e normas diversas para com a Educação e sua estrutura base, a escola, tornou-se assim peça chave, orientadora e articuladora das intervenções, ganhando destaque no processo modernizador, não tão quanto, mas também como os médicos e sanitaristas ganharam no período.

A interferência dos órgãos públicos na formação das professoras foi efetivada assim como as inspeções escolares, já que elas é que foram incumbidas de repassar os conhecimentos que estavam propostos.

... o bom mestre não deve esquecer, no cuidado da higiene mental do seu aluno, que se quer pela instrução, pela educação sobretudo, bem desenvolvido mentalmente, e isto é mais higiene que pedagogia... (PEIXOTO, 1935, p. 371).

Figura 24 - Amostra de mais uma modelo de carteira escolar, assim como postura correta de comportamento em sala de aula por parte do alunado.



Fonte: PEIXOTO, p. 363 (1935)

A difusão das concepções higienistas e eugênicas e sua aplicação na rotina escolar revelam uma nova concepção de infância, a criança como objeto de experimentação e especulação científica. Era a concepção de não somente ensinar conhecimentos, educar, e sim instruir futuros cidadãos. “Essa é a possibilidade de uma pedagogia da saúde, não por ensinar

o que seja a saúde, mas por ensinar como a saúde pode ser mantida, conquistada ou perdida em relação a todos (ou a alguns) meios possíveis de vida.” (LIMA, 1985 - p 49).

As observações e fiscalizações em torno da aprendizagem do alunado, como no ato da escrita, no qual o aluno não poderia possuir posições viciosas, nem tão pouco deixar de escrever de forma direita em papel direito e com o corpo direito. Eram exigidos a eles inclusive o bom asseio de seus objetos tendo por destaque os cadernos.

Propunha-se que a aula do ensino primário configura-se muito mais como uma oficina inicial de treinamento mental, como acostumar a criança a pensar, conceber, apreender conhecimentos, pois:

Cultivar só a memória, decorar, sem exercer a reflexão, o juízo, raciocínio, a aplicação pratica, eis um grande mal a evitar. Saber de cor não é saber (MONTAIGNE), é possuir alguma cousa como por deposito, que se restitue, quando exigido; é um empréstimo, nem sempre util; saber é apreender, guardar na memória, aferir pelo que se sabe, utilizar quando se precisa, incorporado enfim á riqueza nossa e propria. (PEIXOTO, 1935, p. 371).

Relendo essas colocações podemos perceber que infelizmente apesar de desde então as proposições não legitimarem essa ideia de educação “decoreba”, esta ainda se faz presente, principalmente devido a um ponto que acreditamos ainda ter de ser mais bem trabalhado que é a avaliação, ainda muito uniforme e homogeneizadora de múltiplos, assim como os conhecimentos, que são únicos.

Interessante é que as colocações para com a iluminação têm como funcionalidade as questões da leitura e escrita, é para elas que se deve propor boa claridade sem excesso e incomodo para as ações. Onde, como fora destacado anteriormente, não pode esquecer-se da correta postura para melhor direcionamento das funções.

A Saúde na Educação é um campo historiográfico ou uma temática mais específica, uma discussão que está permeada pela interdisciplinaridade não só no conteúdo das fontes, mas na análise e interpretações feitas a partir dessas.

Para produzirmos uma historiográfica especifica a titulação, temos que debater entre campos diversos, entre sujeitos, classes, e direcionamentos que nos possibilitem vislumbrar não só uma produção de grande ou médio recuo histórico, mas uma história imediata de ações e articulações que mudam, mas estão firmadas em permanências e continuidades, tanto do campo histórico, historiográfico, da saúde, da educação e de políticas na atualidade.

As ideias aqui discutidas e permeadas em todo o capítulo baseadas em sua maioria numa obra de caráter mais de saúde que de educação, pelo menos é assim que se coloca, revendo como mesmo não sendo especificamente um estudo pedagógico nos dá uma lição em relação às significações do que é Educação:

Decorar, recitar, ditar, copiar... podem ser exercícios uteis, como meio acessório de ensino: se constituem a base dele, consistem na mais deplorável traição à educação, que faz apenas do ensino um meio de desenvolvimento e disciplina mental. (PEIXOTO, 1935, p. 372).

Embora a ideia de se renovar a pedagogia empregada no meio escolar ir além de processos de decorar e repetir a partir do contato com o conhecimento, o que vimos por muitas vezes fora isso sendo empregado dentro da perspectiva da Educação Sanitária. Apreender de verdade ou só passar a repetir os novos hábitos almejados, caso eles fossem realmente de todos e não somente de autoridades e de uma elite vigente. Fazer o caminho da escola até o lar, às famílias, que bom seria se todos conseguissem uma racionalização desse processo, mas o importante era possibilitar a nova estruturação civilizada e higiênica.

Educar é formar a atenção, e com ela, e por meio dela, formar hábitos úteis e distintos. Aqui, pedagogia e higiene se tocam de modo a confundirem-se funções tão distintas. (LIMA apud Andrade (1926), 1985 – p.127)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O significado de higiene pública pode ser resumido a um conjunto de medidas de intervenção que se estabelecem sobre o meio, de modo a diminuir sua influência patogênica sobre os corpos. Na evolução da sociedade capitalista seu desenvolvimento se dá quando as fortes taxas de mortalidade da população ameaçam paralisar o desenvolvimento das forças materiais de produção.” (LIMA, 1985 – p.47).

Procuramos construir a relação entre as mudanças vividas pela cidade de Fortaleza, reflexo de modificações tanto no âmbito estadual quanto nacional, a situação política e socioeconômica dos habitantes e de suas habitações, a insalubridade vivida entre o meio público e privado e como a união destes diversos fatores foi incentivo e ponto culminante de ações e práticas políticas sanitárias do final do século XIX e no início do século XX.

Essa configuração, com o quadro de mortalidade e de enfermidades das crianças cearenses, do alto índice de escolares com moléstias diversas, acrescida da cultura trabalhista de Vargas, mas latente entre os anos de 1937 a 1945, implantada pelo Estado Novo, nos mostraram também o quanto era relevante analisarmos os fatores políticos.

Percebe-se, em Fortaleza, a desinfecção das residências e das escolas, instaladas em grande maioria em casas sem qualquer estrutura específica, como uma prioridade entre os médicos sanitaristas do século XX. Além disso, a busca por tornar comum medidas básicas de higiene tanto nos âmbitos particular e público, assim como discutir e informar a população sobre os perigos e as medidas de prevenção de contágios, eram feitos pela classe médica e até mesmo pela Imprensa, bastante utilizada tanto por médicos quanto por autoridades como meio de chegar de forma mais abrangente à população.

Nesse sentido, através de discursos higienistas presentes na Cidade, observamos que muitas das moléstias e suas principais causas, segundo os médicos, a Imprensa e as autoridades da época, derivavam da falta ao acesso de recursos básicos de higiene, de fatores sociais como a fome, a miséria em si e a má estruturação das ruas, casas e prédios públicos, como os colégios de Fortaleza, que ainda eram de melhor situação se for comparado em um âmbito estadual.

Elementos somados à aglomeração comum nos centros urbanos, e as aglomerações no ambiente escolar, do fácil contágio configurado a esse espaço facilitaram para um maior percentual de males diversos, e como reflexo, maior número de ações e estudos no dado período. Um período marcado por uma grande preocupação em desenvolver medidas que pudessem controlar a proliferação de enfermidades que apesar de algumas já minimizadas continuavam a assolar a população, como a tuberculose, a varíola, a cólera e o grande grau de mortalidade infantil.

Encontramos nos principais jornais do período seções específicas propostas como educação sanitária pelo departamento de saúde pública do Estado e mesmo seções referentes às movimentações e fatos ligados a instrução pública estadual. Acrescentamos que a instalação das instituições hospitalares foi um processo que demorou décadas e em alguns momentos a parcela mais pobre da população contou com pouca assistência desse gênero. Somente podemos notar a partir do pós-30 do século XX, uma maior sistematização da saúde pública no Brasil, e em nosso Estado.

As primeiras medidas acabaram por concentrar-se na Capital. O foco das ações de saúde não será mais encontrado somente na busca por hospitais, asilos ou dispensários e sim nas referências à escola. Através desta, almejava-se chegar pelas crianças às famílias, às casas e às ruas, fazendo dela meio propagador do higienismo necessário pra o progresso civilizatório, ao qual Fortaleza, assim como as principais cidades brasileiras, estava se enquadrando.

Dessa maneira, conseguimos traçar o perfil das intervenções urbanas e, mais especificamente, de inspeções escolares. Esse perfil ambicionado para a população assegurava às crianças cuidados mais específicos como as inspeções escolares, para que estas não tivessem empecilhos para se tornarem homens fortes e capazes de auxiliar, com seu trabalho, para o progresso, estado novista, do Brasil.

Além disso, os estudos precisavam corresponder aos princípios de Higiene, à boa iluminação e à circulação de ar, evitando, assim, problemas de saúde das crianças, como o contágio de doenças entre elas. Para evitar essas situações, a inspeção das escolas deveria ser realizada pelas professoras e pelos funcionários dessas instituições.

As reformas educacionais da década de 1920 tratavam de questões sociais como analfabetismo, educação popular e incluso a isso, a instrução feminina. A mulher deveria estar pronta aos desafios da vida pública, não fugindo do papel imaginário de genitora, mas essa mesma mulher enquanto professora deveria buscar maior compreensão do desenvolvimento

mental da criança seria como de colaborar tanto com o processo de aprendizagem do aluno quanto para a formação de um cidadão republicano.

A professora tornou-se sim peça chave como fora colocado anteriormente, orientadora e articuladora das intervenções, ganhando destaque no processo modernizador, não tão quanto, mas também como os médicos e sanitaristas ganharam no período. E conseguimos até fazer questionamentos em torno dessa relação com o meio público dessa mulher, a relação de cidadania que deveria repassar aos seus alunos muito antes de serem consideradas dentro da política, e a própria relação de gênero e trabalho que podemos vislumbrar diante das análises referendadas.

Tentamos assim que iniciamos a busca por saber mais sobre o currículo proposto para a formação dos docentes e alunado, onde disciplinas são incluídas devido às novas concepções de civilidade, modernidade e higienismo, rever até que ponto as modificações pedagógicas proporcionaram influencias sociais mais macro, ou as grandes alterações vivenciadas pelo meio citadino seriam a grande causa.

No entanto ocorreram sim mudanças no currículo e nas abordagens de ensino, mas não fora somente essas as mudanças que se revelaram na educação, e assim se fez necessário retomar todo o processo, histórico educacional do Brasil e o cearense no dado período. Há novas possibilidades pedagógicas, novas propostas estruturais, físicas para cidade e para as escolas, para serem realmente escolas. Um real lócus de ensino e aprendizagem, assim junto às formas de busca para melhor propagar os ideais higiênicos, vinheram novas buscas de modificar e aprimorar didáticas e a atenção dada à infância.

Articulando com conceitos de disciplina, civilidade e modernidade a questão que se fez latente na análise das fontes aqui referendadas sejam elas primárias ou secundárias, é que as prescrições iniciadas ainda no final do século XIX e no início do século XX perpenduraram de forma diversa, mas ainda constante até a década de 1960.

As mudanças foram constantes, em variados âmbitos que vão desde a medicina, a noção de saúde, doença, higiene, boa alimentação e bons hábitos, assim como o papel social dos médicos, da educação, da escola, dos educadores, e principalmente da população em si frente às construções culturais que o percurso histórico proporcionou e até mesmo enraizou na constituição pedagógica e social.

A Escola Nova possibilitava a união entre Biologia e Sociologia, como uma forma para interpretar as relações fisiológicas e mentais, relacionadas com o meio social. As propostas de análise mental das crianças precisavam levar em questão a localidade onde a sua

família residia, a alimentação dispensada a essas crianças, em outras palavras, as suas condições socioeconômicas.

Ter ciência das mais simples e variadas regras de conduta e etiqueta; do seu corpo e das partes dele; do que se alimenta, de como se come; dos insetos e microorganismos com os quais convive; do clima, solo e água que faz uso; dos males do álcool e da nicotina; da importância de sua arcada dentária; assim como da fragilidade de sua pele diante dos raios solares; de manter o corpo são, para sua mente ser sã, e assim seu desenvolvimento mental ser efetivamente utilizado; aglomerações jamais, e sempre buscar a profilaxia na política de evitar contato com males e moléstias (SAMPAIO, 1951); onde todos estes preceitos se fazem essenciais, na medida em que proporcionam ao indivíduo a arte de prolongar a vida, a Higiene. (PEIXOTO, 1935).

Objetivamos falar um pouco sobre as Edificações, como denúncias das já existentes, assim como um pouco do processo de melhorias e construções de novas sedes vislumbrando um processo em que a arquitetura na cidade fosse reflexo de todo um desenrolar progressista, modernizante validado pelos republicanos.

Destaque para a arquitetura escolar como fonte e meio de possibilidades de revermos muitos dos conceitos e teorias das fontes iniciais virarem prática na perspectiva física, material, ao mesmo tempo em que nos é tão sabido que não é de qualquer forma, muito menos rapidamente que se modifica uma cultura, e por isso mesmo apresentamos aqui relatos de contradições entre as inovações arquitetônicas dos prédios com o que realmente estava a ser empregado enquanto ensino.

Assim, por fim podemos perceber que as fontes e a bibliografia consultada nos revelaram todo um esquema pautado e elucidado a partir de um jogo de reflexos, onde o experienciado na escola era representativo da Cidade, assim como o estabelecimento de ensino passou a pautar e tornar possível a reorganização advinda da modernização civilizatória que os brasileiros tiveram que contemplar e absorver, principalmente por meio da educação.

A preservação da História, de uma memória é válida, as implicações sociais, políticas e pedagógicas desse projeto, processo, permeia as fontes, que ajudam na construção do saber e da produção historiográfica. Onde esperamos que os escritos aqui possam minimamente contribuir na produção historiográfica, principalmente, nos debates imbricados a História, a Educação e a História Educacional.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Antônio Pinto (1911). Relatórios de Presidente de Província. **CEARÁ**, Biblioteca Pública Gov. Menezes Pimentel. Departamento de Patrimônio Cultural. Núcleo de Microfilmagem. *Catalogo geral*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.

ALVES, Paulo César & MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). **Saúde e Doença: Um Olhar Antropológico**. Primeira Reimpressão. Editora Fio Cruz.

ALVES, Raquel da Silva. **Mães da pátria: educadoras na terra da luz**. O ensino primário no Ceará na década de 1920. Dissertação do programa de pós-graduação em História Social - UFC. Fortaleza, Ceará. 2009.

ARAUJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **Da Escola Normal ao Instituto de Educação do Ceará (IEC): uma Reflexão a Luz da História e da Experiência Docente no Estágio Supervisionado**. 2010. 140 f. Universidade Estadual do Ceará (UECE).

AZEVEDO, Otacilio de. **Fortaleza descalça: reminiscências**. Fortaleza: Edições UFC, Prefeitura M. F., 1980. 320p

BARBOSA, D. B. e LIMA, A. M. S. **A História do Instituto de Humanidades do Ceará através de imagens (1904-1931)**. In: XI Encontro Cearense de História da Educação e I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação.. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. **História da saúde pública do Ceará: da Colônia a Vargas**. Fortaleza: Ed. UFC, 1994.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BEZERRA, José de Arimatéia Barros. *Sistematização de fontes sobre a educação no Ceará*. In: **Tempo, Espaço e Memória da Educação**. Diálogos Intempestivos. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição de 1937**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: maio/2011.

BUFFA, Ester. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 / 1971**. São Carlos; Brasília: Ed. UFSCar; INEP, 2002.

CADERNOS DO CEDES/ Centro de Estudos Educação Sociedade (1980) – Vol. 23, n. 59 – São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, 2003.

CASTELO, Plácido A. **História do Ensino do Ceará**. Monografia n.22, (Coleção Instituto do Ceará). Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **João Hippolyto de Azevedo e Sá: o espírito da Reforma Educacional de 1922 no Ceará.** Fortaleza: EDUFC, 2000. p 204.

_____. Maria Juraci Maia.; et al. **História e Memória da Educação no Ceará.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

CERTEAU, M. **A escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990. Lisboa: DIFEL.

COSTA, Antônio Theodorico da. **O lançamento da pedra fundamental do Grupo Escolar de Fernandes Vieira.** In: Revista do Insituto do Ceará, 1924, p. 197.

DOCUMENTOS. **Revista do Arquivo Público do Ceará: história e educação** n2. Fortaleza: Arquivo Público do Estado do Ceará, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editora, 1994, p. 24.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões.** Rev. Fac. Educ. vol. 24 n. 1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

FEBVRE, Lucien. **Profissões de fé à hora da partida.** In: **Combate pela História.** Lisboa: Presença, 1985.

FERREIRA, Helio Goes; MENDES FILHO, João Neponuceno. **Como se apresenta o tracoma no Ceará.** **Ceará Médico.** 20(5): pg. 49-52, maio de 1940.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: historia da violência nas prisões.** 26. Ed. Petropolis: Vozes, 2002.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da pesquisa ação.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930 – 1945): dualidade institucional de um bem público.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FORTALEZA NOBRE. **Imagens.** Disponível em: <http://fortalezanobre.blogspot.com.br/>. Acesso em Março de 2013.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da Educação.** 2 ed. (coleção Magistério- 2º grau. Série formação do professor) São Paulo: Cortez, 1992.)

GOMES, Ângela de Castro. **Ideologia e trabalho no Estado Novo.** In: Repensando o Estado Novo. Pandolfi, Dulce (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

HAUSER E SCHNURE, **Estudos de Urbanização.** São Paulo: São Paulo.,1975. p.8.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1997. p. 359

_____. **História e Memória**. 5. ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, Gerson Zanetta de. **Saúde Escolar e educação**. São Paulo: Cortez, 1985.

LOMBARDI, José Claudinei. **História e historiografia da educação no Brasil**. Conferência apresentada no III Colóquio do Museu Pedagógico, 17/11/2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – BA.

MAGALHÃES, Justino Pereira. A voz e a vez na História da Educação (conversa à boca de cena). In: VASCONCELOS J. Gerardo. et. al (Orgs). **Interfaces Metodológicas na História da Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1994.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão. 400p.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do & Carvalho, Diana Maul de (orgs). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Formação integral do educando no tempo da escola normal**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2005.

OLIVEIRA, Jacqueline Holanda Tomás. **Escola Normal do Ceará: o ensino ativo e a arquitetura do palacete da Praça figueira de melo (1922-1934)**. Dissertação do Mestrado Acadêmico em Educação – UECE. Fortaleza-Ceará, 2008.

PEIXOTO, A. **Noções de Higiene – Para uso das escolas**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935.

PINHO, Silvana de Sousa. **O movimento da reforma Educacional de 1922 na imprensa cearense**. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia; et al. História e Memória da Educação no Ceará. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

RIALVA, Rita Amil de. **Minhas Lições**: Curso Primário – 2º Série: Linguagem, Conhecimentos Gerais e Matemática. Livraria Francisco Alves. Editora Paulo de Azevedo LTDA. Rio de Janeiro, 1950.

SALES, José Borges de. **Bibliografia Médica do Ceará**. Fortaleza: Editora UFC, 1978. p.11,12.

SAMPAIO. F. **Lições de Ciências Naturais e Preceitos de Higiene** - para o Curso Primário. 5ª Edição. Fortaleza- CE: Editora Instituto do Ceará. 1951.

SANTIAGO. Zilsa Maria Pinto. **ARQUITETURA E INSTRUÇÃO PÚBLICA: A Reforma de 1922, concepções de espaços e formação de grupos escolares no Ceará**. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Educação Brasileira – UFC. Fortaleza – Ceará. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da Educação)

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)** – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica da educação brasileira, v.2)

STUDART, Guilherme Barão de. **Climatologia epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VASCONCELOS J. Gerardo. et. al (Orgs). **Interfaces metodológicas na história da Educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **História da educação no Ceará: sobre promessas fatos e feitos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999. V. 2.

FONTES

- **Obras:**

CASTELO, Plácido A. **História do Ensino do Ceará**. Monografia n.22, (Coleção Instituto do Ceará). Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

PEIXOTO, A. **Noções de Higiene** – Para uso das escolas. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1935.

RIALVA, Rita Amil de. **Minhas Lições: Curso Primário – 2º Série: Linguagem, Conhecimentos Gerais e Matemática**. Livraria Francisco Alves. Editora Paulo de Azevedo LTDA. Rio de Janeiro, 1950.

SAMPAIO, F. **Lições de Ciências Naturais e Preceitos de Higiene** - para o Curso Primário. 5ª Edição. Fortaleza- CE: Editora Instituto do Ceará. 1951.

STUDART, Guilherme Barão de. **Climatologia epidemias e endemias do Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

- **Jornais:**

O Povo (1935, 1937, 1940, 1942, 1945)

O Estado (1939/1941/1942/1943)

Gazeta de Notícias (1929 e 1930)

Diário do Ceará (1923/1930)

- **Documentos executivos:**

Relatórios, falas e mensagens dos Presidentes da Província e de Estado do Ceará, ofícios da Instrução Pública do Estado e a Legislação do ensino (1890 a 1960).

- **Revistas:**

Norte Médico (1916 a 1917)

Ceará Médico (1928 a 1953)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará

- Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense. Fortaleza, Typo-lithographia a vapor, 1910.